

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 07, DE 14 DE MARÇO DE 2018

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 69/2022, de 07.12.2022)

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Arquitetura e Urbanismo (Câmpus de Palmas), aprovado pela Resolução Consepe nº 10/2013.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 14 de março de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Arquitetura e Urbanismo (Câmpus de Palmas), aprovado pela Resolução Consepe nº 10/2013, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de março de 2018.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor

EMC.

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 69/2022, de 07.12.2022)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
ARQUITETURA E URBANISMO (CÂMPUS DE
PALMAS), APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSEPE
Nº 10/2013 (ATUALIZAÇÃO 2018).**

Anexo da Resolução nº 07/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 14 de março de 2018.

PALMAS/TO
2018

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 69/2022, de 07.12.2022)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 07/2018 – CONSEPE

**CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE ARQUITETURA E
URBANISMO (CÂMPUS DE PALMAS), APROVADO PELA RESOLUÇÃO
CONSEPE Nº 10/2013 (ATUALIZAÇÃO 2018).**

PROJETO PEDAGÓGICO

2018

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 69/2022, de 07.12.2022)

**UFT - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CUP - CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Reitor

Prof. Dr. Márcio Antonio da Silveira

Vice-Reitor

Profa. Dra. Isabel C. Auler Pereira

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Berenice Feitosa da C. Aires

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. George França

Pró-Reitora de Administração e Finanças

José Pereira Guimarães Neto

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Profa. Dr. George Lauro R. de Brito

Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento

Profa. Ms. Ana Lúcia de Medeiros

Diretor do Campus Universitário de Palmas

Prof. Dr. Aurélio Pessoa Picanço

Coordenador do Curso

Prof. Msc. Antônio Willamys Fernandes da Silva

Corpo Docente Efetivo do Curso

Profa. Arq. Dra. Ana Beatriz Araujo Velasques

Prof. Arq. Ms. Antonio Willamys Fernandes da Silva

Profa. Enga. Dra. Betty Clara Barraza De La Cruz

Profa. Arq. Ms. Cláudia Maria Miranda Alencar Rocha

Prof. Arq. Espec. Éber Nunes Ferreira

Prof. Arq. Ms. Édis Evandro Teixeira de Carvalho

Profa. Arq. Ms. Germana Pires Coriolano

Prof. Arq. Ms. Giuliano Orsi Marques de Carvalho

Profa. Arq. Ms Lucimara Albieri de Oliveira

Prof. Arq. Ms. Luiz Gomes de Melo Júnior

Prof. Arq. Ms. Luiz Otávio R. Silva

Prof. Arq. Ms. Marcos Antonio dos Santos

Profa. Arq. Ms. Marianna Gomes Pimentel Cardoso

Profa. Arq. Dra. Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Profa. Arq. Ms. Márcia da Costa Rodrigues de Camargo

Profa. Arq. Dra. Olivia de Campos Maia Pereira

Profa. Arq. Dra. Patrícia Orfila Barros dos Reis

Prof. Arq. Esp. Pedro Lopes Júnior

Prof. Arq. Dr. Rafael Simões Mano

Prof. Arq. Ms. Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos

Profa. Enga. Dra. Valdirene Maria Silva Capuzzo

Prof. Arq. Ms. Walfredo Antunes de Oliveira Filho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	9
1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	9
1.2. A UFT no contexto regional e local	10
1.3. Missão Institucional.....	12
1.4. Estrutura organizacional	14
2.1. Nome do Curso/Habilitação	16
2.2. Modalidade do Curso	16
2.3. Endereço do Curso	16
2.4. Ato legal de reconhecimento do Curso	16
2.4.1. Ato de renovação de reconhecimento	16
2.5. Número de vagas	16
2.6. Turno de funcionamento	16
2.7. Diretor do Campus.....	16
2.8. Coordenador do Curso.....	16
2.9. Relação nominal dos membros do Colegiado de Curso	16
2.10. Comissão de elaboração do PPC	17
2.11. Dimensão das turmas teóricas e práticas	18
2.12. Histórico do curso: sua criação e trajetória	18
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
3.1. Administração Acadêmica	20
3.2. Coordenação Acadêmica	22
3.2.1. Gestão Administrativa	22
3.2.2. Competências.....	23
3.2.3. Participação Discente.....	25
3.2.3.1. Centro Acadêmico	25
3.2.3.2. Planejamento do Curso	26
3.2.3.3. Núcleo Docente Estruturante – NDE	26
3.3. Projeto Acadêmico de Curso	27
3.3.1. Justificativa	27
3.3.2. Objetivos do Curso	28
3.3.3. Perfil profissiográfico	29
3.3.4. Competências, atitudes e habilidades	30
3.3.5. Campo de atuação profissional	31
3.3.6. Organização Curricular.....	33
3.3.6.1. Fluxograma.....	36
3.3.6.2. Estrutura Curricular.....	38
3.3.6.3. Adaptação de currículos (equivalência de disciplinas)	44
3.3.6.4. Disciplinas obrigatórias	45
3.3.6.5. Disciplinas optativas.....	93
3.3.7. Metodologia.....	121
3.3.8. Interface pesquisa e extensão.....	121
3.3.8.1. Integração à extensão	122
3.3.8.2. Integração à pesquisa	122
3.3.8.3. Integração à pós-graduação	123
3.3.9. Interface com programas de fortalecimento do ensino.....	126
3.3.10. Interface com as Atividades Complementares	126
3.3.11. Estágio curricular obrigatório e não obrigatório.....	127
3.3.12. Trabalho de Curso.....	127

3.3.13. Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem com a concepção do curso.....	128
3.3.14. Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros).....	129
3.3.15. Prática Profissional.....	131
4. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	132
4.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente	132
4.2. Condições de trabalho	134
4.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	134
4.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente.....	135
4.5. Formação e experiência do corpo técnico-administrativo.....	136
5. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	137
5.1. Laboratórios e instalações	137
Armário de Escritório Melamina 800x800x420 mm.....	144
5.2. Biblioteca.....	146
5.3. Instalações e equipamentos complementares.....	146
5.4. Área de lazer e circulação.....	146
5.5. Recursos audiovisuais.....	147
5.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais.....	147
5.7. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso	147
6. ANEXOS	148
6.1. REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	148
6.2 ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DO CURSO E PELO CONSELHO DIRETOR DO CAMPUS	161
6.3 REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	164
6.4 REGULAMENTO DA DISCIPLINA TRABALHO DE CURSO	170
6.5 CURRÍCULOS LATTES DOS PROFESSORES	184
6.7 REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS DE ENSINO DA ÁREA DE TECNOLOGIA.....	189
6.8 REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL.....	196
6.9 REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE AUDIOVISUAL	197
6.12 MANUAL DE SEGURANÇA E BOAS PRÁTICAS PARA USUÁRIOS DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E DE PESQUISA DA ÁREA DE TECNOLOGIA E CONSTRUÇÃO	212
6.13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	216

APRESENTAÇÃO

Em consonância com a Lei da Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), que versa sobre as Diretrizes Curriculares vigentes, e ainda, segundo Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 005/2005 da Universidade Federal do Tocantins (UFT), compreende-se o Projeto Pedagógico (PPC) de um curso de graduação como um conjunto de ações de caráter sócio-político-humanístico-ambiental e pedagógico, relativas às atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, direcionadas à plena formação do acadêmico-profissional egresso da Universidade.

Neste sentido, o Curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta o seu primeiro Projeto Pedagógico adequado ao processo de federalização da Instituição, em vista dos objetivos e da estrutura que caracterizam o ensino público superior no país, bem como da missão da UFT. Pretende-se, com este documento, adaptar o antigo curso para esta nova realidade.

A metodologia utilizada para a revisão do PPC anterior, aliada à posterior concepção deste novo Projeto, fundamentaram-se no convite à participação da comunidade acadêmica, baseando-se na análise e definição dos marcos situacional, teórico e operativo que resultaram na distinção de marcos referenciais, que por sua vez, traduziram-se em ações programáticas que compõem o presente documento. Além desta análise interna, observaram-se as Diretrizes Curriculares vigentes, bem como foram realizadas pesquisas sobre o binômio ensino-aprendizagem concernentes à outras Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Universidades Federais no país.

Em síntese, o processo de revisão do Projeto em tela constitui uma trajetória de dois anos de intensas e profícuas discussões, que consistiram em um desafio partilhado entre os corpos docente, discente, técnico-administrativo do Curso e Universidade, pautando-se na infindável busca da excelência na qualidade da formação acadêmico-profissional do aluno, considerando-se as especificidades e singularidades das realidades local e regional.

À luz desta perspectiva, podemos declarar que a revisão do Projeto do Curso compreende um exercício permanente de reformulação e adequações aos aspectos legais e ao contexto do lugar onde está inserido.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre

os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse

contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o

compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de

publicações ou de outras formas de comunicação;

- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com aproximadamente quinze mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo desta forma contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente 48 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 12 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007); mestrado em Produção Animal (Araguaína, 2008), mestrado em Geografia (Porto Nacional, 2010), mestrado profissional em Engenharia Ambiental (Palmas, 2011), Biotecnologia (Gurupi, 2011). E, ainda, os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT/UnB), os Dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT/UFG) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT/UFG), Administração de Empresa (Palmas, UFT/Universidade Mackenzie), Geografia (Araguaína, UGT/UFU) e o Doutorado em Ciência Animal em Araguaína (2009); Biotecnologia (Palmas, 2011).

No segundo semestre de 2009, foram oferecidos mais 14 novos cursos nas áreas de Ciências Naturais (Química, Física e Biologia) em Araguaína; Ciências da Saúde (Nutrição e Enfermagem); Engenharias (Engenharia Elétrica e Engenharia Civil); Filosofia e Artes (licenciaturas) em Palmas; Ciências Agrárias e Tecnológicas (Engenharia Biotecnológica e Química Ambiental) em Gurupi e, os cursos tecnológicos de Gestão e Negócios em Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão em Turismo em Araguaína.

1.4. Estrutura organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
2. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
3. **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
4. **Pró-Reitorias:** No Regimento Geral da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).
5. **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do *Regimento Geral da UFT*, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
6. **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento Geral da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
7. **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do Regimento Geral da UFT.
8. **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do Regimento Geral da UFT.
9. Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, e Biologia (a distância), além dos cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia, licenciaturas em Ciências Naturais, com habilitação em Física, Química e Biologia. Oferece ainda, o Mestrado em Ciência Animal Tropical

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das subvariedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Medicina e Pedagogia. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde, licenciaturas em Filosofia e Artes Teatro.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

2.1. Nome do Curso/Habilitação

Arquitetura e Urbanismo.

2.2. Modalidade do Curso

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

2.3. Endereço do Curso

Av. NS 15, ALCNO 14, 109 Norte, Campus Universitário de Palmas. CEP.: 77001-090.

2.4. Ato legal de reconhecimento do Curso

Decreto n. 1855/2003, de 16/09/2003.

2.4.1. Ato de renovação de reconhecimento

Portaria MEC nº 250, de 07 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2001, Seção 1, p. 25.

2.5. Número de vagas

1 turma de 25 ingressantes por semestre. (Ver item 2.11)

2.6. Turno de funcionamento

Integral.

2.7. Diretor do Campus

Prof. Dr. Aurélio Pessoa Picanço.

2.8. Coordenador do Curso

Prof. Ms. Antônio Willamys Fernandes da Silva.

2.9. Relação nominal dos membros do Colegiado de Curso

DOCENTES:

1. Ana Beatriz Araujo Velasques

-
2. Antonio Willamys Fernandes da Silva
 3. Betty Clara Barraza De La Cruz
 4. Cláudia Maria Miranda Alencar Rocha
 5. Eber Nunes Ferreira
 6. Édis Evandro Teixeira de Carvalho
 7. Germana Pires Coriolano
 8. Giuliano Orsi Marques de Carvalho
 9. Lucimara Albieri de Oliveira
 10. Luiz Gomes de Melo Júnior
 11. Luiz Otávio Rodrigues da Silva
 12. Marcos Antonio dos Santos
 13. Marianna Gomes Pimentel Cardoso
 14. Mariela Cristina Ayres de Oliveira
 15. Márcia da Costa Rodrigues de Camargo
 16. Olivia de Campos Maia Pereira
 17. Patrícia Orfila Barros dos Reis
 18. Pedro Lopes Júnior
 19. Rafael Simões Mano
 20. Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos
 21. Valdirene Maria Silva Capuzzo
 22. Walfredo Antunes de Oliveira Filho

REPRESENTANTES DISCENTES:

1. André Luiz dos Santos
2. Lucas de Matos Krasuski

2.10. Comissão de elaboração do PPC

Prof. Antônio Willamys Fernandes da Silva– Coordenador do Curso;

Profa. Ana Beatriz Araujo Velasques – Coordenadora Pedagógica da Área de Urbanismo e Paisagem;

Prof. Eber Nunes Ferreira – Coordenador Pedagógico da Área de Representação;

Prof. Rafael Simões Mano – Coordenador Pedagógico da Área de Arquitetura;

Prof. Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos– Coordenador Pedagógico da Área de Tecnologia;

Prof. Marcos Antonio dos Santos - Coordenador da Área de Teoria e História;

Profa. Cláudia Maria Miranda Alencar Rocha;

Profa. Olivia de Campos Maia Pereira;

Profa. Valdirene Maria Silva Capuzzo.

2.11. Dimensão das turmas teóricas e práticas

Seguindo o Manual vigente de Avaliação Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do MEC, as aulas com maior carga horária prática que teórica, como são os casos dos atelieres das áreas de Representação e Projetos, devem atender a relação de 1 (um) professor para o máximo de 15 (quinze) alunos, assim como as aulas de maior carga horária teórica devem atender a relação de 1 (um) professor para o máximo de 30 (trinta) alunos. Dessa maneira, considerando-se: as taxas de evasão durante o processo de graduação, quantidade de formandos semestralmente e a quantidade de professores efetivos do Curso, para atender à determinação do MEC na graduação, concluiu-se que o ingresso de 25 alunos por semestre excede às prerrogativas mencionadas. Portanto, ratifica-se a necessidade de incorporar mais 09 (nove) vagas para novos professores via concurso público, ou de redução da entrada de ingressantes para 20 alunos, diminuindo o déficit de novos professores para 3 (três) em regime de 40/DE para atender a graduação.

2.12. Histórico do curso: sua criação e trajetória

O precedente Curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS – em Palmas, foi criado pelo Decreto nº. 9.203, de 13 de Dezembro de 1993, e publicado no Diário Oficial nº. 293, de 17 de dezembro de 1993.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo iniciou suas atividades em fevereiro de 1994, com 45 alunos aprovados no primeiro Exame Vestibular da UNITINS. As aulas foram ministradas no período noturno, nas dependências do *Campus* situado na antiga Quadra ARSE-13 (atual 108 Sul), denominado posteriormente como Campus Número I de Palmas. Neste primeiro momento, vale mencionar que as primeiras disciplinas ofertadas no curso tiveram como base o currículo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – EAU/UFF.

Cinco anos após a criação do curso, devido à necessidade de implantar as disciplinas da grade curricular conforme orientações do Conselho Estadual de Educação, as Pró-Reitorias da antiga UNITINS designaram uma primeira comissão composta por professores arquitetos, com o intuito de apresentar as propostas iniciais e discussões de avaliação de um novo currículo. Foram realizados, inclusive, debates com os professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB, em um Seminário Nacional de Avaliação do Ensino da Arquitetura e Urbanismo.

Uma proposta concreta foi elaborada e aprovada em 02 de dezembro de 1998, com carga horária de 270 créditos ou 4.050 horas/aula. No entanto, a equivalência deste currículo conflitou-se com os interesses dos alunos formandos, que não aceitaram o novo

projeto. Assim, foi organizada uma nova equipe de avaliação e reestruturação do projeto, comandada pelas Pró-Reitorias reunidas. Na ocasião, a Reitoria convidou a representante e parecerista do MEC, Prof^a. Maria Elisa Meira, para estabelecer as metas que serviriam de base para corrigir, com maior rapidez, as deficiências do curso - exigência que foi alcançada com o credenciamento da Universidade e reconhecimento do Curso, no final da década de 1990.

De maneira geral, os primeiros currículos elaborados para o curso de Arquitetura e Urbanismo da UNITINS pecaram por não terem sido estruturados de forma sistemática, com a observância do procedimento adequado e acompanhado desde o início, seguindo as Diretrizes Básicas adotadas pelo MEC.

Igualmente cabe destacar a prematura criação do Curso, que remonta ao período imediatamente posterior à criação do Estado. A concretização deste processo deveu-se, em especial, à necessidade da construção e desenvolvimento da nova capital, Palmas, cidade planejada cuja gênese e formação encontram-se fortemente ancoradas na crescente exigência de mão de obra qualificada para trabalhar em inúmeros projetos arquitetônicos de grande porte. Em síntese, tratava-se de um contexto extremamente peculiar, no qual os arquitetos teriam um farto e imenso laboratório para pesquisas, acompanhamentos e estudos *in loco*.

A partir do ano 2000, as Coordenações encontraram maior estabilidade na direção do Curso, prosseguindo à organização do projeto pedagógico de 2001, bem como iniciando os esforços relativos à consolidação da infraestrutura, que podem ser exemplificados pela implantação de alguns laboratórios, aumento do acervo bibliográfico específico do Curso, além das demais exigências contidas nas Diretrizes Curriculares do MEC.

Este período é conhecido como a "transição para federalização", de UNITINS para a UFT, que concluiu-se derradeiramente em março de 2004, com a homologação do Estatuto da Universidade Federal do Tocantins. Desde então, os desafios para a Universidade como um todo dizem respeito à consolidação dos Conselhos Deliberativos, nova organização administrativa pautada na democracia e autonomia na gestão dos cursos, e ainda o compromisso social em favor da produção do saber crítico e reflexivo.

As conseqüências destas mudanças foram sentidas substancialmente no Curso de Arquitetura e Urbanismo, em especial, devido a expressiva renovação de professores via concursos públicos para seleção de servidores efetivos no quadro docente da Universidade, com titulação mínima exigida de mestre, e ainda com a elaboração do primeiro Projeto Político Pedagógico, condição *sine qua non* para a formação de uma escola e seus novos Regimentos, nos moldes de uma Universidade Pública Federal.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Administração Acadêmica

Este Projeto Pedagógico tem como referência básica as diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, as diretrizes curriculares do curso e os pressupostos da interdisciplinaridade.

No momento de elaboração do presente PPC, respondem administrativamente e pedagogicamente:

- a) pela Direção do Campus Universitário de Palmas: Prof. Dr. Aurélio Pessoa Picanço;
- b) pela Coordenação do Curso: Prof. Ms. Antônio Willamys Fernandes da Silva;
- c) pelo Colegiado do Curso e Comissão de Elaboração responsável pelo PPC:

Profa. Arq. Dra. Ana Beatriz Araujo Velasques;

Prof. Arq. Ms. Antonio Willamys Fernandes da Silva;

Profa. Enga. Dra. Betty Clara Barraza De La Cruz;

Profa. Arq. Ms. Cláudia Maria Miranda Alencar Rocha;

Profa. Arq. Espec. Eber Nunes Ferreira;

Prof. Arq. Ms. Édis Evandro Teixeira de Carvalho;

Profa. Arq. Ms. Germana Pires Coriolano;

Prof. Arq. Ms. Giuliano Orsi Marques de Carvalho;

Profa. Arq. Ms. Lucimara Albieri de Oliveira;

Prof. Arq. Ms. Luiz Gomes de Melo Junior;

Prof. Arq. Ms. Luiz Otávio Rodrigues da Silva;

Profa. Arq. Ms. Marianna Gomes Pimentel Cardoso;

Prof. Arq. Ms. Marcos Antonio dos Santos;

Profa. Arq. Dra. Mariela Cristina Ayres de Oliveira;

Profa. Arq. Ms. Márcia da Costa Rodrigues de Camargo;

Profa. Arq. Ms. Olivia de Campos Maia Pereira;

Profa. Arq. Dra. Patrícia Orfila Barros dos Reis;

Profa. Arq. Esp. Pedro Lopes Júnior;

Prof. Arq. Ms. Rafael Simões Mano;

Prof. Arq. Ms. Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos;

Profa. Enga. Dra. Valdirene Maria Silva Capuzzo;

Prof. Arq. Ms. Walfredo Antunes de Oliveira Filho.

A organização didático-pedagógica do Curso de Arquitetura e Urbanismo estrutura-se da seguinte forma:

- **Colegiado de Curso:** primeira instância deliberativa sobre temas relacionados ao Curso. É constituído pela totalidade dos docentes efetivos, representação discente e presidido pelo Coordenador do Curso, que é responsável pelo planejamento e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como administração acadêmica. O Coordenador de Curso pode instituir e supervisionar comissões para apreciação de processos, de condução de Estágios e do Trabalho de Curso, elaboração de projetos e regulamentos e conta com o apoio direto de um secretário.
- **Secretaria Acadêmica:** subordinada à Direção do Campus, a Secretaria Acadêmica responde pela racionalização dos processos didáticos, pelo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem, além do controle da vida acadêmica dos alunos.
- **Conselho Diretor do Campus Universitário:** é a instância deliberativa imediatamente superior ao Colegiado de Curso. Apresenta-se composta por todos os coordenadores de curso, representantes discentes e de técnicos-administrativos, presidido pelo Diretor do Campus de Palmas. O Conselho é responsável pelo planejamento e discussão de temas relacionados às questões didático-pedagógicas de ordem geral, e serve, ainda, como instância de recurso dos Colegiados de Curso.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):** constituído pelos coordenadores de cursos, representantes discentes, técnicos e sindicais e presidido pelo Reitor da Universidade. Apóia-se nas Câmaras de Graduação, Pesquisa e Extensão, e responde por temas didático-pedagógicos sobre a Universidade em geral.
- **Conselho Universitário (CONSUNI):** constituído pelas Pró-Reitorias, Diretores de Campus, representantes de técnicos, discentes e sindical, presidido pelo Reitor da Universidade. Trata-se da última instância universitária.

Segundo Regimento Acadêmico da UFT, no Art. 8, "*o Curso é a unidade básica para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão e de apoio técnico-administrativo, constituindo uma unidade acadêmico-administrativa*". Contudo o art. 8º do Regimento Acadêmico da UFT diz: "*Os cursos de graduação obedecerão à legislação educacional vigente*".

Atualmente, o Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo reúne-se ordinariamente uma vez ao mês, além de sessões extraordinárias sempre que convocadas pelo Coordenador com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Compõe-se por 22 (vinte e dois) professores efetivos e 4 (quatro) representantes do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

- **Corpo Técnico-Administrativo**

Além do corpo docente, o Campus de Palmas conta com um quadro de 01 servidor técnico-administrativo concursado, além dos contratados por empresas terceirizadas para prestar serviços de limpeza, vigilância e conservação.

O curso de Arquitetura possui 01 (um) servidor direto, além dos indiretos, conforme o quadro a seguir:

FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	LOCAL	FORMAÇÃO
01 - assistente administrativo	Secretário da coordenação de curso.	Recepção da Coordenação do Curso.	Nível médio.
01 - técnico pedagógico	Secretário acadêmico	Secretaria Acadêmica do CUP-UFT	Curso superior completo.
01 - técnico laboratorial (Direto)	Responsável pelos laboratórios do curso	Laboratório de projetos LAU	Técnico em edificações.

É importante mencionar, que existe uma demanda de técnicos laboratoriais para todos os laboratórios exigidos minimamente pelo MEC para o correto funcionamento das atividades pedagógicas do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

- Corpo Discente/Representação

A atenção aos discentes da UFT acontece, institucionalmente, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, por intermédio da Central de Estágios e Ouvidoria do *Campus* Universitário de Palmas. Há programa de mobilidade acadêmica, nos quais os alunos tem participado, bem como destinação de bolsas de monitoria, Iniciação Científica e estágio na própria Instituição; e ainda apoio financeiro para alunos e professores participarem de concursos públicos estudantis de renome, como o Ópera Prima e as Bienais Internacionais de Arquitetura - eventos para os quais observa-se expressiva participação e obtenção de resultados de grande mérito, como a apresentação de trabalhos em diversas exposições.

Anualmente acontece, nos meses de outubro ou novembro, a Semana Acadêmica da Arquitetura e Urbanismo da UFT. Organizada pelos alunos com supervisão dos professores, a Semana estrutura-se em atividades de palestras, oficinas, festa, etc. Na ocasião são convidados pelo menos dois profissionais de atuação reconhecida, que convivem integralmente por três dias com os alunos, consistindo em uma atividade de suma importância para a vida estudantil e profissional do futuro arquiteto e urbanista.

3.2. Coordenação Acadêmica

3.2.1. Gestão Administrativa

O Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso.

A composição do Colegiado, segundo o Regimento Interno do Curso de Arquitetura e Urbanismo (anexo II) em seu art.3º, é:

-
- I – Coordenador do Curso, sendo seu Presidente;
- II – Docentes do Curso;
- II – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes do curso.

3.2.2 Competências

São atribuições do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo o disposto no art. 37 do Regimento Geral da UFT, somado às competências a seguir:

- Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o projeto pedagógico do curso, incluindo a organização curricular e estabelecendo o elenco, conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- Ministar, isoladamente ou em conjunto, as disciplinas necessárias à formação profissional, nas áreas de sua respectiva especialidade;
- Propor modificações no projeto pedagógico e programas das disciplinas, considerando as exigências da formação profissional pretendida;
- Deliberar sobre a demanda na disciplina e supervisionar as atividades de monitoria regular e/ou voluntária;
- Aprovar as ementas, os planos de trabalho e os programas das disciplinas, elaboradas em conjunto pelos professores da respectiva área, encaminhando-os à Coordenação do Curso;
- Em caso de conduta inadequada propor à instância superior, com aprovação pelo voto secreto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, a destituição do Coordenador do Curso;
- Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso;
- Elaborar planos pedagógicos diferenciados para atender os alunos considerados merecedores de tratamento especial em regime domiciliar como previsto no regimento acadêmico da Universidade, seção II, cap. IV, Título II.
- Promover e deliberar sobre integração das áreas de conhecimentos e das atividades acadêmicas;
- Definir regulamentos dos estágios e de atividades pedagógicas complementares;
- Submeter ao conhecimento da PROGRAD a proposta da lista de oferta de atividades acadêmicas;
- Decidir sobre a concessão de dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

-
- Distribuir de acordo com as diversas atividades docentes a carga horária de cada professor, considerando os respectivos regimes de trabalho;
 - Decidir sobre processos de revalidação de diplomas conforme a normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - Dar parecer sobre ações de iniciação científica e extensão universitária;
 - Constituir comissões especiais para estudo de assuntos de interesse do colegiado;
 - Eleger entre seus membros os coordenadores pedagógicos das áreas e os coordenadores de laboratórios.

Compete ao Coordenador do Curso

- Representar o Curso no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- Representar o Curso no Conselho Diretor de Campus de Palmas;
- Presidir os trabalhos de Coordenação do Curso;
- Propor ao Diretor do Campus de Palmas a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos deste Regimento;
- Responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso;
- Expedir instruções referentes ao curso;
- Representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso através Colegiado;
- Fixar o Calendário Anual das Reuniões Ordinárias. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- Coordenar as atividades do Colegiado do Curso de Arquitetura;
- Comunicar e encaminhar todas as deliberações do colegiado a quem de direito, para que sejam fielmente cumpridas;
- Adotar medidas de urgência, ad referendum do Colegiado do curso, seguido de ciência em reunião subsequente;
- Cadastrar as disciplinas junto à PROGRAD;
- Atestar as frequências dos docentes junto ao Setor de Recursos Humanos do Campus de Palmas;
- Validar as justificativas de faltas dos docentes nas atividades da Coordenação, após notificação ao colegiado;
- Atestar a participação dos docentes em atividades de comissões, comitês e grupos de trabalhos de interesse do curso, atribuindo carga horária pertinente a estas atividades;
- Fazer cumprir o preenchimento e entrega dos diários na coordenação do curso nos prazos estabelecido;
- Organizar a distribuição e os horários das disciplinas nos semestres letivos;
- Solicitar a contratação temporária de docentes, quando necessário;

- Relocar docente para o atendimento de disciplinas afins a área de formação do mesmo, quando necessário;
- Representar e/ou delegar membros do colegiado como representantes do curso em atividades internas e externas a UFT;
- Convocar oficialmente as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Submeter à análise e aprovação do colegiado acerca da distribuição dos recursos financeiros oriundos da Instituição.

A Coordenação do Curso, segundo o Regimento Geral da UFT – Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

O Coordenador atua diretamente junto à Pró-Reitoria de Graduação nos temas relativos à implementação do Projeto Político-Pedagógico, além do planejamento e operacionalização das atividades acadêmicas. Finalmente, reporta-se à Coordenação do *Campus* para assunto de ordem administrativa, política e institucional.

O regime de trabalho do Coordenador do Curso é integral, com dedicação exclusiva, contabilizando uma carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, assim distribuídas:

- Coordenação: 30 (trinta) horas;
- Ensino: 4 (quatro) horas;
- Orientação, pesquisa e extensão: 6 (seis) horas.

O apoio pedagógico ao aluno é realizado em primeira instância na Coordenação do Curso em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante compostos pelos coordenadores pedagógicos das áreas, que posteriormente pode encaminhar os alunos à Pró-Reitoria de Graduação.

3.2.3 *Participação Discente*

A participação dos discentes na gestão pedagógica e administrativa do curso é considerada como um fundamento estratégico para a plena consecução dos propósitos do plano de ação, descrito neste projeto pedagógico. Os discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo poderão participar das reuniões e processos decisórios do curso através:

3.2.3.1. Centro Acadêmico

De acordo com o Regimento Acadêmico da UFT - Art. 114 - Para congregar os membros do corpo discente, será organizado um Diretório Central dos Estudantes (DCE) e no Parágrafo único diz que a escolha da representação estudantil nos órgãos colegiados será de responsabilidade da representação estudantil competente, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e/ou dos Centros Acadêmicos (CAs).)

O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados, e a sua representação tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente, bem como promover a cooperação entre administradores, professores e acadêmicos nas atividades universitárias e na integração comunitária. Ainda de acordo com o Regimento, os representantes estudantis poderão fazer-se assessorar por um segundo representante, sem direito a voto, quando o exigir a apreciação de assunto específico do curso ou do setor de estudo.

O Centro Acadêmico do curso (CA-CAU) é constituído por alunos regulares que se distribuem em várias funções internas e possuem mandato de 2 (dois) anos. A representação estudantil será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voz e voto, de acordo com o artigo 36 do Regimento Geral da UFT.

3.2.3.2. Planejamento do Curso

O Planejamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT tem como base as ações relacionadas com as diversas áreas temáticas consideradas como estratégicas para a consecução dos objetivos e metas vinculadas à gestão acadêmica e administrativa do curso, a saber: ensino, pesquisa, extensão.

O planejamento do curso será elaborado semestralmente com base neste PPC, para que assim possa se alcançar as metas e objetivos estabelecidos tanto no âmbito do curso, no campus de Palmas e na UFT.

3.2.3.3. Núcleo Docente Estruturante – NDE

A implantação do Núcleo Docente Estruturante do curso de Arquitetura e Urbanismo visa seguir as orientações expressas na Resolução CONAES nº 02/2010, no Decreto número 5773, do MEC, de 09 de maio de 2006, que “dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino” (cfr preâmbulo do referido decreto), aliadas às observações da PORTARIA Nº 1.081, DE 29 DE AGOSTO DE 2008 e conclama para uma maior exequibilidade das ações político-pedagógico-administrativas do curso, a partir da perfilação de um corpus político-administrativo e pedagógico que, sobremaneira, venha atender, dentre outras, as seguintes exigências mais imediatas: fundamentação do PPC em relação a seu PDI, adequação às normas de avaliação contínua de cursos pelo Sistema SINAES (MEC), implementação das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso, manutenção e intensificação da qualidade avaliativa do curso (satisfatoriedade do conceito do curso) e coordenação das ações pedagógicas rotineiras e sazonais do curso em relação ao amplexo docente e discente, no acompanhamento deste PPC.

Pertencerão ao Núcleo Docente Estruturante do Colegiado os membros efetivos do Colegiado, anuentes com a decisão e convocação a eles auferida na reunião Ordinária de Colegiado, datada em 02 de junho de 2011. Nesta reunião, cujo item de pauta foi a respectiva criação do Núcleo Docente Estruturante, decidiu-se que farão parte do mesmo núcleo o Coordenador do Curso e Coordenadores Pedagógicos de cada área com seus respectivos regimes de trabalho e titulação.

A formação aprovada é a seguinte:

Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Área
Antonio Willamys Fernandes da Silva	Mestre	DE	Coordenador do Curso
Rafael Simões Mano	Doutor	DE	Arquitetura
Ana Beatriz Araujo Velasques	Doutora	DE	Urbanismo e Paisagem
Eber Nunes Ferreira	Especialista	40	Representação
Marcos Antonio dos Santos	Mestre	DE	Teoria e História
Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcelos	Mestre	40	Tecnologia

3.3. Projeto Acadêmico de Curso

3.3.1. Justificativa

O Estado do Tocantins é o mais novo da federação, tendo sido criado pela constituição de 1988, a partir da região que compreendia o norte do Estado de Goiás. Região que tradicionalmente carecia de infraestrutura, como estradas e vias de escoamento, pontes, saneamento, energia entre outros.

A despeito de muito ter sido realizado nos últimos vinte anos, a região ainda carece de obras civis de infraestrutura para fomentar o desenvolvimento e, efetivamente, refletir em uma melhora na qualidade de vida da população.

Desde a sua criação, que remonta à época da Universidade do Tocantins - UNITINS - o Curso de Arquitetura e Urbanismo tem se firmado no papel de prover o estado do Tocantins e região circunvizinha de profissionais da área de Arquitetura e do Urbanismo para exercer sua profissão no mercado, inserido no corpo técnico das administrações públicas e privadas, além da atividade docente.

Neste sentido, cabe mencionar que foram implantados dois cursos de graduação nesta área, sendo um em uma instituição de ensino superior particular na cidade de Palmas-TO e o outro em uma instituição de ensino superior particular, conveniada ao Município, na cidade de Porto Nacional-TO, próxima à Palmas-TO. Portanto este é o único curso de Arquitetura e Urbanismo de caráter público até o momento em âmbito regional.

Palmas, capital do Estado, é uma cidade planejada, criada em 1989, cujo plano urbanístico é previsto para uma população de aproximadamente três milhões de habitantes e atualmente comportando em torno de duzentos e trinta mil. Esta capital cresce em ritmo

acelerado, demandando cada vez mais profissionais nas áreas de arquitetura e urbanismo, construção civil, transportes, infraestrutura urbana e saneamento, tanto para o setor público como para o setor privado. Possuindo um elevado déficit habitacional e um crescimento desordenado. Como forma de se inserir nesta discussão e cumprir com sua responsabilidade social, a Universidade, através do curso de Arquitetura e Urbanismo, pode exercer um papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida da cidade, quer seja através de projetos de pesquisas, quer seja de projetos de extensão.

3.3.2. Objetivos do Curso

Objetivo Geral

A finalidade primeira do Curso reside em instituir ações pedagógicas que visam o desenvolvimento de condutas e atitudes responsáveis, técnica e socialmente, pautando-se nos seguintes princípios:

- a busca pela qualidade de vida e material nos assentamentos humanos;
- a utilização da tecnologia com vistas à minimização das carências e necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas da sociedade;
- manutenção do equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável, tanto do ambiente natural quanto do construído; e,
- a valorização e a preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva.

-Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo consistem em preparar o discente para sua atuação como profissional e cidadão consciente da importância social do arquiteto e urbanista no mundo contemporâneo, e em especial, atento às particularidades das necessidades do estado do Tocantins e da Região Norte do país.

Para cumprir esta missão, o quadro docente deve ser estável e com qualificação adequada para produzir e aprofundar pesquisas científicas e atividades de extensão na área da Arquitetura e do Urbanismo, bem como nas áreas afins. Assim, constituem-se em objetivos específicos do Curso:

- estimular o graduando a compreender e praticar arquitetura e urbanismo como um ato de criação subjetiva que influencia a vida de todas as pessoas indistintamente, criação esta que deve ser balizada pelos parâmetros e limitações a serem atendidos ou contestados criticamente, sempre em favor do bem-estar físico e mental humano;
- ministrar o ensino da arquitetura e urbanismo visando à formação de profissionais com habilidade que corresponda aos anseios da sociedade e conscientes da realidade local;

-
- realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos que constituem este objeto de ensino;
 - estabelecer princípios e padrões do exercício profissional, no interesse da saúde, segurança e bem-estar públicos;
 - buscar a plenitude e a excelência da educação e no treinamento prático dos futuros arquitetos e urbanistas, de tal forma que eles estejam aptos a exercer suas responsabilidades profissionais fundamentais e a cidadania plena.

3.3.3. Perfil profissiográfico

Com efeito, a proposta pedagógica do Curso centra-se na formação de cidadãos éticos e profissionais comprometidos, atendendo ao seguinte perfil profissional desejado: domínio de conhecimentos científicos gerais inerentes à área; domínio da criatividade; domínio de conhecimentos técnicos específicos; alta capacidade de resolução de problemas; atitudes de responsabilidade técnica e social da profissão; compromisso com a qualidade de vida na edificação e no espaço rural e urbano; habilidades em desenho, plástica e estética; visão crítica da arquitetura e do urbanismo; capacidade de desenvolver trabalhos em equipes interdisciplinares; elaboração de propostas de soluções integradas ao contexto ambiental no qual atua; desenvolvimento de projetos que respeitem as diversidades culturais e condições socioeconômicas distintas.

Deste modo, a formação profissional pretende revelar:

- conhecimentos antropológicos, sociológicos e econômicos que intervêm diretamente sobre o ambiente construído;
 - informações sobre a importância da preservação da paisagem e avaliação de impactos sobre o meio ambiente;
 - habilidade para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, além de realizar construções que considerem fatores de custo, durabilidade, manutenção, regulamentos legais, em busca da satisfação dos prováveis usuários;
 - conhecimento em arte e estética que esteja presente na concepção e prática do projeto; interpretação sobre teoria e história da arquitetura e do urbanismo contextualizada sócio, cultural, política e economicamente;
 - o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de mobilidade;
- os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, além da definição de instalações e equipamentos prediais para a organização de obras e canteiros, bem como para a implantação de infraestrutura urbana;

- a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;
- o entendimento das condições climáticas, acústicas, luminotécnicas e energéticas e, de igual modo, o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;
- as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;
- as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
- o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
- interpretação de levantamentos topográficos necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, e ainda no planejamento urbano e regional.

3.3.4. Competências, atitudes e habilidades

Os Arquitetos e Urbanistas devem ser profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, no que diz respeito à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, as edificações e o paisagismo. Suas atividades estão intrinsecamente relacionadas ao processo de construção de uma identidade física, palpável, da arquitetura e do urbanismo com seu povo, centrando-se no exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental que este profissional obtenha, durante sua graduação, sólida formação generalista, além de estar consciente da importância da conservação e valorização do patrimônio construído, além da manutenção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Compete ao Arquiteto e Urbanista o exercício das atividades de supervisão, orientação técnica, coordenação e planejamento de obras e projetos; de edificações, arquitetura de interiores, intervenções na escala urbana, planejamento físico-territorial urbano e regional, arquitetura da paisagem, entre outros; atuar como docente na área; prestar assessoria, consultoria, vistoria e perícia técnica para avaliação de edificações isoladas, conjuntos arquitetônicos e monumentos; observando sempre as características do lugar de forma ampla.

Segundo a Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal –

CAUs, As atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:

- I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;
- V - direção de obras e de serviço técnico;
- VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
- VII - desempenho de cargo e função técnica;
- VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
- IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
- X - elaboração de orçamento;
- XI - produção e divulgação técnica especializada; e
- XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

3.3.5. Campo de atuação profissional

- Arquitetura:

Concepção e execução de Projetos de Arquitetura, traduzindo o espectro das necessidades, aspirações e expectativas de indivíduos, grupos sociais e comunidades, e considerando fatores de Custo, Qualidade, Durabilidade, Manutenção, Especificações e Regulamentos Legais. Construção de Ambientes fundamentada em Aspectos Sociais, Econômicos e Antropológicos relevantes, e ainda, satisfazendo Exigências Culturais, Econômicas, Técnicas, Ambientais e de Acessibilidade.

- Arquitetura das Edificações:

Obras e Reformas de Edificações, Conjunto de Edificações, Edifícios Complexos. Readequação de Edifícios. Edifícios e Instalações Efêmeras. Monumentos. Avaliação Pós-Ocupação. Cadastros e Documentação.

- Paisagismo:

Arquitetura Paisagística, Organização da Paisagem. Parques, Praças, Jardins e Outros Espaços. Modelagem do Espaço Físico. Vias de Circulação, Acessos e Passeios. Composição da Vegetação. Planos de Massa.

- Arquitetura de Interiores:

Organização, Intervenção, Revitalização, Reabilitação, Reestruturação e Reconstrução dos Ambientes Internos. Equipamentos, Objetos e Mobiliários. Arquitetura Efêmera.

- Patrimônio Cultural:

Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico, Histórico, Tecnológico, Artístico,

Restauração, Monumentos. Técnicas Retrospectivas. Práticas Projetuais e Soluções Tecnológicas para Preservação, Conservação, Valorização, Restauração, Reconstrução e Reabilitação, e Reutilização de Edificações, Conjuntos e Cidades.

- Meios de Expressão e Representação:

Desenho Artístico e Geométrico, Perspectiva, Modelagem, Maquetes, Modelos, Imagens Virtuais, Comunicação Visual, Informática Aplicada, Tratamento de Informações e Representação aplicados à Arquitetura, ao Urbanismo, ao Paisagismo e ao Planejamento Urbano e Regional.

- Tecnologia da Construção

Elaboração e Interpretação de Levantamentos Topográficos e Cadastrais para a Realização de Projetos de Arquitetura e Paisagismo. Leitura, Interpretação e Análise de Dados e Informações Topográficas e Geográficas. Uso de Informações Geográficas para a realização de Projetos Urbanísticos e para o Planejamento Urbano e Regional.

- Materiais:

Tecnologia dos Materiais de Construção, Elementos e Produtos. Patologia e Recuperações. Sistemas e Metodologia. Sistemas Construtivos e Estruturais Estruturas, Desenvolvimento e Aplicação Tecnológica de Estruturas.

- Instalações:

Instalações, Equipamentos, Componentes e Dispositivos Referentes a Arquitetura e Urbanismo. Instalações Elétricas em Baixa Tensão e Tubulações Telefônicas e de Lógica para fins residenciais e comerciais de pequeno porte. Conforto Ambiental Técnicas referentes ao estabelecimento de Condições Climáticas, Acústicas, Lumínicas e Ergonômicas necessárias para a Concepção, Organização e Construção dos Espaços.

- Urbanismo

Planejamento Urbano e Regional. Planejamento Físico-Territorial. Planos de Intervenção no Espaço Urbano, Metropolitano e Regional fundamentados nos Sistemas de Infraestrutura, Saneamento Básico, Sistema Viário, Tráfego e Trânsito Urbano e Rural. Sinalização. Acessibilidade. Inventário Urbano e Regional. Parcelamento do Solo, Loteamento, Desmembramento, Remembramento, Arruamento. Gestão Territorial. Planejamento Urbano e Plano Diretor. Traçado de Cidades. Cadastro Técnico. Assentamentos Humanos. Requalificação de Áreas Urbanas e Regionais. Avaliação Pós-Ocupação. Desenho Urbano.

- Meio Ambiente

Ações de Preservação da Paisagem e Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais. Proteção do Equilíbrio do Meio Ambiente. Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.

3.3.6. Organização Curricular

A proposta de integralização curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT apresenta-se pautada na busca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que pode ser verificada na distribuição das disciplinas e demais atividades complementares que compõem a grade curricular.

As atividades pertinentes à estrutura curricular visam assegurar que as competências, habilidades e o perfil desejado do egresso do curso sejam contemplados.

Conforme Resolução n. 02, de 17 de junho de 2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a organização curricular adotada no presente projeto estrutura-se da seguinte forma:

- Os conteúdos essenciais que garantem a uniformidade básica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo compreendem o Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação, o Núcleo de Conhecimentos Profissionais e o Trabalho de Curso.

- As áreas de estudo correspondentes aos conhecimentos de fundamentação e aos conhecimentos profissionais não guardam entre si qualquer exigência de precedência.

- Consistem em Conhecimentos de Fundamentação: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenhos e Meios de Representação e Expressão.

O estudo da Estética e História das Artes deve contemplar as manifestações ocorridas no Brasil. Os estudos sociais e ambientais tratam da análise do desenvolvimento econômico, social e político do país, aliado à questão ambiental, vinculados às diferentes formas de expressão da arquitetura e do urbanismo que surgiram concomitantemente. O estudo de desenho compreende, além das convenções do desenho técnico e as geometrias e suas aplicações, todas as modalidades expressivas como modelagem, plástica e outros meios de expressão.

- São Conhecimentos Profissionais: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo e Topografia.

O estudo de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo deve envolver o contexto histórico e todas as suas condicionantes sociais relacionadas à produção de arquitetura e urbanismo, abordando os aspectos conceituais e metodológicos das teorias de projeção e construção oriundas desses momentos.

O Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo constitui a atividade criadora e prática, fundamentada teoricamente, referente à arquitetura das habitações e edifícios em

geral, bem como projetos de objetos, paisagem, intervenções em áreas urbanas, cidades e regiões. Neste caso, os temas devem abordar problemas de maior interesse social, frente às necessidades socioeconômicas locais e regionais.

Em Tecnologia da Construção incluem-se estudos relativos aos materiais e técnicas construtivas, instalações e equipamentos prediais, bem como da infraestrutura urbana. Os Sistemas Estruturais consideram, além do que lhe é peculiar, o estudo da resistência dos materiais, estabilidade das construções e do projeto estrutural, utilizando o instrumental da matemática e da física.

O Conforto Ambiental compreende o estudo das condições térmicas, acústicas, luminotécnicas, energéticas e fenômenos físicos a elas associadas, como um dos condicionantes da forma e da organização do espaço.

Por sua vez, a Topografia consiste no estudo das medições, processos de mensuração e representação do relevo aplicada à arquitetura e urbanismo. A Informática aplicada corresponde ao estudo das ferramentas de tratamento da informação e representação do objeto.

O Planejamento Urbano e Regional atende ao estudo de análises físico-territoriais, socioespaciais e políticas, propostas de intervenções, gestão e legislação sobre o futuro da estruturação do espaço nas escalas intraurbana, municipal e regional.

As disciplinas optativas possuem como finalidade complementar a formação do aluno na área de arquitetura e urbanismo a partir do seu próprio interesse ou necessidade.

Ainda segundo a Resolução supracitada, as atividades referentes ao conhecimento profissional requerem espaços e equipamentos especializados, bem como possuem como exigência para sua oferta a utilização de laboratórios, maquetaria, salas de projetos e seus equipamentos correspondentes, conforme se apresentam discriminados no Manual de Avaliação de Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Ministério da Educação. Importante salientar que todas as atividades externas aos campus da UFT deverão contar com o seguro para os alunos.

No que tange às aulas teóricas, que devem privilegiar a interdisciplinaridade e oferecer adequado aprofundamento nos núcleos de conhecimento e de fundamentação, serão ofertadas aulas expositivas e interativas, complementadas por conferências e palestras previamente programadas como parte do trabalho didático regular. Além disso, será estimulada a produção em atelieres, sob orientação direta de docentes e alunos monitores, com base na realização de atividades de caráter experimental em laboratórios; elaboração de modelos, através da utilização de computadores; consultas à bibliotecas, bancos de dados, e também via Internet. Cabe mencionar ainda a inserção de visitas à canteiros de obras, levantamentos de campo em edificações e bairros, consultas a arquivos, instituições e contatos com autoridades vinculadas às gestões urbana e regional.

Destaca-se ainda a educação ambiental, que embora não perfaça uma disciplina obrigatória

(há como optativa), tem conteúdo pertinente distribuído ao longo de todo o curso, a exemplo das seguintes disciplinas: Conforto Ambiental, Paisagismo, Projeto de Arquitetura e Projeto Urbanístico. Além de conteúdo relativo às atribuições profissionais, já descritos anteriormente (Ações de Preservação da Paisagem, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Proteção do Equilíbrio do Meio Ambiente,. Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável), são fomentadas a todo o tempo questões relacionadas à cidadania e meio ambiente, instigando no estudante, a partir de debates de temas atuais, uma postura reflexiva e ativa, em conformidade com a Lei nº 9795/1999, art. 11 e a Resolução CNE/MEC n. 02, de 15/06/2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Devemos destacar também que a disciplina que contempla a temática Educação das Relações Étnico-Raciais de acordo com a Lei no 10.639/2003 e Parecer CNE/CP 3/2004 está disposta como componente curricular optativa e denominada de Historia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Igualmente será implementada, como componente curricular obrigatória, a atividade “Viagem de Estudos” para o conhecimento de obras arquitetônicas, de conjuntos históricos, de cidades e regiões que ofereçam soluções de relevância e/ou de unidades de conservação do patrimônio arquitetônico regional e natural.

As disciplinas Desenho Geométrico Aplicado, Topografia Aplicada, Linguagem Visual, Informática Aplicada I, Estudos Ambientais, Gestão e Gerenciamento de Projetos e Obras I, Gestão e Gerenciamento de Projetos e Obras II, Multimídia, Tecnologias Alternativas e Análise Pós-Ocupacional, que na versão atual são obrigatórias, não terão disciplinas equivalentes na nova estrutura curricular. Sendo assim, o aluno poderá aproveitá-las tanto com optativas ou como atividades complementares.

Quanto ao Trabalho de Curso (TC), este será exigido após a completa integralização dos créditos de disciplinas, objetivando avaliar as condições de qualificação do formando para o exercício profissional. Deve, ainda, ser desenvolvido com o apoio de um professor orientador escolhido entre os professores arquitetos e urbanistas e ser submetido à uma banca de avaliação com a participação de um profissional externo à Instituição.

Além das disciplinas e o TC, o Curso exige o aproveitamento de Atividades Complementares referentes ao ensino, extensão e pesquisa, que constituam um grupo de ações obrigatórias para a obtenção do título, possibilitando ao aluno: realizar viagens de estudos com relatórios individuais; disciplinas eletivas (de outros cursos de graduação), oferta de minicursos ou oficinas sob orientação de um professor; cursos na área de informática e/ou línguas; publicações de resumos e artigos científicos no âmbito de projetos de iniciação científica ou projetos de pesquisa; participação em Grupos de Pesquisas institucionalizados, monitorias, estágios em projetos de extensão que consistam em atividades de serviços à comunidade; participação em organização de eventos,

apresentação oral e em painel de trabalhos; visitas técnicas, estágios extracurriculares, e ainda representação discente em órgãos colegiados da UFT. Todas as atividades supracitadas devem seguir a Resolução do CONSEPE UFT 009/2005, bem como o subcapítulo que trata especificamente do assunto no PPC.

Finalmente o estágio curricular supervisionado deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório, cabendo à Instituição de Educação Superior, por seus colegiados acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, abrangendo diferentes modalidades de operacionalização.

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso.

A instituição poderá reconhecer e aproveitar atividades realizadas pelo aluno em instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

3.3.6.1. Fluxograma

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO 2013										
	1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período	10º período
	FORMA E SIGNIFICADO	FORMA, SIGNIFICADO E FUNÇÃO	FORMA, SIGNIFICADO, FUNÇÃO E ESTRUTURA	MEIO-AMBIENTE	RACIONALIZAÇÃO E MODULAÇÃO	VERTICALIZAÇÃO	INTERVENÇÃO ESPACIAL E CONSTRUÇÃO	PROJETO COMPLETO	Optativas, Urbano e Introdução ao Trabalho de Curso	Trabalho de Curso
EIXO REPRESENTAÇÃO	Desenho de Arquitetura 60h – 4 cr.									
	Desenho e Plástica I 60h – 4 cr.	Desenho e Plástica II 60h – 4 cr. PR: Desenho e Plástica I								
		Desenho Técnico Assistido por Computador I 60h – 4 cr. PR: Desenho e Plástica I	Desenho Técnico Assistido por Computador II 45h – 3 cr. PR: DTAC I		Desenho Técnico Assistido por Computador III 60h – 4 cr. PR: DTAC II					
EIXO FUNDAMENTAÇÃO			Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I 60h – 4 cr. PR: HAUBI	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II 60h – 4 cr. PR: THAU I	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo III 60h – 4 cr. PR: THAU II		Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo IV 60h – 4 cr. PR: THAU III	Planejamento Urbano e Regional 60h – 4 cr. PR: Estudos Socioeconômicos e Ambientais		
	História da Arte 60h – 4 cr.	História da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil I 60h – 4 cr.	História da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil II 60h – 4 cr. PR: HAUB I			Estudos Socioeconômicos e Ambientais 60h – 4 cr.	Técnicas Retrospectivas I 60h – 4 cr. PR: THAU III e HAUB II	Estética 60h – 4 cr. PR: THAU III e HA	Técnicas Retrospectivas II 60h – 4 cr. PR: Técnicas Retrospectivas I	
EIXO TECNOLOGIA	Materiais de Construção Civil 60h – 4 cr.	Sistemas Construtivos 75h – 5 cr. PR: MCC	Conforto Térmico Ambiental 60h – 4 cr. PR: DTAC I	Conforto Acústico e Eficiência Energética 60h – 4 cr. PR: DTAC II	Orçamento e Planejamento 90h – 6 cr. PR: IPHS, FMRM, PAII					
	Fundamentos da Análise Estrutural 45h – 3 cr.	Fundamentos de Matemática Elementar e Resistência dos Materiais 60h – 4 cr.	Sistemas Estruturais 60h – 4 cr. PR: FAE e FMRM	Instalações Prediais Hidrossanitárias 60h – 4 cr. PR: Sist. Construtivos	Instalações Prediais Elétricas 60h – 4 cr. PR: Sistemas Construtivos	Estruturas de Concreto e Aço 90h – 6 cr. PR: Sistemas Estruturais				
						Infraestrutura Urbana 45h – 3 cr.			Transporte Urbano e Regional 45h – 3 cr	
EIXO PROJETO	Estudos Elementares em Arquitetura 60h – 4 cr.	Estudos Elementares em Urbanismo 60h – 4 cr.	Projeto de Arquitetura I 90h – 6 cr. PR: DTAC I, DA e EEA.	Projeto de Arquitetura II 90h – 6 cr. PR: PAI, FAE, DPII	Projeto de Arquitetura III 90h – 6 cr. PR: PA II e Sistemas Estruturais, MC	Projeto de Arquitetura IV 90h – 6 cr. PR: PA III	Projeto de Arquitetura V 90h – 6 cr. PR: PA IV, DTACIII	Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Integrados. 90h – 6 cr. PR: PA V, PU 1, e Paisagismo I		
				Paisagismo I 60h – 4 cr. PR: PA1, EEU				Paisagismo II 60h – 4 cr. PR: Paisagismo I		
						Introdução ao Projeto Urbano 90h – 6 cr. PR: EEU	Projeto Urbanístico I 90h – 6 cr. PR: IPU e Infraestrutura Urbana	Projeto Urbanístico II 90h – 6 cr. PR: PU I	Projeto Urbanístico III 90h – 6 cr. PR: PU II	
OUTRAS										Trabalho de Curso 330h – 22 cr. PR: todas as disciplinas e Ativ. Complementares
			Atividade Obrigatória: Organização da Semana Acadêmica 180h – 12 créditos				Estágio Supervisionado 45h – 3 cr		Atividade Obrigatória: Viagem de Estudos 180h – 12 créditos	
				Optativas 45h – 3 cr.			Optativas 45h – 3 cr.		Optativas 90h – 6 cr	
CRÉDITOS	23	25	37	25	24	25	26	24	33	22

3.3.6.2. Estrutura Curricular

HABILITAÇÃO: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

TURNO: Integral.

REGIME DE OFERTA: crédito semestral.

ENTRADA DE ALUNOS: 1 (uma) turma de 25 alunos a cada semestre.

CRÉDITOS: 249 - **CH Total:** 3.735 h/a (CARGA HORÁRIA ATUAL CADASTRADA NO SIE – 4.200 h/a).

DURAÇÃO: mínima de 10 (dez) semestres e máxima de 16 (dezesesseis) semestres.

VIGÊNCIA: 2013/2

SEM.	DISCIPLINA	CR	CH P	CH T	CH TOT	PRÉ-REQUISITOS	EQUIVALÊNCIA 2001
1	DESENHO DE ARQUITETURA	4	45	15	60h	-	DESENHO DE ARQUITETURA I
	DESENHO E PLÁSTICA I	4	45	15	60h	-	DESENHO E PLÁSTICA I
	HISTÓRIA DA ARTE	4	00	60	60h	-	ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE
	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	4	15	45	60h	-	TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO I
	FUNDAMENTOS DA ANÁLISE ESTRUTURAL	3	15	30	45 h	-	SISTEMAS ESTRUTURAIS II
	ESTUDOS ELEMENTARES EM ARQUITETURA	4	15	45	60h	-	INTRODUÇÃO AO PROJETO DE ARQUITETURA
TOTAL CH 1º SEMESTRE 345 h = 23 créditos							
2	DESENHO E PLÁSTICA II	4	45	15	60 h	DESENHO E PLÁSTICA I	DESENHO E PLÁSTICA II
	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR I	4	45	15	60h	DESENHO E PLÁSTICA I	DESENHO TÉCNICO APLICADO I
	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO BRASIL I	4	00	60	60 h	-	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO BRASIL
	FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA ELEMENTAR E RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	4	15	45	60 h	-	-
	SISTEMAS CONSTRUTIVOS	5	15	60	75 h	-	TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO II
	ESTUDOS ELEMENTARES EM URBANISMO	4	15	45	60H	-	-

TOTAL CH 2º SEMESTRE 375 h = 25 créditos							
SEM.	DISCIPLINA	CR	CH P	CH T	CH TOT	PRÉ-REQUISITOS	EQUIVALÊNCIA 2001
3	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR II	3	30	15	45H	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR I	DESENHO TÉCNICO APLICADO II
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO I	4	00	60	60h	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO BRASIL I	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO I
	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO BRASIL II	4	00	60	60h	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO BRASIL I	-
	CONFORTO TÉRMICO AMBIENTAL	4	15	45	60H	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR I	CONFORTO AMBIENTAL I
	SISTEMAS ESTRUTURAIS	4	15	45	60H	FUNDAMENTOS DA ANÁLISE ESTRUTURAL, FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA ELEMENTAR E RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	SISTEMAS ESTRUTURAIS I
	PROJETO DE ARQUITETURA I	6	90	00	90H	DESENHO DE ARQUITETURA DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR I, ESTUDOS ELEMENTARES EM ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA I
	ATIVIDADE DE EXTENSÃO OBRIGATÓRIA: ORGANIZAÇÃO DA SEMANA ACADÊMICA	12	120	60	180H	-	-
TOTAL CH 3º SEMESTRE 555 h = 37 créditos							
4	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO II	4	00	60	60H	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO I	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO II
	CONFORTO ACÚSTICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	15	45	60h	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR II	CONFORTO AMBIENTAL II
	INSTALAÇÕES PREDIAIS HIDROSSANITÁRIAS	4	15	45	60h	SISTEMAS CONSTRUTIVOS	TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO III

	PROJETO DE ARQUITETURA II	6	90	00	90H	PROJETO DE ARQUITETURA I, DESENHO E PLÁTICA II, FUNDAMENTOS DA ANÁLISE ESTRUTURAL	PROJETO DE ARQUITETURA II
	PAISAGISMO I	4	15	45	60H	PROJETO DE ARQUITETURA I ESTUDOS ELEMENTARES EM URBANISMO	PAISAGISMO I
	DISCIPLINAS OPTATIVAS	3	*	*	45h	* VER EMENTA PRÓPRIA	OPTATIVAS
	TOTAL CH 4º SEMESTRE 375 h = 25 créditos						
SEM.	DISCIPLINA	CR	CH P	CH T	CH TOT	PRÉ-REQUISITOS	EQUIVALÊNCIA 2001
5	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR III	4	45	15	60H	DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR II	INFORMÁTICA APLICADA II
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III	4	00	60	60H	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO II	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III
	ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	6	00	90	90h	INSTALAÇÕES PREDIAIS HIDROSSANITÁRIAS, FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA ELEMENTAR E RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS, PROJETO DE ARQUITETURA III	TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÃO V
	INSTALAÇÕES PREDIAIS ELÉTRICAS	4	15	45	60h	SISTEMAS CONSTRUTIVOS	TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO IV
	PROJETO DE ARQUITETURA III	6	90	00	90h	SISTEMAS ESTRUTURAIS, PROJETO DE ARQUITETURA II MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	PROJETO DE ARQUITETURA III
	TOTAL CH 5º SEMESTRE 360h = 24 créditos						
6	PROJETO DE ARQUITETURA IV	6	90	00	90H	PROJETO DE ARQUITETURA III ESTRUTURAS DE CONCRETO CONFORTO TÉRMICO AMBIENTAL.	PROJETO DE ARQUITETURA IV

	ESTRUTURAS DE CONCRETO E AÇO	6	30	60	90H	SISTEMAS ESTRUTURAIS	SISTEMAS ESTRUTURAIS III
	INTRODUÇÃO AO PROJETO URBANO	6	60	30	90H	ESTUDOS ELEMENTARES EM URBANISMO	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL II
	ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS	4	00	60	60H	-	SOCIOLOGIA URBANA
	INFRAESTRUTURA URBANA	3	15	30	45H	-	INFRAESTRUTURA URBANA I
TOTAL CH 6º SEMESTRE 375 h = 25 créditos							

SEM.	DISCIPLINA	CR	CH P	CH T	CH TOT	PRÉ-REQUISITOS	EQUIVALÊNCIA 2001
7	PROJETO DE ARQUITETURA V	6	90	00	90H	PROJETO DE ARQUITETURA IV DESENHO TÉCNICO ASSISTIDO POR COMPUTADOR III	PROJETO DE ARQUITETURA V
	PROJETO URBANÍSTICO I	6	90	00	90H	INTRODUÇÃO AO PROJETO URBANO, INFRAESTRUTURA URBANA	PROJETO DE URBANISMO II
	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS I	4	00	60	60H	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO BRASIL II	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS I
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO IV	4	00	60	60H	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO IV
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	3	45	00	45H		

	DISCIPLINAS OPTATIVAS	3	-	-	45H	* VER EMENTA PRÓPRIA	OPTATIVAS
	TOTAL CH 7º SEMESTRE 390 h = 26 créditos						
8	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	4	00	60	60H	ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E AMEBIENTAIS	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL I
	PAISAGISMO II	4	45	15	60H	PAISAGISMO I	PAISAGISMO II
	PROJETO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO INTEGRADOS	6	90	00	90h	PROJETO DE ARQUITETURA V PROJETO URBANÍSTICO I PAISAGÍSMO I	-
	PROJETO URBANÍSTICO II	6	90	00	90h	PROJETO URBANÍSTICO I	PROJETO DE URBANISMO I
	ESTÉTICA	4	00	60	60H	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III E HISTÓRTIA DA ARTE	
	TOTAL CH 8º SEMESTRE 360h = 24 créditos						
SEM.	DISCIPLINA	CR	CH P	CH T	CH TOT	PRÉ-REQUISITOS	EQUIVALÊNCIA 2001
9	PROJETO URBANÍSTICO III	6	90	00	90h	PROJETO URBANÍSTICO II	PROJETO DE URBANISMO III
	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS II	4	45	15	60h	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS I	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS II
	TRANSPORTE URBANO E REGIONAL	3	15	30	45h	-	INFRAESTRUTURA URBANA II
	INTRODUÇÃO AOTRABALHO DE CURSO	2	00	30	30h	PROJETO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO INTEGRADOS	METODOLOGIA DE PESQUISA PARA TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

	ATIVIDADE DE EXTENSÃO OBRIGATÓRIA: VIAGEM DE ESTUDOS	12	120	60	180H	-	-
	DISCIPLINAS OPTATIVAS	6	*	*	90h	* VER EMENTA PRÓPRIA	OPTATIVAS
	TOTAL CH 9º SEMESTRE 495h = 33 créditos						
10	TRABALHO DE CURSO	22	330	00	330h	TODAS AS DISCIPLINAS, ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS DE EXTENSÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
	TOTAL CH 10º SEMESTRE 330h = 22 créditos						
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	09	-	-	135		
	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	240	-	-	3600		
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	249	-	-	3735		
DISCIPLINAS OPTATIVAS							
DISCIPLINA OPTATIVA PROPOSTA NO PPC		CR	CH P	CH T	CH TOT	DISCIPLINA EQUIVALENTE DA VERSÃO 2001/2	
TÓPICOS ESPECIAIS EM TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO		02			30 h	GEOPROCESSAMENTO E TOPOGRAFIA – 60 H	
GERENCIAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL		03			45 h	GESTÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS II – 60 H	
TEORIA E HISTÓRIA DA HABITAÇÃO POPULAR		03			45 h	HABITAÇÃO POPULAR NO BRASILEIRA NO SÉCULO XX – 45 H	
ANÁLISE PÓS-OCUPACIONAL		04			60 h	ANÁLISE PÓS-OCUPACIONAL – 90 H	
ESTRUTURAS METÁLICAS		03			45 h	SISTEMAS ESTRUTURAIS IV – 60 H	
MULTIMÍDIA		02			30 h	MULTIMÍDIA – 60 H	
LEGISLAÇÃO, ÉTICA E PRÁTICA PROFISSIONAL		03			45 h	LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL – 45 H	
TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS		03			45 h	TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS – 60 H	
LINGUAGEM VISUAL		03			45h	LINGUAGEM VISUAL – 45 H	
ESTUDOS AMBIENTAIS		03			45 h	ESTUDOS AMBIENTAIS – 60 H	

3.3.6.3. Adaptação de currículos (equivalência de disciplinas)

As ementas das disciplinas que permanecem do PPC anterior foram revisadas no processo de reformulação e redimensionamento da grade ocorridos durante o ano de 2011. Esta revisão foi realizada com a participação dos respectivos professores, observando-se as novas demandas que se impõem, além de priorizar uma visão mais ampla no âmbito das áreas específicas.

Os alunos que ingressaram no currículo anterior possuem o direito de permanecer naquele. No entanto, em virtude do reduzido número de professores, as disciplinas antigas em que reprovarem não serão oferecidas, a não ser que exista uma demanda de turma com mais de 15 alunos, conforme dita o Regimento Acadêmico da UFT. Portanto, os alunos que se enquadrarem nesta situação deverão solicitar matrícula na disciplina equivalente. Os demais interessados devem solicitar uma análise particular da Coordenação do Curso, via protocolo, anexando seu histórico para avaliar a possibilidade de migração através do quadro de equivalências discriminado na estrutura curricular.

3.3.6.4 Disciplinas obrigatórias

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

 Universidade Federal do Tocantins	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 1	DISCIPLINA: História da Arte	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 60h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Estética e História da Arte	
EMENTA: A arte contemporânea como produto da interação entre razão e sensibilidade partindo da arte grega.		
OBJETIVO : Possibilitar ao estudante a formação de um repertório relativo à cultura artística buscando entender o papel da razão e da sensibilidade na formação do ideário relativo às correntes artísticas. Neste processo entender os momentos de prevalescência da razão no processo de criação artística e suas inflexões abrindo espaço para a eclosão de um tipo de arte fruto da sensibilidade.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARGAN, Giulio Carlo - Historia del Arte como Historia de la Ciudad, trad. B. Podestá, Barcelona, Laia, 1983. PANOFSKY, Erwin – Significado nas Artes Visuais, São Paulo, Perspectiva, 2002. VENTURI, Lionello - Historia de la Crítica de Arte, trad. R. Arqués, Barcelona, Gustavo Gili, 1982.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ARGAN, Giulio Carlo - Clássico e Anti-Clássico. São Paulo, Cia. das Letras, 1999. FRANCASTEL, Pierre - A Realidade Figurativa, trad. M.A. Leite de Barros, São Paulo, Perspectiva/ EDUSP, 1973. PANOFSKY, Erwin - Estudos de Iconologia, trad. O.B. de Souza, Lisboa, Estampa, 1982. PANOFSKY, Erwin - A Perspectiva como Forma Simbólica, trad. E. Nunes, Lisboa, Ed. 70. 1993, PANOFSKY, Erwin - Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental trad. F. Neves, Lisboa, Presença, 1981. WÖLFFLIN, Heinrich - Conceitos Fundamentais da Historia da Arte, trad. J. Azenha Jr., São Paulo, Martins Fontes, 1984.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 1	DISCIPLINA: Estudos Elementares em Arquitetura	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Introdução ao Projeto de Arquitetura	
EMENTA: Estudos elementares formais e funcionais em arquitetura: formas básicas, volumes, ambiência e sensibilização. Linguagem escrita da arquitetura. Noções de escala e proporção. Composições simples. Compreensão da bi e da tridimensionalidade. Sensibilização e percepção acerca do espaço. Repertorização e projeção elementar arquitetônica.		
OBJETIVO : Possibilitar ao aluno a apreensão do espaço através de exercícios de sensibilização e percepção do ambiente. Promover repertorização e aquisição de uma cultura arquitetônica através do estudo de linguagens projetuais diversas. Estimular o uso de diferentes ferramentas para a transposição da ideia para o projeto.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual</i> . São Paulo: Livraria Pioneira, 1988. CHING, F. <i>Arquitetura: forma, espaço e ordem</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998. MUNARI, B. <i>Das coisas nascem coisas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: FRAMPTON, K. <i>História crítica da arquitetura moderna</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997. MARTINEZ, A. <i>Ensaio sobre o projeto</i> . Brasília: UnB, 2003. PALLASMAA, J. <i>Los ojos de la piel. La arquitectura y los sentidos</i> . Barcelona: Gustavo Gili, 2006. SCHÖN, D. <i>Educando o profissional reflexivo</i> . Porto Alegre: Artmed, 2000.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 1	DISCIPLINA: Desenho e Plástica I	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 45h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Desenho e Plástica I	
EMENTA: Teoria e prática da concepção e expressão através de estudos experimentais de malhas e de estruturas bidimensionais utilizando técnicas de composições planas (equilíbrio, ritmo, simetria, concentração, dispersão, anomalia, etc.). Desenho de observação (esboços e sínteses gráficas), percepção e representação gráfica em interface com o ambiente arquitetônico.		
OBJETIVOS : Desenvolver a criatividade na solução de exercícios de percepção, representação da forma, enfatizando técnicas de desenho de observação e composição visual. Capacitar ao desenho de formas singulares, plurais, compostas, figurativas e orgânicas para percepção do fenômeno artístico com a consequente formação de valores estéticos e aplicação ao ambiente arquitetônico.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 503p. HSUAN AN, Tai Desenho e Organização Bi e Tridimensional da Forma – Goiânia: Editora da UCG - Universidade Católica de Goiás, 1999. WONG, Wucius Princípios de forma e desenho. (Tradução Alvamar Helena Lamparelli) – São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. FAYGA Ostrwer. Design e Comunicação Visual:Edições,70,1997 MUNARI, Bruno. Das coisas nascem coisas. São Paulo: Livraria Martins Fontes. HSUAN AN, Tai Sementes do Cerrado e Design Contemporâneo – Goiânia: Editora da UCG - Universidade Católica de Goiás, 2002.		

	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>	
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">1</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Fundamentos da Análise Estrutural</p>	
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3</p>	
	<p>C.H. PRÁTICA: 15h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 30h</p>
	<p>PRÉ-REQUISITO: ---</p>	
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Sistemas Estruturais II</p>	
<p>EMENTA:</p> <p>Sensibilização e entendimento sobre a transmissão vetorial dos carregamentos ao solo. Definição de estrutura, estudo dos vínculos, representação gráfica, definição de esforço solicitante. Relações entre forma e estrutura. Compreensão do comportamento estrutural e noções para determinação de esforços e deslocamentos da estrutura. Utilização de recursos imagéticos para a sensibilização do comportamento estrutural.</p>		
<p>OBJETIVO :</p> <p>Fornecer aos alunos subsídios ao entendimento dos esforços solicitantes das estruturas e noções do comportamento estrutural (isostática e hiperestáticas).</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:</p> <p>ENGEL, H. <i>Sistemas de estruturas</i>. Ed. Gustavo Gili, 2002.</p> <p>MACHADO JR., E.F. <i>Introdução à isostática</i>. Publicação EESC/USP, 1999.</p> <p>REBELLO, Y. C. P. <i>A Concepção Estrutural e a Arquitetura</i>. Ed. Zigurate, 2003.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:</p> <p>CAMPANARI, F. A. <i>Teoria das estruturas</i>. Ed. Guanabara Dois, 1985.</p> <p>MARGARIDO, A. F. <i>Fundamentos de Estruturas</i>. Ed. Zigurate, 2003.</p> <p>CHING, F. D. K., ONOUYE, B. S. & ZUBERBUHLER, D.,. <i>Sistemas Estruturais Ilustrados: Padrões, Sistemas e Projeto</i>. Bookman, 2010.</p> <p>REBELLO, Y. C. P. <i>Bases para Projeto Estrutural na Arquitetura</i>. São Paulo, Zigurate Ed., 2007.</p> <p>SALES, J. J., NETO, J. M., MALITE, M., Dias, A. A. & GONÇALVES, R. M. <i>Sistemas Estruturais (Teoria e Exemplos)</i>. São Carlos, Ed. EESC/USP, 2005.</p>		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 2	DISCIPLINA: Sistemas Construtivos	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 72h / CRÉDITOS: 5	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: -----	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Tecnologia da Construção II	
EMENTA: Sistemas construtivos convencionais, sistemas construtivos racionalizados, sistemas construtivos industrializados e sistemas construtivos alternativos.		
OBJETIVO : Proporcionar uma visão geral dos sistemas construtivos desde estruturas passando por vedações, acabamentos até coberturas, subsidiando as decisões projetivas.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: AZEREDO, H.A. <i>O edifício até a sua cobertura</i> , ed. Edgard Blucher, 1997. BORGES, A.C. <i>Prática das Pequenas Construções</i> , ed. Edgard Blucher, 2010. CHAVES,R. <i>Manual do Construtor</i> , RJ, Ediouro, 1996.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: Ripper,E. <i>Como evitar erros na construção</i> . São Paulo. Ed. Pini, 1996. FIORITO, A.J.S.I. <i>Manual de argamassas e revestimento – estudos e procedimentos de execução</i> . São Paulo: PINI, 2010. YAZIGI, W. <i>A técnica de edificar</i> , ed. Pini, 2009.		

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO <div style="font-size: 48pt; text-align: center;">2</div>	DISCIPLINA: Fundamentos de Matemática Elementar e Resistência dos Materiais		
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4		
	C.H. PRÁTICA: 15h		C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: ---		
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---		
EMENTA: Números, ordenação e propriedades dos reais, intervalos e desigualdades, Vetores, estudo de funções. Medidas físicas, grandezas e unidades. Estudo de tensão, deformação, tração e compressão simples.			
OBJETIVO : Fornecer ao aluno ferramentas para solucionar problemas na área tecnológica e demais disciplinas de ciências exatas.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BEER, F. P. ; JOHNSTON JR, E. R. <i>Mecânica Vetorial para Engenheiros – Estática</i> . 5. ed. São Paulo: MAKRON Books do Brasil, 1994. _____. <i>Resistência dos materiais</i> . 3. ed. São Paulo: MAKRON Book do Brasil, 1996. LEZZI, G. <i>Fundamentos de matemática elementar: complexos, polinômios, equações</i> . 6. ed. São Paulo: Atual Ed., 1993.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: DOLCE, Osvaldo. <i>Fundamentos de matemática elementar: geometria plana</i> . 7. ed. São Paulo: Atual Ed., 1998. HIBBELER, R. C. <i>Resistência dos Materiais</i> , 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. LEZZI, G. <i>Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções</i> . 7. ed. São Paulo: Atual Ed., 1993 MACHADO JUNIOR, Eloy Ferraz. <i>Introdução à Isostática</i> . São Paulo: EESC-USP, 1999. NASH, W, <i>Resistência dos Materiais</i> . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1999.			

	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>	
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">2</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Materiais de Construção Civil</p>	
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4</p>	
	<p>C.H. PRÁTICA: 15h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 45h</p>
	<p>PRÉ-REQUISITO: ---</p>	
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Tecnologia da Construção I</p>	
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo dos materiais de construção civil com relação às suas propriedades e de acordo com as normas técnicas vigentes. Analisar as propriedades mecânicas, físicas e químicas dos seguintes materiais: aglomerantes, agregados, argamassa, concreto, madeira, materiais cerâmicos, materiais metálicos, plástico, vidro, tintas e outros.</p>		
<p>OBJETIVO :</p> <p>A disciplina tem como objetivo fornecer ao aluno subsídios para o entendimento das propriedades mecânicas, físicas e químicas dos materiais de construção civil. O acadêmico será capacitado para especificar os materiais a fim de garantir a qualidade final da construção.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:</p> <p>BAUER, L.A.F. <i>Materiais de construção</i>. Rio de Janeiro, LTC, 5ª. ed., 2v., 2000.</p> <p>HELENE, P.R.L.; TERZIAN, P. <i>Manual de dosagem e controle do concreto</i>. São Paulo: Pini, 2004.</p> <p>ISAIA G.C. <i>Materiais de construção civil e princípios de ciência e engenharia de materiais</i>. São Paulo, IBRACON, 2007.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:</p> <p>AITCIN, P.C. <i>Concreto de alto desempenho</i>. São Paulo: Pini, 2000.</p> <p>MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P.J.M. <i>Concreto: microestrutura, propriedades e materiais</i>. São Paulo: IBRACON, 2008.</p> <p>VAN VLACK, L.M. <i>Princípio de ciência e tecnologia dos materiais</i>. São Paulo, Edgard Blucher, 2004.</p> <p>NEVILLE, A.M. <i>Propriedades do concreto</i>. São Paulo: Pini, 1997.</p> <p>PETRUCCI, E.G.R. <i>Materiais de construção</i>. São Paulo, Globo, 1998.</p>		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 2	DISCIPLINA: Desenho Técnico Assistido por Computador I	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 45h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: Desenho e Plástica I	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Desenho Técnico Aplicado I	
EMENTA: Conceitos básicos em Computação Gráfica e suas aplicações em ambientes computacionais 3D no conceito de Modelagem de Informações de Construção - BIM (Building Information Modeling) que permitam a concepção de formas através de modelagens e estudos de massa com ênfase na criação intuitiva e posterior representação.		
OBJETIVOS : Compreensão e uso de ambiente computacional para concepção de formas básicas. Utilizar as ferramentas de criação e edição. Aplicação dos conceitos de composição para modelagens e estudos de massa. Compreensão e uso de superfícies reversas notáveis, rampas e escadas helicoidais. Desenvolvimento de habilidades e conhecimentos do ferramental através de exercício preferencialmente comum à disciplina de Estudos Elementares em Urbanismo (EEU). Representações através de cortes/elevações, vistas, perspectivas conforme normatização. Aplicação de materiais e texturas. Promover a interface com outros programas compatíveis (importação e exportação).		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ABNT. NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura. 1994 LIMA, Claudia Campos Autodesk Revit Architecture 2013 - Conceitos e Aplicações . Editora Érika,2012. JUSTI, Alexander Revit Architecture 2010 , 1ª ed, Distrito Federal -Editora Ciência Moderna Ltda. 2010, 880 páginas		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 503p. FERREIRA, Eber Nunes. Guia Revit Architecture 2013 – Módulos 1 e 2 (pdf) HSUAN-AN, Tai. Desenho e organização bi e tridimensional da forma. Goiânia: Ed. Da UCG, 1997, 200p. :il. WONG, Wucios. Princípios de Forma e Desenho. Tradução Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 1998. SÁ, José Ricardo Cunha da Costa e. Edros. São José dos Campos: Ed. PINI, 1982, 124p.		


Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013


Projeto Pedagógico do Curso - 2013

 <p>Universidade Federal do Tocantins</p>	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>		
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">4</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Conforto Acústico e Eficiência Energética</p>		
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4</p>		
	<p>C.H. PRÁTICA: 15h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 45h</p>	
	<p>PRÉ-REQUISITO: Desenho Técnico Assistido por Computador II</p>		
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Conforto Ambiental II</p>		
<p>EMENTA:</p> <p>Aborda de forma genérica os aspectos relativos à inclusão da iluminação artificial e da acústica arquitetônica como parâmetros do projeto. Apresenta os elementos conceituais e os procedimentos operacionais básicos dos projetos luminotécnicos e acústicos. Exercita o desenvolvimento de projetos simplificados nos tópicos referidos, à semelhança do que ocorre em casos reais na cidade de Palmas/TO, utilizando-se preferencialmente de exercícios da disciplina Projeto de Arquitetura II.</p>			
<p>OBJETIVO :</p> <p>Introduzir os alunos ao tema, procurando sensibilizá-los para sua importância na arquitetura. Apresenta-se diretrizes genéricas de projeto que possibilitem: a compreensão da importância da iluminação artificial e da acústica arquitetônica na qualidade do ambiente construído, com ênfase nos elementos básicos do conforto luminoso e acústico- objetivando o conhecimento e aplicação coerente dos mesmos no projeto de arquitetura.</p>			
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:</p> <p>SOUZA, Léa Cristina Lucas de, ALMEIDA, Manuela Guedes de e BRAGANÇA, Luís. “Bê-a-Bá da Acústica Arquitetônica. Ouvindo Arquitetura”. Edição dos autores. Bauru, 2003.</p> <p>ACIOLI, J. de L.”Física básica para arquitetura :mecânica, transmissão de calor, acústica”, UNB,</p> <p>MASCARO,Lucia. “Energia na Edificação: Estratégias para minimizar seu consumo”.Projeto ,1995</p>			
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:</p> <p>FREIRE, M. R.. “A luz Natural no ambiente construído”. Salvador BA FAUFBA/ LACAM 1997</p> <p>CONRADO SILVA, Marco. “Elementos de acústica arquitetônica”; São Paulo Ed. Nobel 1983.</p> <p>CARVALHO, B.de A.. “Acústica Aplicada à Arquitetura”, São Paulo, Livraria Freitas Bastos S.A 1967.</p> <p>EGAN, David M. “Concepts and Practice of Architectural Acoustics”. New York, McGraw-Hill, 1988.</p> <p>PRADO, Cintra do. “Acústica Arquitetônica”. Texto apostilado. São Paulo, FAUUSP, 1961.</p>			

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

 <small>Universidade Federal do Tocantins</small>	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>	
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">5</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Projeto de Arquitetura III</p>	
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h / CRÉDITOS: 6</p>	
	<p>C.H. PRÁTICA: 90h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 0h</p>
	<p>PRÉ-REQUISITO: Projeto de Arquitetura II, Sistemas Estruturais e Materiais de Construção Civil.</p>	
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Projeto de Arquitetura III</p>	
<p>EMENTA: Elaboração de projeto de arquitetura de complexidade funcional moderada, com sobreposição de pavimentos e definição dos sistemas de circulação vertical. Apresentação dos conceitos relacionados aos custos da construção e à caracterização tipológica e funcional de edifícios associados à classe média e sua vinculação à realidade social brasileira. Introdução das normas de dimensionamento de circulações horizontais e verticais, com base na legislação local. Definição dos sistemas construtivos e pré-dimensionamento estrutural.</p> <p>OBJETIVO : Possibilitar ao estudante o contato com projeto arquitetônico de edifício vertical em nível de anteprojeto. Induzir ao pensamento projetivo por meio de metodologia que permita a percepção dos sistemas estruturais e complementares em edifícios em altura. Discutir os aspectos conceituais e técnicos relacionados à produção do projeto arquitetônico, estimulando o uso das diferentes ferramentas de representação.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: MASCARÓ, Juan Luis. O Custo das Decisões Arquitetônicas. 4. ed. Porto Alegre: Mas Quatro Editora, 2006. REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. A Concepção Estrutural e a Arquitetura. São Paulo: Ziguratte, 2000. SOMEKH, Nadia. A cidade vertical e o urbanismo modernizador. São Paulo: Nobel, EDUSP, FAPESP, 1997.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: GONZÁLEZ, Luis Moya (Ed). Vivienda Reducida. Madri: Mairea Libros, 2007. SÜSSEKIND, José Carlos. Curso de Análise Estrutural. Porto Alegre: Editora Globo, 1984.</p>		

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 5	DISCIPLINA: Orçamento e Planejamento	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h / CRÉDITOS: 6	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 90h
	PRÉ-REQUISITO: Instalações Prediais Hidrossanitárias, Resistências dos Materiais e Projeto de Arquitetura II.	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Tecnologia da Construção V	
EMENTA: Elaboração de orçamentos e planejamento físico de obras edilícias, urbanas e paisagísticas. Integração e gestão de qualidade dos projetos de arquitetura e de engenharia. Planejamento e gerenciamento dos processos de construção.		
OBJETIVO : Proporcionar o entendimento da prática da construção civil, orçamentação e planejamento da execução de obras.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: MASCARO, J. L. O Custo das Decisões Arquitetônicas . São Paulo, Nobel, 1985. SOUZA, R. e Mekbekian G. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras . São Paulo, Pini, 1999. YAZIGI, Walid, A Técnica de Edificar , 5º Ed. – São Paulo: PINI. 2003.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ALDABÓ, Ricardo. Gerenciamento de projetos – procedimentos básicos e etapas essenciais . São Paulo, Pini, 2001. JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos . São Paulo, Dialética, 2010. MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar orçamento de obras: dicas para orçamentistas, estudos de caso, exemplo . São Paulo, Pini, 2006. SOUZA, R. e Mekbekian G. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras . São Paulo, Pini, 1999. TISAKA, Maçahiko. Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução . São Paulo, Pini, 2006.		

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>	
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">6</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Estudos Socioeconômicos e Ambientais</p>	
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4</p>	
	<p>C.H. PRÁTICA: 0h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 60h</p>
	<p>PRÉ-REQUISITO: ---</p>	
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Sociologia Urbana</p>	
<p>EMENTA:</p> <p>A formação histórica da cidade e seu pensamento, aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais, enquanto processo social e forma. Sentidos de tempo e espaço, público e privado e história e natureza, a partir de leituras sobre: Cidade Estado, Cidades Ideais, Cidade e Capital, Cidade e Mercadoria e Cidade e Razão. O processo de urbanização capitalista, suas contradições e conflitos. Histórico e matrizes dos discursos sobre sustentabilidade e urbanização.</p>		
<p>OBJETIVO :</p> <p>Conduzir o aluno a novas formas de reflexão, por meio da desnaturalização de saberes sobre a constituição do espaço urbano capitalista e seus desafios contemporâneos a partir das principais correntes da sociologia urbana nos séculos XIX e XX.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:</p> <p>ARGAN, G. C. História da Arte como História da Cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1992.</p> <p>CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.</p> <p>SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1978.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:</p> <p>ACSELRAD, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.</p> <p>DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>JACOBS, Jane. Morte E Vida De Grande Cidades. Martins Fontes Ed. Ltda, Abril de 2001.</p> <p>LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Documentos. 1969.</p> <p>VELHO, Gilberto. Antropologia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1973.</p>		

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

 <small>Universidade Federal do Tocantins</small>	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>	
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">7</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Projeto Urbanístico I</p>	
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h / CRÉDITOS: 6</p>	
	<p>C.H. PRÁTICA: 90h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 0h</p>
	<p>PRÉ-REQUISITO: Introdução ao Projeto Urbano e Infraestrutura Urbana</p>	
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Projeto de Urbanismo II</p>	
<p>EMENTA:</p> <p>Prática de concepção de projeto de parcelamento urbano que contemple soluções de desenho em escalas adequadas; lançamento de sistema viário hierarquizado e integrado ao existente, de áreas livres e unidades edificáveis com seus respectivos índices construtivos, considerando as condicionantes de inserção e composição urbana quanto à morfologia, usos, densidades, fluxos, mobilidade sustentável, infraestrutura, e os aspectos físicos-climáticos-ambientais, respeitadas as questões gerais de viabilidade técnica, econômica e legislação específica.</p>		
<p>OBJETIVO :</p> <p>Capacitar o aluno a propor projetos urbanísticos de microparcelamento considerando as variáveis e condicionantes que envolvem a proposta de conjuntos novos integrados ao meio urbano existente.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:</p> <p>MASCARÓ, Juan Luis. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: Editora MasQuatro. 2005.</p> <p>MASCARÓ, J. L.; Yoshinaga, M. Infra Estrutura Urbana. Mais Quatro. Porto Alegre, 2005.</p> <p>ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano. São Paulo Pro Editores, 2001.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:</p> <p>ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. Densidade Urbana: Um Instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº. 6766/1979. Rio de Janeiro: Gráfica Auriverde (alterada pela Lei nº. 9785/1999).</p> <p>CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1983.</p> <p>DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano. São Paulo: Pini, 1990.</p> <p>GOUVÊA, Luis Alberto. Cidade Vida: curso de desenho ambiental urbano. São Paulo: Nobel. 2008.</p>		

	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO</p>	
<p align="center">PERÍODO</p> <p align="center">8</p>	<p align="center">DISCIPLINA: Planejamento Urbano e Regional</p>	
	<p align="center">CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4</p>	
	<p>C.H. PRÁTICA: 0h</p>	<p>C.H.TEÓRICA: 60h</p>
	<p>PRÉ-REQUISITO: Estudos Socioeconômicos e Ambientais</p>	
	<p>EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Planejamento Urbano e Regional I</p>	
<p>EMENTA: Introdução ao papel do planejamento na organização das atividades humanas, e nas opções de espacialização funcional. Abordagem conceitual e noções referentes ao planejamento regional e urbano, à forma e às escalas urbanas. Principais teorias, métodos e instrumentalização do planejamento urbano.</p>		
<p>OBJETIVO : Introduzir os processos determinantes do desenho espacial de das diretrizes urbanísticas a partir das relações entre aspectos políticos, econômicos, ambientais, legais e administrativos de gestão do espaço.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: PANERAI, Phillip. Análise Urbana. Brasília: Ed. UNB. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. A cidade como um jogo de cartas. Niterói: EDUFF, 1988. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: BACELAR, Tânia. Dinâmica Regional brasileira e integração competitiva. In: Anais da ANPUR. CAMPOS FILHO, Cândido Malta. A cidade brasileira: o seu controle ou o caos. São Paulo: Studio Nobel, 1992. CORREA, Roberto Lobato. A Rede Urbana: reflexões sobre um tema negligenciado. Revista Cidades. Vol.1, n. 1, 2004. Presidente Prudente:GEU. LACAZE, Jean-Paul. Os métodos do urbanismo. Campinas : Ed. Papirus, 1993. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanas. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2002.</p>		

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO <div style="font-size: 48px; text-align: center;">8</div>	DISCIPLINA: Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Integrados		
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h / CRÉDITOS: 6		
	C.H. PRÁTICA: 90h		C.H.TEÓRICA: 0h
	PRÉ-REQUISITO: Projeto Urbanístico I, Projeto de Arquitetura V, e Paisagismo I.		
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---		
EMENTA: Exercício analítico e sintético da problematização arquitetônica, desde a dimensão urbanística (levando-se em consideração os contextos histórico, socioeconômico e ambiental), até a construtiva (levando-se em consideração os sistemas estruturais, vedações e acabamentos). Explicita a simultaneidade e interdependência entre as construções do problema e da solução arquitetônicos. Exercita a proposição temático-programática na escala da arquitetura (preparatório ao TC), em função de análise teórico-crítica de área urbana consolidada, que, preferencialmente , deve ser a mesma proposta na disciplina de Projeto Urbanístico II (PUII). Sublinha as interações entre arquitetura e urbanismo através da projeção dos espaços livres (em sua reversibilidade com os espaços construídos), que preferencialmente devem ser os mesmos aplicados na disciplina de Projeto de Paisagismo II (PPII).			
OBJETIVO : Refletir acerca do espaço, com foco nas interações e interfaces entre as dimensões arquitetônica, urbanística e paisagística. Exercitar a projeção com ênfase em sua fundamentação teórica (e empírica, enfim, crítica), sublinhando a manipulação e controle da forma às ponderações entre construção (estruturas e sistemas construtivos), conforto (principalmente térmico), uso (programa de necessidades, comportamento) e as diversas dimensões da subjetividade (significado, sentidos, etc.), de maneira contextualizada ao entorno urbano e aos espaços livres .			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano . São Paulo: Pini, 1990. RODRIGUES, Ferdinando de Moura. Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta . São Paulo: Projeto, 1986 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano . São Paulo Pro Editores, 2001.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades . São Paulo: Martins Fontes, 2004. LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Diário Oficial da União, Seção 1 (Atos do Poder Legislativo). MASCARÓ, Juan Luis. Loteamentos urbanos . Porto Alegre: Editora Mais Quatro. 2003. MASCARÓ, L. Ambiência urbana . Masquatro, 2005. _____. Vegetação urbana . L. Mascaró, 2004.			

<div><div>UFT</div><div>Universidade Federal do Tocantins</div></div>		UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 8	DISCIPLINA: Projeto Urbanístico II		
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h / CRÉDITOS: 6		
	C.H. PRÁTICA: 90h		C.H.TEÓRICA: 0h
	PRÉ-REQUISITO: Projeto Urbanístico I		
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Projeto de Urbanismo I		
EMENTA: Prática de projeto de urbanismo de médio porte e complexidade em área urbana consolidada, sob o ponto de vista da intervenção urbanística localizada, levando-se em consideração o contexto histórico, socioeconômico e ambiental. Aplicação de uma metodologia que incorpore o levantamento de dados, caracterização, análise, diagnóstico e formulação de diretrizes, culminando na confecção do anteprojeto urbanístico, constituído de propostas legislativas quanto ao uso e ocupação do solo além das intervenções físicas de desenho.			
OBJETIVO : Capacitar o aluno para analisar, justificar e conceber o projeto de urbanismo em nível de anteprojeto em área urbana consolidada, em consonância com a compreensão do conjunto de dinâmicas sociais que regem a produção contemporânea do processo social de produção da cidade, seus problemas e contradições.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARANTES, Otília, MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos (2000). A cidade do pensamento único . Petrópolis: Vozes. MASCARÓ, Juan Luis. Loteamentos urbanos . Porto Alegre: Editora Mais Quatro. 2003. ROLNIK, Raquel (coord.). Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos . Brasília, Câmara dos Deputados/Instituto Pólis, 2002.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ARANTES, O. Urbanismo em Fim de Linha . Edusp, São Paulo, 1998. CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos . São Paulo, Nobel, 1988. LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Diário Oficial da União, Seção 1 (Atos do Poder Legislativo). ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano . São Paulo Pro Editores, 2001. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/LILP, 2001.			

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 9	DISCIPLINA: Técnicas Retrospectivas II	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 45h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: Técnicas Retrospectivas I	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Técnicas Retrospectivas II	
EMENTA: Estudo do patrimônio cultural edificado com ênfase na teoria, história, metodologia e prática da restauração. Materiais, sistemas construtivos e técnicas construtivas. Agentes químicos e mecânicos agressores ao patrimônio. Avaliações e técnicas de restauração. Exercícios práticos com levantamentos históricos, métricos e fotográficos; análise, diagnóstico, proposta e projeto.		
OBJETIVO : Desenvolver o pensamento analítico e crítico de modo a utilizar a teoria para executar a prática, capacitando o aluno a fazer levantamentos e análises patrimoniais, bem como projetos de restauração e pesquisas nas áreas relacionadas ao patrimônio.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BRANDI, Cesare. Teoria da restauração . Cotia: Ateliê Editorial, 2005. 261 p. (Coleção Artes & Ofícios). OLIVEIRA, Mário Mendonça de. Tecnologia da conservação e da restauração: materiais e estruturas: um roteiro de estudos . 3. ed. revisada e ampliada. Salvador: EDUFBA: 2006. 243 p.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: BRAGA, MÁRCIA (Org.). Conservação e restauro: arquitetura brasileira . Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003. GONÇÁLVES, Cristiane Souza. Restauração arquitetônica e a experiência do SPHAN em São Paulo - 1937-1975 . São Paulo: Annablume, 2007. PIRES, Maria Coeli Simões. Da proteção ao patrimônio cultural: o tombamento como principal instituto . Belo Horizonte: Del Rey, 1994. 413 p. VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Coord.) Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados . Barueri: Manole, 2006. 280 p.		

Projeto Pedagógico do Curso - 2013

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 9	DISCIPLINA: Introdução ao Trabalho de Curso	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h / CRÉDITOS: 2	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Integrados	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Metodologia de Pesquisa para Trabalho Final de Graduação	
EMENTA: Produção de pesquisa direcionada para o desenvolvimento do Trabalho de Curso, pertinente à área da arquitetura e urbanismo.		
OBJETIVO: Auxiliar o aluno de arquitetura no desenvolvimento de um olhar crítico sobre seu tema, objeto de pesquisa teórico e prático em Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma de Redação Técnica vigente. SERRA, Geraldo Gomes. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: EDUSP, 2006. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento de métodos. 2. ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: BASTOS, Lilia da Rocha et. al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1994. GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997. MARTINS, G. de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 1998. SANTOS, Antonio R. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A editora, 1999.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO 10	DISCIPLINA : Trabalho de Curso	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 330h / CRÉDITOS: 22	
	C.H. PRÁTICA: 330h	C.H.TEÓRICA: 0h
	PRÉ-REQUISITO: Todas as disciplinas	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Trabalho Final de Graduação	
EMENTA: Elaboração de trabalho acadêmico centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, em conformidade com o Regulamento da disciplina (em anexo)		
OBJETIVO : Avaliar a aptidão dos estudantes ao ingresso na vida profissional, através da demonstração de conhecimentos concernentes à solução propositiva em arquitetura e urbanismo, com excelência; e, mensurar a capacidade propositiva do estudante, desde a correção na fundamentação teórico-analítica de sua proposta, até a fidelidade da solução final ao conteúdo desta fundamentação, e também à qualidade do trabalho como um todo.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma de Redação Técnica vigente. SERRA, Geraldo Gomes. Guia prático para o trabalho em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: EDUSP, 2006. LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Diário Oficial da União, Seção 1 (Atos do Poder Legislativo).		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano . São Paulo: Pini, 1990. RODRIGUES, Ferdinando de Moura. Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta . São Paulo: Projeto, 1986 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios Bioclimáticos para o Desenho Urbano . São Paulo Pro Editores, 2001.		

3.3.6.5. Disciplinas optativas

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Desenho Técnico Assistido por Computador IV	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h / CRÉDITOS: 2	
	C.H. PRÁTICA: 20h	C.H.TEÓRICA: 10h
	PRÉ-REQUISITO: Desenho Técnico Assistido por Computador III	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Conceitos avançados em Computação Gráfica e suas aplicações em ambientes computacionais 3D no conceito de Modelagem de informações de construção - BIM (Building Information Modeling) que permitam animação avançada e multimídia.		
OBJETIVO : Desenvolvimento de animação gráfica através de do uso de câmeras e geração de filmes à partir do projetos desenvolvidos em ambientes computacionais.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: LIMA, Claudia Campos Autodesk Revit Architecture 2013 - Conceitos e Aplicações . Editora Érika,2012. JUSTI, Alexander Revit Architecture 2010 , 1ª ed, Distrito Federal -Editora Ciência Moderna Ltda. 2010, 880 páginas. SÁ, José Ricardo Cunha da Costa e. Edros. São José dos Campos: Ed. PINI, 1982, 124p		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ABNT. NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura. 1994 ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 503p. FLÓRIO, Wilson. O uso de ferramentas de modelagem vetorial na concepção de arquitetura de formas complexas. 2005. 477p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – FAU/USP. PEDROSA, Israel. Da cor a cor inexistente. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial. 1978.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Tópicos Especiais em Topografia e Geoprocessamento	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 h / CRÉDITOS: 2	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Geoprocessamento e Cartografia	
EMENTA: Definição e aplicação da topografia. Unidades de medidas, ângulos e escalas. Sinalização e marcação de pontos. Instrumental. Medição de ângulos horizontais e verticais . Distâncias. Planimetria. Curvas de Nível. Características, movimento e geometria da terra. Descrição de equipamentos de medição. Cartografia Automatizada. Aerofotogrametria. Sensoriamento Remoto. Processamento Digital de Imagens. Modelagem do terreno.		
OBJETIVO : Conhecimento básico de topografia e geoprocessamento focalizados diretamente às suas aplicações aos projetos.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ESPARTEL, L. <i>Curso de Topografia</i> . Porto Alegre: Globo, 1987. 655 p. NOVO, E.M.L. de M. Sensoriamento remoto. Princípios e Aplicações. Edgard Blucher, 1989. RODRIGUES, M. Geoprocessamento. Escola Politécnica da USP, 1990.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: CARDÃO, C. <i>Topografia</i> . Belo Horizonte: Ed. Arquitetura e Engenharia. 1970, 505p. COMASTRI, J.A. Topografia. Planimetria. Unv.Federal de Viçosa, 2ª. Ed., Imprensa Universitária.,1986. COMASTRI, J.A., TULER, J.C. Topografia. Altimetria. Unv.Federal de Viçosa, 2ª. Ed.,Imprensa Universitária, GARCIA, G.; PIEDADE, G. <i>Curso de Topografia aplicada às ciências agrárias</i> . São Paulo: Nobel, 1944. 256p. SEGANTINE, P.C.L. Aerofotointerpretação e fotogrametria. Publicação 106/91, 1988.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Gerenciamento na Construção Civil	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: Orçamento e Planejamento	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Gestão e Gerenciamento de Projetos e Obras II	
EMENTA: Sistemas gerenciais. Custo das decisões arquitetônicas. Organização de empreendimentos. Estrutura produtiva da indústria da construção. Planejamento econômico e financeiro na indústria da construção.		
OBJETIVO : Compreender as principais características dos diferentes sistemas de gestão adotados na construção civil, discutindo as funções do planejamento e suas técnicas, a gestão de projeto e sua influência na qualidade das edificações, os recursos humanos e a produtividade, os suprimentos e gestão de resíduos, a gestão de produção e o canteiro de obras.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: GOLDMAN, Pedrinho, Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira . São Paulo, PINI, 1997. MASCARO, J. L. O Custo das Decisões Arquitetônicas . São Paulo, Nobel, 1985. NETTO, Antônio Vieira, Como gerenciar construções . São Paulo, PINI, 1988.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ALDABÓ, Ricardo. Gerenciamento de projetos – procedimentos básicos e etapas essenciais . São Paulo, PINI, 2001. MELHADO, S.B. et al. Coordenação de projetos de edificações . São Paulo: O Nome da Rosa, 2005. PINTO, T.P. Gestão ambiental de resíduos da construção civil: a experiência do SINDUSCON-SP . São Paulo, Obra Limpa: I&T: SINDUSCON-SP, 2005. 48p. SCHWEDER, G.R. A Contratação do Gerenciamento na construção Civil: uma abordagem sistêmica . 1991. 143p. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. SOUZA, Ubiraci E. L. de. Projeto e implantação do canteiro . Coleção Primeiros Passos da Qualidade no Canteiro de Obras. 96 p.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Instrumentos de Planejamento Urbano	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: Projeto Urbanístico I	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Apresentação e problematização dos instrumentos de Planejamento Urbano, desde os chamados instrumentos tradicionais (zoneamento, parcelamento de solo e definição de perímetros urbanos), até o Estatuto da Cidade. Exercícios de aplicação dos conceitos e instrumentos abordados. Panorama histórico dos instrumentos e da função social da propriedade e da cidade: o zoneamento e suas origens, o zoneamento no Brasil, marcos conceituais da legislação urbanística. Instrumentos de ampliação do acesso a terra, operações urbanas e instrumentos de regularização fundiária de assentamentos informais.		
OBJETIVO : Compreender e discutir os instrumentos a luz das condicionantes históricas, sociais e econômicas. Capacitar o estudante a realizar a aplicação prática dos instrumentos, bem como antever problemáticas posteriores a sua aplicação na escala da cidade.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: FERNANDES, Edésio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística . São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. JOSÉ, Beatriz Kara. A instrumentalização da Cultura em Intervenções Urbanas na Área Central de São Paulo 1975 a 2000 . São Paulo: FAUUSP. Dissertação de Mestrado. MARICATO, Ermínia. “Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana” . Petrópolis: Vozes, 2001.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: FELDMAN, Sarah. Avanços e Limites na Historiografia da Legislação Urbanística no Brasil . Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), Brasil, v. 4, p. 33-48, 2001. FIX, M. A fórmula mágica da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo . In: Schicchi, M. C; Benfatti, D.. (Org.). Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro. 1 ed. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004, v. , p. 185-198. ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei . São Paulo: FAPESP, 1997. SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito . In Revista Espaço e Debates, ano XI, número 33, 1991. SMOLKA, Martim O. Regularização da Ocupação do Solo Urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução in: Fernandes, Edésio & Alfonsin, Betânia (Coord.); MANCUSO, Franco. "Las Experiências del Zoning". Barcelona: GG, 1980.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Canteiro Experimental. Teoria e Desenho	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: PA I e Sistemas Estruturais	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: A dicotomia projeto e construção, a partir da leitura clássica do “Canteiro e o Desenho” de Sérgio Ferro. Estudo e realização de modelos estruturais, por meio da utilização de referências históricas. Experimentação de material proposto, com entendimento de seu comportamento e possibilidades técnicas pela vivência prática. Construção de obra projetada coletivamente com a utilização de diversas ferramentas.		
OBJETIVO : Compreender a formação histórica da atuação do arquiteto em relação a dialética projeto e canteiro, levando a discussão para a prática experimental. Introduzir o aluno em vivências de canteiro, suscitando a multidisciplinaridade, a autonomia e segurança na resolução dos problemas enfrentados no ato de construir. Valorizar a participação dos diversos atores e dos vários saberes.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: FIORI, Pedro Arantes. Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefevre, de Artigas aos multirões. São Paulo: Editora 34, 2002 FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. Arquitetura e trabalho livre. Organização: Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006. RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. Canteiro experimental – uma proposta pedagógica para a formação do arquiteto e urbanista. PÓS – Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP / Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação – v. 17 (2005) – São Paulo: FAU, 2005.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: FATHY, Hassan. Construindo com o povo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1982. FERRO, Sergio. Nota sobre o vício da virtude. Novos Estudos Cebrap, 76, novembro, 2004. KOURY, Ana Paula. Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: Romano Guerra Editora: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2003. VAN LENGEN, Johan. Manual do arquiteto descalço. Porto Alegre: Livraria do arquiteto; Rio de Janeiro: TIBÁ, 2008.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Intervenções em Centros Urbanos	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: Projeto Urbanístico II	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Estudo de intervenções urbanas contemporâneas em áreas centrais, problematizando a aplicação de projetos e seus resultados. Processos de valorização, especulação imobiliária, espoliação e periferização, exemplos nacionais e internacionais emblemáticos, à luz do direito à cidade.		
OBJETIVO : Estabelecer relações entre o projeto e os conflitos urbanos, fomentando o debate e a compreensão crítica acerca das intervenções e processos urbanos.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade . In: Espaço e Debates, n. 34, NERU, 1991. KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 MARICATO, Ermínia (et all). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos . Petrópolis: Vozes, 2001.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: RIBEIRO, Wilson. Requalificação de áreas centrais no Brasil: o global e o local . UFSC, 2006. SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos . Rio de Janeiro: Ed. Civilização, 1965. VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil in Deák, Csaba e Schiffer, Sueli. O processo de urbanização no Brasil Edusp, São Paulo, 1999. OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano no Brasil . In Espaço & Debates. n. 06, São Paulo: NERU, 1982. VILLAÇA, F. O Espaço intra-urbano no Brasil . Capítulo 2. São Paulo: Nobel/Lincoln/Fapesp, 1991, pp. 17-48.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Pensamento e Prática no Urbanismo Contemporâneo	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: Introdução ao Projeto Urbano	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Apresentação das principais correntes do pensamento urbanístico contemporâneo e suas origens com abrangência multidisciplinar, bem como de suas aplicações em casos exemplares de projetos elaborados no Brasil, Europa e Estados Unidos. Ênfase sobre o urbanismo brasileiro das últimas duas décadas, incluindo a concepção do projeto de Palmas-TO.		
OBJETIVO : Aprofundar conteúdos teóricos relativos aos princípios projetuais do urbanismo contemporâneo, com vistas a fomentar a análise crítica e ampliar o repertório do aluno. Expectativa de contribuição para a formação de um profissional consciente sobre o momento histórico e as práticas acadêmicas e profissionais próprias do seu tempo.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. São Paulo: EDUSP, 1999. HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992. LAMAS, José P. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbentrian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1992		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: JACOBS, Jane. Morte e vida de grande cidades. São Paulo: Martins Fontes. 2001. LYNCH, Kevin. Teoria da boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999. ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho de 1996, p. 152-166.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Teoria e História da Habitação Popular	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO:	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Habitação Popular no Brasil no século XX	
EMENTA: Produção do espaço urbano e a questão da moradia. Estado capitalista, planejamento urbano e habitação. Modelos de políticas e intervenções sobre a questão habitacional no Brasil, século XX. O déficit habitacional nos últimos 30 anos do século XX e as manifestações recentes: o autoempreendimento da casa - favelas, loteamentos irregulares, periferização. Moradia, justiça social e a questão ambiental. Possibilidades contidas no Estatuto das Cidades.		
OBJETIVO : Pensar o problema habitacional e suas manifestações concretas no Brasil pelo viés da crítica teórica.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. G. de. Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. (Atualidade). BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1998. CORREIA, Telma de Barros. A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950. São Carlos: Rima, 2004.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: GOTTDIENER, Mark (1993). A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993. MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do urbanismo. São Paulo: HUCITEC, 1996. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um estudo de bairro. São Paulo: Projeto, 1985.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Tópicos Especiais em Planejamento e Desenvolvimento Regional	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: Planejamento Urbano e Regional	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Relação entre o planejamento urbano e o regional historicamente. Conceituação de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Políticas e programas regionais no mundo e no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Escalas do planejamento e da gestão regional.		
OBJETIVO : Capacitar o aluno a pensar o problema regional recente no Brasil e no mundo de maneira integrada ao planejamento e gestão locais, através de Seminários.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BACELAR, Tânia. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. Pag. 1070-1097. CORRÊA, Roberto Lobato. Rede Urbana: reflexões sobre um tema negligenciado. Revista Cidades. Vol.1, n.1, 2004. Presidente Prudente: GEU. _____. Construindo o conceito de Cidade média. (Mimeo) pag. 1-11.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: BERNARDES, Lysia. Política urbana: uma análise da experiência brasileira recente. In: Análise e conjuntura. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1986. GOTTDIENER, Mark (1993). A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993. (Ponta, 5). HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992. DAVIS, Mike. Planeta Favela. LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). O Urbanismo no Brasil: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/ FUPAM, 1999.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Modelos de Planejamento e Gestão Urbanos Contemporâneos	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: Planejamento Urbano e Regional	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Fundamentos da economia política da urbanização; cidade moderna e pós-moderna; modelos de planejamento e gestão das cidades; políticas e programas sociais urbanos; Planos e instrumentos de regulação e controle das cidades. 1ª parte: Fundamentação teórico-conceitual e histórica do planejamento e da gestão urbanos. 2ª parte: Principais modelos de planejamento e gestão contemporâneos. 3ª parte: O problema do planejamento estatal urbano e casos recentes.		
OBJETIVO : Investigar a complexidade do espaço urbano moderno a partir dos modelos e intenções do planejamento estatal e suas respectivas formas de gestão das cidades a partir do século XIX, através de Seminários.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. São Paulo: EDUSP, 1999. BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y Global. La gestión de la ciudades en la era de la información. Madrid, Taurus, 1997. HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ARANTES, Otília et al. (Orgs.). Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. BORJA, J. e CASTELLS, M. Planes estrategicos y proyotos metropolitanos, in: Cadernos IPPUR (1 e 2), 1997. (pag 207-231) DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1995.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Critérios Espaciais no Projeto de Habitação Popular	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 30h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: Projeto de Arquitetura III, Estudos Socioeconômicos e Ambientais e Planejamento Urbano e Regional.	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Apresentação de conceitos relacionados à produção contemporânea da Habitação de Interesse Social (HIS), com ênfase na produção social do espaço e na promoção de habitação urbana de qualidade para famílias de baixa renda. Discute os aspectos conceitual, simbólico e social do morar contemporâneo, com ênfase na apresentação em nível de estudo preliminar, de propostas de intervenção urbana para acomodação de famílias de baixa renda.		
OBJETIVO : Promover a discussão sobre a condição da moradia contemporânea das pessoas de baixa renda nas cidades brasileiras, por meio da proposição de alternativas que busquem viabilizar a criação de territórios sociais sem exclusão dentro da malha urbana existente. Como resultado da discussão, pretende-se desenvolver propostas viáveis de edifícios uni ou multifamiliares ou ainda de conjuntos habitacionais, em nível de estudo preliminar, que tenha como base conceitual a problemática habitacional atual.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade/ Fapesp, 2004. GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Cidade vida. Curso de desenho ambiental urbano. São Paulo: Nobel, 2008. MASCARÓ, Juan Luis. O Custo das Decisões Arquitetônicas. 4. ed. Porto Alegre: Mas Quatro Editora, 2006.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: CONDE, L. P.; MAGALHÃES, S. Favela Bairro. Uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Viver Cidades, 2004. DAVIS, M. Planeta Favela. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. GOUVÊA, L. A. de C. Brasília: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo: Annablume, 1995. FOLZ, R. R. Mobiliário na habitação popular. Discussões de alternativas para melhoria da habitabilidade. São Carlos: RiMa, 2003.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Desenho Técnico Assistido por Computador V	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 30h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: Desenho Técnico Assistido por Computador IV	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Conceitos avançados em Computação Gráfica e suas aplicações em ambientes computacionais 3D no conceito de Modelagem de informações de construção - BIM (Building Information Modeling) que permitam a concepção de formas arquitetônicas complexas e geodésicas, com ênfase na criação e representação e animação avançada e multimídia.		
OBJETIVO : Compreensão e uso de ambiente computacional para concepção de formas complexas e geodésicas. Utilizar as ferramentas de criação e edição. Desenvolvimento de um projeto arquitetônico complexo público (com criação e inserção de mobiliário) inserido no lote e na quadra com o uso de curvas de nível. Criação e edição de famílias (componentes, paredes, esquadrias, modelos 3D e modelos 2D para representação técnica). Criar quantitativos de áreas, materiais, equipamentos, esquadrias etc. Representações através de cortes/elevações, vistas, perspectivas conforme normatização em diferentes escalas. Animação com movimentação de câmeras. Orientação solar e transmitância térmica dos materiais. Renderização avançada e impressão. Promover a interface com outros programas compatíveis (exportação e importação).		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: HSUAN-AN, Tai. Desenho e organização bi e tridimensional da forma. Goiânia: Ed. Da UCG, 1997, 200p. :il. HSUAN-AN, Tai. Sementes do cerrado e desing contemporâneo. Goiânia: Ed. Da UCG, 2002, 219p. :il. LIMA, Claudia Campos Autodesk Revit Architecture 2011 - Conceitos E Aplicações . Auto Desk MONTENEGRO, Gildo A. -Desenho Arquitetônico - 3ª Edição, Editora Edgard Blucher, São Paulo, 1978.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ANDRADE JR, Edivaldo. Proposta de compartilhamento em sistemas colaborativos de gerência de documentos para arquitetura, engenharia e construção. 2003.163P. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas- SP. ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 503p. ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 503p. FLÓRIO, Wilson. O uso de ferramentas de modelagem vetorial na concepção de arquitetura de formas complexas. 2005. 477p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – FAU/USP.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Metodologia Científica	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Do senso comum ao conhecimento científico. A neutralidade e a objetividade científica. A questão da teoria e da pratica. A importância da teoria e do método na pesquisa científica. Métodos de trabalho.		
OBJETIVO : Introduzir os princípios básicos de metodologia científica de modo a preparar profissionais competentes, capazes de propor, planejar, executar e relatar os resultados de pesquisas realizadas individualmente ou em equipe.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ECO, Umberto. <i>Como se faz uma tese</i> . 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> . São Paulo: Atlas, 1994. MARTINS, G. de Andrade. <i>Manual para elaboração de monografias e dissertações</i> . São Paulo: Atlas, 1998.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: BASTOS, Lilia da Rocha et. al. <i>Manual para elaboração de projetos relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. GOLDENBERG, Miriam. <i>A arte de pesquisar</i> . Rio de Janeiro: Record, 1997. LUNA, Sérgio V. de. <i>Planejamento de pesquisa: Uma introdução</i> . São Paulo: EDUC, 1997. SANTOS, Antonio R. dos. <i>Metodologia científica: a construção do conhecimento</i> . Rio de Janeiro: DP & A editora, 1999. YIN, R. K. <i>Estudo de caso: planejamento de métodos</i> . 2. ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Tópicos especiais em ergonomia	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Apresentação de conceitos gerais relacionados ao dimensionamento de ambientes internos e mobiliário, com ênfase na adequação do espaço construído ao seu usuário, nas mais diversas condições. Estudo do dimensionamento antropométrico e sua relação com o projeto de arquitetura de interiores e com a acessibilidade universal. Estudos práticos por meio do dimensionamento e desenho universal de móveis e ambientes em geral.		
OBJETIVO : Contribuir com a formação acadêmica do futuro arquiteto e urbanista, por meio da apresentação dos critérios antropométricos como requisitos para o desenho universal. Espera-se que o estudante seja capaz de aplicar os conteúdos teóricos em exercícios curtos e de baixa complexidade, com ênfase no projeto de ambientes internos existentes.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: LE CORBUSIER. El Modulor. Buenos Aires: Edirial Poseidon, 1953. NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em arquitetura. 17. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2007. PANERO, Julius. Human dimension & interior space. A source book of design reference standards. Colaboração de Martin Zelnik. New York: Whitney Library of Design, 1979.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: KROEMER, K. H. E. Manual de ergonomia : adaptando o trabalho ao homem. Colaboração de Etienne Grandjean.Traduzido por Lia Buarque de Macedo Guimaraes. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Língua Brasileira de Sinais(LIBRAS)	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 60h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não manuais. Praticar Libras: o alfabeto; expressões manuais e não manuais. Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas etc.; Expressões socioculturais negativas: desagrado, impossibilidade etc.; Introdução à morfologia de Libras: nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes; Aspectos sociolingüísticos: variação em Libras.		
OBJETIVO : ---		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BRASIL. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP/MEC, 1997. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: FELIPE, Tânia A. Libras em contexto. Brasília: Editora MEC/SEESP, 2007. QUADROS, Ronice. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos: Porto Alegre, Artmed: 2004 SACKS, Oliver W Obra: Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras: 1998. SKLIAR, Carlos Obra: A Surdez: um olhar sobre as diferenças: Porto Alegre, Mediação: 1998.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Análise Pós-Ocupacional	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4	
	C.H. PRÁTICA: 30h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: Conforto Térmico Ambiental e Conforto Acústico e Eficiência energética	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Análise Pós-Ocupacional	
EMENTA: Avaliação pós-ocupação. Tratamento de não conformidades e ações corretivas pós-ocupacional de edificações localizadas em Palmas/TO. Análise da satisfação do usuário e desempenho físico do empreendimento; Modificações do uso e público alvo; Assistência técnica e manutenção no pós-ocupacional.		
OBJETIVO : Fornecer ao acadêmico subsídios teóricos no alcance de altos níveis de satisfação e desempenho físico do projeto/planejamento. Metodologia para a compilação constante de informações/dados para o projeto e procedimentos.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: CTE - CENTRO DE TECNOLOGIA DE EDIFICAÇÕES. SP: PINI, 1995. LAMBERTS, R. “eficiência energética na edificação”, pro livros, São Paulo, 2004. ORNSTEIN, Sheila et alli. “Ambiente construído e comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental”. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM, 1995.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: GOULART, Solange V. G.; LAMBERTS, Roberto; FIRMINO, Samanta. “Dados climáticos para Projeto e Avaliação Energética de Edificações para 14 Cidades Brasileiras”, Procel, Eletrobrás, MME, 1998. L AMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; Pereira, FERNANDO, O. R. “Eficiência Energética na Arquitetura”. Editora Editora PW - São Paulo, 1997 - 192 p. MONTENEGRO, Alexandre de A. “fontes não-convencionais de energia - As Tecnologias Solar, Eólica e de Biomassa”. Editora LABSOLAR/ UFSC.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Alvenaria Estrutural	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: Sistemas Construtivos	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Serão estudados os fundamentos da alvenaria estrutural. Avaliando as propriedades dos materiais constituintes e de alvenaria. Identificando os tipos de esforços aplicados às estruturas de alvenaria. Conhecendo métodos de análise de dimensionamento dos elementos estruturais. Aplicando convenções para detalhamento de estruturas.		
OBJETIVO : A disciplina tem como objetivo fornecer ao aluno subsídios para determinar a modulação das paredes estruturais, empregar métodos de análise para distribuição dos carregamentos, interpretar os esforços atuantes nas paredes estruturais, identificar detalhamento das estruturas de alvenaria, especificar corretamente os materiais para a alvenaria estrutural.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. Alvenaria estrutural com blocos de concreto. São Paulo: ABCP, 2003. CORRÊA, M.R.S e RAMALHO, M.A. Projeto de edifícios de alvenaria estrutural. São Paulo: Pini, 2003. SANCHEZ, E. Alvenaria estrutural: novas tendências técnicas de mercado. Interciência, 2002.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA. Manual técnico de alvenaria. Projeto Editores Associados, 1990.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Estruturas Metálicas	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	
	PRÉ-REQUISITO: Sistemas Estruturais	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Sistemas Estruturais IV	
EMENTA: Serão estudados os aspectos gerais sobre as estruturas metálicas e suas aplicações. Obtenção do aço, propriedades físicas, comportamento tensão-deformação, produtos comerciais e suas aplicações. Ações e segurança nas estruturas de aço. Barras submetidas à tração. Barras submetidas à compressão. Barras submetidas à flexão simples.		
OBJETIVO : A disciplina tem como objetivo fornecer ao aluno conhecimentos básicos da teoria e das aplicações dos princípios fundamentais das Estruturas de Aço. Fornecer ao acadêmico os conceitos fundamentais sobre o comportamento do material aço como elemento estrutural, objetivando o dimensionamento de elementos às solicitações simples.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BELLEI, I.H. <i>Edifícios industriais em Aço</i> . São Paulo: Pini Editora, 1998 - 5ª edição – 2004. BELLEI, I.H.; PINHO, F.O; PINHO, M.O. <i>Edifícios de Múltiplos Andares em Aço</i> . São Paulo: Pini Editora, 1ª edição – 2004. MARGARIDO, A.F. <i>O uso do aço na arquitetura</i> . Rio de Janeiro: IBS/CBCA, 2007.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ABNT – Norma Brasileira <i>NBR 8800: Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios</i> . Procedimento. Rio de Janeiro, 2008. DIAS, L.A.M. <i>Edifícios de aço no Brasil</i> - São Paulo: Zigurate – 2ª Ed. 1999. Série “Manual de Construção em Aço”, uma publicação do CBCA, dedicada a tecnologia de construção com estruturas de aço. PINHEIRO, B. <i>Estruturas Metálicas - Cálculos, Detalhes, Exercícios e Projetos</i> . Editora Edgard Blucher Ltda, 2001.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO		
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Estética II		
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h / CRÉDITOS: 4		
	C.H. PRÁTICA: 0h		
	PRÉ-REQUISITO: Estética		
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---		
EMENTA: Apresentar ao aluno as relações entre as posições teórico/estéticas e as diversas propostas da arquitetura contemporânea.			
OBJETIVO : Análise das mudanças ocorridas na arquitetura, na arte e nas cidades a partir da crise da modernidade cultural deflagrada pelas transformações provocadas pelo capitalismo tardio.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARANTES, Otília. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: EDUSP, 1993. ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. São Paulo: EDUSP, 1993. HARVEY, David. Condição Pós-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. São Paulo: EDUSP, 2001.			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: ARGAN, G.C. Arte Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: (Textos inéditos selecionados por Teixeira Coelho) A modernidade de Baudelaire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. BENJAMIM, Walter. A Obra de Arte na era de suas técnicas de reprodução. In: Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1983. BENJAMIM, Walter. Paris do Segundo Império. In: Obras Escolhidas, Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 2004. BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo: Cia Das Letras, 1987.			

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Durabilidade das Estruturas de Concreto	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: Materiais de Construção Civil e Estruturas de Concreto e Aço	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Serão estudadas as principais patologias que podem ocorrer nas estruturas de concreto. Para isso serão abordados: conceito de segurança das estruturas, mecanismos de degradação dos concretos, mecanismos de degradação das armaduras, interferência do meio ambiente ou micro regiões, defeitos de projeto e defeitos de execução.		
OBJETIVO : A disciplina tem como objetivo fornecer ao aluno subsídios para o entendimento das possíveis patologias das estruturas de concreto. O acadêmico será capacitado para identificar as principais degradações observáveis nas estruturas de concreto, bem como os mecanismos de ocorrência, causas e interferências na durabilidade e vida útil das construções.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ANDRADE, C. <i>Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão de armaduras</i> . São Paulo, PINI, nov. 1992. CANOVAS, M.F. - <i>Patologia e terapia do concreto armado</i> . São Paulo, Pini, 1988. Red REHABILITAR. <i>Manual de Reparo, Proteção e Reforço de Estruturas de Concreto</i> . São Paulo, Degussa, 2005.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P.J.M. <i>Concreto: microestrutura, propriedades e materiais</i> . São Paulo: IBRACON, 2008. NEVILLE, A.M. <i>Propriedades do concreto</i> . São Paulo: Pini, 1997. SILVA, V.M. <i>Ação da carbonatação em vigas de concreto armado em serviço, construídas em escala natural e reduzida</i> . Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado), 2007. THOMAZ, E. <i>Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação</i> . São Paulo, PINI, 1999.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Modelos e Maquetes	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h / CRÉDITOS: 2	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Estudo das técnicas e processos construtivos das maquetes, com vistas a sua utilização na criação das formas arquitetônicas.Dar ao aluno a compreensão da utilidade das maquetes no processo criativo, bem como o conhecimento das técnicas de utilização de materiais e instrumental necessário a confecção das mesmas.		
OBJETIVO : Desenvolver técnicas de Aptidão que permitam ao aluno confeccionar maquetes de objetos de arquitetura e urbanismo, conforme especialidade do curso. Viabilizar a utilização das maquetes como meio de expressão no processo de criação.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: GONSALEZ, L.; Maquetes, Editorial Gustavo Gilli PORTER, T. & GREENSTREET, B. – Manual de Técnicas Gráficas para Arquitetos, Diseñadores y Artistas, Editorial Gustavo Gilli, Barcelona, 1983, vol 3 JACKON, A & DAY, D. – Manual de Modelismo, Herman Blume Ediciones, Madrid KNOLL, W. & HECHINGER, M. – Maquetas de Arquitetura, Editorial Gustavo Gilli, Madrid		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: HOUAUSER, S. & DEMCHYSHYN, H.; Architectural and interior models, Van Nostrand, Reinhold Company NY SHIMIZU, Y. KOJIMA T.,TANNO, M. MATSUDA, S.; – Models & Prototipes, Graphic-sha Publishing Co.,Ltd. Tokyo		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Multimídia	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h / CRÉDITOS: 2	
	C.H. PRÁTICA: 20h	C.H.TEÓRICA: 10h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Multimídia	
EMENTA: Utilização de programas de computação gráfica para apresentação de trabalhos em mídia, preferencialmente digital, valendo-se de recursos de inserção de animações e sons.		
OBJETIVOS : O aluno deverá elaborar apresentações em CD-ROM sobre temas pertinentes ao curso, que envolvam animações, som e imagem , hipertextos, fotos e locuções, como um instrumental de comunicação e apresentação de projetos e/ou visitas técnicas. Criar um acervo para MEDIATECA.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: D. Wolfram – Criando em Multimídia. Ed. Campus, RJ, 1994. MENEZES, A., O uso do computador no ensino de desenho de representação nas escolas de arquitetura, in Dep. Projetos. 1999, UFMG: Belo Horizonte. p. 232. CHAVES, E. P. C. <i>Multimídia: conceituação, aplicações e tecnologia</i> . Campinas, SP: People Computação, 1991.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: KANDINSKY W. Ponto e Linha sobre um Plano. Martins Fontes, SP, 2012. ARNHEIM, R. Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora. Thomson Pioneira, SP, 1998. PROVENZA, F. Teoria das Cores, Livraria Cultura, SP, 2012.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Legislação, Ética e Prática Profissional	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 0h	C.H.TEÓRICA: 45h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Legislação e Ética Profissional	
EMENTA: Aspectos gerais do exercício da profissão. Origens do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Consolidação da formação profissional do arquiteto e urbanista. Campos de atuação profissional. Legislação e ética profissional: Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país (Criação do CAU BR). Os órgãos de representação: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA). União Internacional de Arquitetos (UIA), órgão consultivo da UNESCO para assuntos relativos ao habitat e à qualidade do espaço construído, a Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA) e o Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP).		
OBJETIVO : Analisar os aspectos éticos e legais do exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ASBEA. Manual de contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo . São Paulo: Pini, 2000. PEREIRA, M. A. Arquitetura: Cultura, Formação, Prática e Política Profissional . São Paulo: Editora PINI, 2005. 267 p. SÁ, Antonio Lopes de. Ética Profissional . Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: SOARES, Moisés Souza. Ética e Exercício Profissional . Brasília: ABEAS, 2000. Lei de Criação do CAU-Conselho de Arquitetura e Urbanismo- LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010. CHAUÍ, Marilena. O Mundo da Prática. In: Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994, p. 399-341.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Tecnologias Alternativas	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 30h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Tecnologias Alternativas	
EMENTA: Estudos e pesquisas voltadas para o entendimento de processos construtivos não usuais. Construções em solo-cimento, blocos cerâmicos estruturais, argamassa armada, bambu, eps (isopor) entre outros. Arquitetura modular. Racionalização do projeto e das etapas construtivas, procurando utilizar materiais de ocorrência regionais visando economia de custos. Análise das vantagens e desvantagens de cada tecnologia.		
OBJETIVO : Posicionarmos diante aos desafios atuais da questão habitacional buscando alternativas que possam ser aplicadas no processo construtivo promovendo aproximação de técnicas tradicionais e modernas.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: LENGEN Johan van, MANUAL DO ARQUITETO DESCALÇO , Ed. Tibá e Papéis e Cópias de Botafogo Ltda. ME - 1997 - Rio de Janeiro – Brasil RIBEIRO, Maurício A. Ecologizar, pensando o meio humano -, Ed. Rona 1998 - Belo Horizonte, Brasil. BAMBU - Espécies, Características e Aplicações. PEREIRA, Marco Antonio dos Reis. UNESP/Bauru.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: Normas Brasileiras: NB3361 MB3359 NB12253 NB1337 NBR10832 NBR7181 MB3443 MB2887 NBR9813 NBR7185 NBR9252 MB3324 MB3388 NBR6459 NBR10703 NBR7180 NBR13292 NBR9604 NBR6457 NBR6508 NBR9820		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Representação Gráfica de Projetos	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 30h	C.H.TEÓRICA: 15h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: A disciplina consiste no exercício das convenções de representação gráfica de projetos segundo as normas brasileiras de Desenho Técnico de arquitetura.		
OBJETIVO : Corrigir deficiências de representação gráfica dos alunos e capacitá-lo no desenho correto das idéias projetuais.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ABNT. NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura. 1994. FERREIRA, Eber Nunes. Geometria Descritiva – Representação Triédrica – Palmas Ed. Unitins – 2001. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico Ed. Edgard Blucher Ltda, São Paulo, 1981.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: OBERG, L. Desenho Arquitetônico. Ed. Ao Livro Técnico S.A. Rio de Janeiro 1974. SENAI, Rio de Janeiro. Departamento Nacional. Módulos Instrucionais: Desenho de Arquitetura – 17 módulos e 02 Anexos.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Linguagem Visual	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: Estudos Elementares em Arquitetura	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Linguagem Visual	
EMENTA: Como abordagem geral e contínua, demonstra-se como os arquitetos das vanguardas modernistas transformaram o conceito de espaço estático, finito, volumétrico, circunscrito, simétrico e fechado em uma arquitetura de configurações definidas por planos, ordenadas a partir do equilíbrio instável, formando situações de espaços sequenciais promovidos pelo percurso. Segue-se, então, apresentando como alguns arquitetos contemporâneos uniram, a este conceito de espaço, também o conceito de lugar.		
OBJETIVO : A disciplina tem como objetivo esclarecer os conceitos de espaço que norteiam a Arquitetura Contemporânea. Para isto, localiza as operações formais mais usuais no repertório de alguns arquitetos contemporâneos, traçando as origens deste raciocínio nos projetos dos arquitetos importantes do Movimento Moderno, como Le Corbusier, Mies e Rietveld. Iniciando a abordagem da "elementarização" e abstração formal inventada pelo Neoplasticismo no início do século XX, passando pelo raciocínio espacial e construtivo divulgado pela Bauhaus, o aluno é introduzido paulatinamente, por meio da experimentação, no universo formal e operativo da arquitetura produzida mais recentemente por arquitetos ilustres.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. MOLES, Abraham. O cartaz. São Paulo: edit. Perspectiva, 1987. TAMBINI, Michael. O design do século. São Paulo: edit. Ática, 1996.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: BARNICOAT, John. Los Casteles: editorial Gustavo Gilli, S.A., 2000. WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designers: noções básicas do planejamento visual. São Paulo: Callis, 2009.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: Estudos Ambientais	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: Estudos Ambientais	
EMENTA: Analisar o processo da formação espacial brasileira e principais transformações ambientais, dele decorrentes, nos contextos socioeconômico e de política ambiental. Examinar os tradicionais modelos de desenvolvimento de próximo passado e suas consequências ambientais afetando a sustentabilidade do próprio desenvolvimento alcançado. Aborda a urgente elaboração compulsória de um novo paradigma de desenvolvimento pela humanidade e o perfil de um novo arquiteto urbanista, que participe de descoberta, ou da invenção, interdisciplinar de como e com Quais recursos naturais sustentar o referido e novo investimento. Noções de planejamento Ambiental.		
OBJETIVO : Complementar a formação do profissional de arquitetura e urbanismo no que tange a compreensão da presente preocupação mundial com os riscos ambientais em escala planetária, os quais riscos (representados pôr disfunções da sustentabilidade para o desenvolvimento e queda da qualidade ambiental) referem-se as seqüelas identificadas modernamente como resultantes do modelo de desenvolvimento praticado tradicionalmente pela humanidade, principalmente durante, pelo menos, esses dois últimos séculos: Cabe possibilitar ao futuro arquiteto compreender a urgência da substituição desse velho paradigma por outro que entretanto é preciso ainda criar e desenvolver a cada dia da nossa existência.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BACKER, Paul de – Gestão Ambiental: Administração Verde – Edit. QUALITYMARK. BRUNDTLAND, Gro H. et ali – Nosso Futuro Comum, Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Edit. FGV, RJ. ELY, Aloisio – Economia do Meio Ambiente – Edit. Pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, e FEE, RS.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: CAPRA, Fritjof – A Teia da Vida, Nova compreensão Cienífica dos Sistemas Vivos – Edit. CULTRIX. CARVALHO, Benjamin de – Ecologia e Arquitetura – Edit. GLOBO. DORIA, Pedro Ricardo – Energia no Brasil e Dilemas do Desenvolvimento, A crise mundial e o Dilema do Desenvolvimento – Edit. VOZES. GOLBENBERG, José – Energia no Brasil – Edit. LTC. KÖCHE, José Carlos – Fundamentos de Metodologia Científica – Teoria da Ciência e Pratica da Pesquisa – Edit. VOZES. Petrópolis 1999.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PERÍODO	DISCIPLINA OPTATIVA: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	
	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h / CRÉDITOS: 3	
	C.H. PRÁTICA: 15h	C.H.TEÓRICA: 30h
	PRÉ-REQUISITO: ---	
	EQUIVALÊNCIA GRADE 2001: ---	
EMENTA: Exame de questões relacionadas ao índio e o negro no panorama histórico brasileiro. Estudos de causas e questões étnicas e culturais, bem como a tradição cultural do universo indígena e dos negros: medicina, narrativas, mitos e saberes diversos. As nações indígenas do Estado do Tocantins e o papel das escolas indígenas nas comunidades.		
OBJETIVO : Definir o conceito de Cultura, de Afro-Brasileiro e de indígena. Trabalhar os aspectos da cultura negra e indígena no Brasil.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS: BRASIL. Lei no 11.645 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo Como Trabalhar? Disponível em: http://www.aldeiaaguaranisapukai.org.br/lei_11645.pdf GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1999. SANTOS, Sales Augusto dos (org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília, 2005.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES: COLARES, et al. 2010. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexao necessaria. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art15_38.pdf . PAIXAO, Marcelo. J. P. Desenvolvimento humano e relações raciais. Sao Paulo: DP&A, 2006. (Col. Políticas da Cor). BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educacao das Relacoes Etnico-Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, SEPP/IR/SECAD/INEP, junho de 2005. BRASIL. Lei no. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. CENTRO de Estudos das Relacoes de Trabalho e Desigualdades. Políticas de promoção da igualdade racial na educação. Sao Paulo: CEERT, 2005. 74p.		

3.3.7. Metodologia

A metodologia adotada pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT tem como princípio a integração e a interdisciplinaridade, definida nos itens, que tratam do Perfil Profissiográfico, Prática Profissional e Campo de Atuação profissional, sendo demonstrado ser fundamental no processo de ensino/aprendizagem.

A experiência tem mostrado que para à obtenção dos resultados positivos no processo de integração, se faz necessário o planejamento semestral da integração. Assim sendo, as reuniões dos professores e alunos antes do início do semestre letivo, e as reuniões periódicas dos professores do período ao longo do semestre, para avaliar e planejar a integração.

As áreas de conhecimento que estruturam o Curso devem contemplar as diretrizes que regem o seu Projeto Político Pedagógico, utilizando-se das propostas didáticas e metodológicas, adotando como enfoques o perfil profissional, os objetivos, as competências e habilidades definidas como essenciais na formação do Arquiteto-Urbanista.

A integração, definida como metodologia utilizada nas áreas de conhecimento, otimiza a formação de um profissional com caráter generalista, criativo e dotado de visão crítica; fortalece um comprometimento com questões de ordem social, ambiental e econômica, intrínsecas à produção do edifício e do planejamento urbano e regional. Esse aspecto metodológico reforça a percepção em termos de importância da proteção do equilíbrio natural e também da utilização racional dos recursos disponíveis.

A disciplina inter-área definida no currículo, disciplinas obrigatórias e optativas apresentam conteúdos que abarcam conhecimentos inseridos em duas ou mais áreas.

Os requisitos e co-requisitos presentes na estrutura curricular garantem a apreensão dos conteúdos ministrados, melhorando, por conseguinte, o processo de aprendizagem uma vez que favorecem a integração vertical e horizontal das disciplinas.

3.3.8. Interface pesquisa e extensão

Entre a Universidade e a Sociedade deve existir uma parceria representada pelas atividades de ensino, extensão e pesquisa. Estas atividades *a priori* promovem um intercâmbio entre os objetos de aprendizagem e as demandas da comunidade.

Essa parceria traz benefícios para ambas as partes uma vez que promove o desenvolvimento dos alunos quanto à prática do que foi aprendido, e para a comunidade que, por outro lado, se beneficia das descobertas feitas dentro do ambiente acadêmico.

No ensino de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT, são desenvolvidas ações que buscam integrar atividades de ensino, extensão aliadas ao desenvolvimento de pesquisas de forma diferenciada e flexível, visando assegurar a produção de conhecimentos científicos que se revertam em aprimoramento constante do aprendizado e formação do futuro Arquiteto. Mais especificamente, tais ações visam fomentar os três eixos e ampliar a capacidade de compreensão e intervenção do aluno na realidade organizacional por meio da aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências necessárias a uma análise mais detalhada e cuidadosa dessa realidade, bem como ao manejo de técnicas e métodos de investigação científica nos diversos campos de atuação do Arquiteto.

A principal finalidade da atividade de extensão e pesquisa no ensino de graduação é

complementar a formação acadêmica do aluno através da orientação sistemática e participação em diversas etapas do desenvolvimento de projetos, mais especificamente, no apoio ao levantamento bibliográfico, à coleta, tabulação e análise de dados e intervenção na realidade dos objetos em estudos. Tal processo se realiza mediante o apoio das diversas áreas da UFT, conduzidos por docentes da instituição, com a participação efetiva dos discentes no âmbito de seus diversos Grupos estruturados.

3.3.8.1. Integração à extensão

Para a UFT, os projetos de Extensão devem contemplar 5 (cinco) prioridades: promover a cidadania, apoiar a diversidade étnico-cultural, apoiar o desenvolvimento estudantil, criar mecanismos para a assistência estudantil e apoiar a arte e a cultura.

3.3.8.2. Integração à pesquisa

Para a UFT, os Projetos de Pesquisa devem contemplar 5 (cinco) prioridades: melhorar e ampliar a iniciação científica, fortalecer e expandir a Pós-Graduação stricto sensu, apoiar a realização e participação em eventos e em projetos de pesquisa e a divulgação científica, capacitar o pessoal docente, apoiar os comitês técnico-científicos e de ética. Nesta perspectiva, o curso de Arquitetura e Urbanismo buscará desenvolver projetos de pesquisa, como descrito abaixo:

a) **PIBIC:** O programa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) tem como finalidade oferecer bolsas de Iniciação Científica aos alunos dos cursos de graduação. O aluno e um professor orientador apresentam um projeto que é analisado por um Comitê Científico. As agências de fomento são as responsáveis pelo pagamento de bolsas e de auxílios ao projeto desenvolvido quando os mesmos são aprovados. Os projetos são submetidos através de edital e depois de selecionados os alunos e professores orientadores têm o compromisso de apresentar relatórios sobre o andamento dos trabalhos. Os alunos têm a obrigatoriedade de estarem à disposição do projeto durante 20 horas semanais. Os formulários ficam disponíveis para acesso nas páginas da Coordenação do Programa que está ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT.

b) **PIVIC:** O PIVIC (Programa Institucional de Voluntários à Iniciação Científica) tem como finalidade integrar alunos que não foram contemplados com bolsas de Iniciação Científica, mas que têm interesse em dar andamento aos projetos apresentados ao Programa. Os alunos que estão nessa categoria têm as mesmas responsabilidades dos bolsistas quanto ao desenvolvimento do trabalho e também apresentam relatórios dos projetos que desenvolvem e podem em um próximo edital concorrer à bolsa.

3.3.8.3. Integração à pós-graduação

- Diretrizes e princípios para a implantação do ensino de pós-graduação

O objetivo do aprendizado e das especializações do curso de Arquitetura e Urbanismo é de estabelecer os princípios e os padrões de excelência para o exercício profissional, promover o desenvolvimento tecnológico, cultural e filosófico do ensino, nos ramos de interesses que irão desempenhar para obter a credibilidade pública de todos os setores da sociedade. Esta filosofia segue os princípios e padrões, segundo a UIA – União Internacional dos Arquitetos, da “Charter of Architectural Education”, que busca a plenitude da educação e o treinamento prático dos arquitetos e urbanistas, de tal forma que eles estejam aptos a exercer suas responsabilidades profissionais fundamentais. A contribuição para o ensino de arquitetura contido nas diretrizes curriculares e de grande relevância está consagrada em nível internacional com a publicação da declaração UNESCO/UIA para a educação dos arquitetos e urbanistas no século XXI.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo, ao definir sua proposta pedagógica para a pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu* deverá assegurar a formação de profissionais especialistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de

indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço exterior e interior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio do ambiente natural e à utilização racional dos recursos disponíveis, garantindo assim a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade do ambiente construído.

Os cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado na educação do arquiteto e urbanista deverão garantir uma relação estreita e concomitante entre teoria e prática e dotar o profissional dos conhecimentos e habilidades requeridos para o exercício profissional competente e de excelência. Assim, as disciplinas terão conteúdos essenciais desenvolvidos em atividades práticas e teóricas, tais como: Conhecimentos de Fundamentação, Conhecimentos Profissionais, Conhecimentos Ambientais e Tecnológicos, Conhecimentos Históricos e Patrimoniais, garantindo a produção de monografias, dissertações e teses que reflitam as preocupações com o ambiente construído e natural, direcionados às características ambientais do bioma Cerrado para permitir sua aplicação na região Norte, área carente ainda de estudos avançados na Arquitetura e Urbanismo adaptados à realidade deste bioma.

- Desafios

A filosofia do curso de pós-graduação não pode se distanciar da concepção de arquitetura e urbanismo proposta nas diretrizes bases do curso de graduação, permitindo uma visão analítico-crítica do perfil de profissionais que buscam a atualização e o atendimento das exigências dos mercados profissionais. Deve também ter seus embasamentos na conceituação da arquitetura e urbanismo como a organização do espaço *edificandi*, morada humana e seu agenciamento, levando em consideração suas múltiplas funções dimensões estético-formais, funcionais, socioeconômicas, culturais-patrimoniais, psicológicas, político-legais-administrativas, geográficas-ambientais e técnico-construtivas que transita os campos das artes, ciências humanas e sociais, exatas, tecnológicas e ambientais inseridas na formação profissional do pós-graduando.

Através dessa síntese, nota-se a abrangência e a interdisciplinaridade a ser buscada no processo de ensino e de assimilação que deverão compor a prática e a teoria incursa na realidade de cada problema, onde estarão se debatendo numa esfera ao mesmo tempo translúcida e rompível sem ser destruída, tal como é a discussão entre arte e ciências e arte e técnica e entre ciências sociais e ciências exatas.

O objetivo é chegarmos a um ensino de excelência no que concerne ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo para caminharmos em rumo ao Mestrado e futuramente ao Doutorado, como Plano de Consolidação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins. Busca-se, assim, o *status* de referência do ensino de Arquitetura e Urbanismo para a região Norte e também em nível nacional, para desenvolvermos parcerias com universidades de outros estados e também outros países..

Além do contexto qualitativo apresentado acima, a implantação de cursos de pós-graduação no Curso enfrenta uma dificuldade relevante, qual seja o reduzido número de professores. No âmbito da graduação, são exigências do MEC em suas Diretrizes Curriculares vigentes (Res. N.02 de 17/06/2010) um currículo mínimo de 3.600h, atentando-se à particularidade de que as disciplinas de carga horária prática, como os projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, além de todas de desenho técnico e artístico (do tronco dorsal da grade de formação) devam ser ofertadas na razão de 1 professor para cada 15 alunos no máximo, preferencialmente. Assim, atualmente, conclui-se que o quantitativo de professores e a entrada de 25 alunos não consegue atender nem mesmo a graduação em carga horária mínima satisfatoriamente, resultando em um déficit de 9 professores 40h/DE. No caso de reduzirmos a entrada dos ingressantes para 20 alunos, a necessidade seria reduzida para 3 professores 40h/DE.

Com base nesses cálculos e na comum evasão de alunos a partir do segundo terço do Curso, justificamos o pleito referente à redução das turmas de entrada para 20 alunos por semestre.

Essa rápida demonstração comprova a sobrecarga atual dos professores e a necessidade de, pelo menos mais 02 professores 40h/DE contabilizando mais 360h para podermos ofertar cursos de especialização, ou mais 04 professores 40/DE para oferta de Mestrado e futuramente Doutorado. É imprescindível a abertura de novas vagas para conseguirmos conduzir graduação e pós-graduação com qualidade.

A respeito da qualificação dos professores que compõe o Colegiado do curso hoje, em um horizonte de 2 anos alcançaremos a quantidade de 10 professores adjuntos, o que somado a outros fatores possibilitaria a abertura de Mestrado na área de Arquitetura e Urbanismo caso novos professores se agreguem via Concurso Público e a estrutura laboratorial mínima necessária seja implantada completamente, viabilizando as pesquisas e produções bibliográficas.

3.3.9. Interface com programas de fortalecimento do ensino

- Programa de monitoria

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT utilizará monitoria com o intuito de apoiar os docentes em suas atividades, bem como estimular os discentes a participar mais ativamente da vida acadêmica.

Os monitores serão selecionados pelos professores, com carga horária estipulada de acordo com Edital.

De acordo com o Regimento Acadêmico da UFT, capítulo III, seção III, no artigo 117, as funções do monitor compreendem atividades de caráter técnico-didático, exercidas por acadêmicos de cursos de graduação, complementado com o artigo 118:

- I - auxiliar os professores em tarefas possíveis de serem executadas por estudantes que já tenham sido aprovados nos respectivos componentes curriculares;
- II - auxiliar os acadêmicos, orientando-os em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com o seu nível de conhecimento e experiência nos componentes curriculares;
- III - constituir um elo entre professores e acadêmicos, visando melhor adequação entre a execução dos programas e o desenvolvimento da aprendizagem.

3.3.10. Interface com as Atividades Complementares

As Atividades Complementares possuem o papel de realizar a interface entre ensino, pesquisa e extensão de forma que, autonomamente, o aluno possa optar pelas modalidades oferecidas e dedicar-se a determinadas áreas durante o tempo em que estiver no Curso.

A Resolução do CONSEPE UFT n. 09/2005 regulamenta as Atividades Complementares como parte do núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, tratando-se de componente obrigatória dos PPCs, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a Colação de Grau do aluno. Tais atividades são divididas em três modalidades, a saber: ensino, pesquisa e extensão (conforme tabela integrante da Resolução), ficando a critério do aluno sua escolha - à exceção de atividades que constarem na grade curricular como obrigatórias - o que, no presente caso, se aplica à "Organização da Semana Acadêmica" e "Viagem de Estudos", cada uma com 180h, totalizando 360h.

Segundo o cap. III da citada Resolução, "os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre, e 31 de outubro no segundo semestre", via protocolo. O aluno deve anexar o original e a cópia dos documentos para autenticação

na Secretaria Acadêmica, e posterior devolução, bem como a Ficha de Validação de Pontuação das Atividades Complementares devidamente preenchida. Para maiores informações, o interessado deve consultar a Resolução da UFT.

Para integralizar a grade, o aluno do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFT tem que somar 9 créditos distribuídos nas três formas de atividades previstas na Tabela em anexo à Resolução do CONSEPE UFT n. 09/2005 comprovados no decorrer do Curso, excetuando-se as ações obrigatórias que constam na grade do Curso "Organização da Semana Acadêmica" e "Viagem de Estudos".

3.3.11. Estágio curricular obrigatório e não obrigatório

O estágio Supervisionado se caracteriza por atividades, teórico-práticas de exercício profissional, de caráter obrigatório, previstas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizadas em situações concretas de trabalho, sob a responsabilidade da instituição de ensino. Constitui requisito indispensável para a colação de grau.

O objetivo do Estágio Supervisionado é proporcionar aos alunos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a complementação da formação acadêmica através de vivências nos campos da prática profissional do arquiteto.

O estágio Supervisionado é desenvolvido através da disciplina Estágio Supervisionado no 9º período do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFT, totalizando 45 horas.

O estágio não obrigatório deve seguir as diretrizes constantes no Manual de Orientações sobre Estágios Obrigatórios e Não obrigatórios da UFT e da Lei de Estágios nº 11.788/2008. A orientação do Curso de Arquitetura e Urbanismo é de que os estágios envolvam algumas das atividades listadas nas grandes áreas de conhecimento e prática profissional.

3.3.12. Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso diferencia-se das demais por não haver aulas expositivas e/ou práticas. A condução do trabalho do acadêmico ocorre separadamente com cada grupo orientador-estudante.

No Trabalho de Curso, 10º período, há elaboração de trabalho acadêmico centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, em conformidade com o Regulamento da disciplina (em anexo). Conforme

as diretrizes curriculares do MEC esta disciplina deve ser realizada isoladamente ao final do Curso, após a completa integralização curricular.

3.3.13. Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem com a concepção do curso

O sistema de avaliação do Curso constitui-se em um elemento de constante aprimoramento e integra um ciclo de retroalimentação de informações que, ao serem utilizadas para pequenos ajustes e corrigir deficiências, contribui para a evolução da qualidade do curso, semestre a semestre.

A Universidade propõe como política, um sistema de avaliação cumulativa, processual e individualizada, que pressupõe a construção diária de uma mentalidade que considere as experiências advindas do processo de ensino e aprendizagem.

Uma avaliação coerente e correta do curso de graduação é revelada, sobretudo, pela capacidade de inserção dos seus egressos no mercado de trabalho e pela certificação do perfil profissional deste no que tange ao caráter científico de sua formação. É importante a criação de mecanismos que permitam avaliar a evolução do aluno nos termos da ética profissional e cidadã, bem como o desenvolvimento crítico/analítico de habilidades, competências e saberes gerais e específicos pelo profissional egresso do curso.

- Procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem integra o processo de ensino e obedece às normas de procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Regimento Acadêmico da UFT (em anexo), os quais devemos citar:

"Art. 5 - A unidade básica de planejamento e execução das atividades acadêmicas será o semestre, o qual comportará, necessariamente:

I - tempo para planejamento do semestre;

II - Tempo de ministração da atividades acadêmicas;

III - tempo para a apresentação de relatórios, análise, crítica e avaliação das atividades desenvolvidas durante o semestre.

Art. 84 - A verificação do rendimento escolar compreenderá freqüência e aproveitamento nas atividades acadêmicas programadas, requisitos que deverão ser atendidos conjuntamente.

§ 1º - Entende-se por freqüência o comparecimento às atividades acadêmicas programadas, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das mesmas, vedado o abono de faltas, salvo casos previstos em Lei.

§ 2º - Entende-se por aproveitamento, o resultado da avaliação do aluno nas atividades acadêmicas, face aos objetivos propostos no respectivo planejamento.

§ 3º - A verificação do aproveitamento e do controle de freqüência às aulas será de responsabilidade do professor, sob a supervisão da Coordenação de Curso.

§ 4º - O aluno terá direito a acompanhar junto a cada professor ou à Secretaria

Acadêmica, o registro da sua frequência às atividades acadêmicas.

Art. 85 - A verificação do atendimento dos objetivos em cada disciplina será realizada no decorrer do respectivo período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no planejamento das atividades acadêmicas.

Art. 86 - Ao aluno que deixar de comparecer às atividades acadêmicas programadas, inclusive provas e outras modalidades de avaliação será permitida uma Segunda oportunidade, que será concedida pelo professor.

Art. 90 - O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete) na(s) respectiva(s) disciplina(s), será submetido à avaliação final.

§ 1º - Para aprovação nas condições previstas no caput deste Artigo, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota da avaliação final, seja igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

Art. 98 - As disciplinas aproveitadas na forma prevista nesta seção, terão carga horária e créditos considerados equivalentes às disciplinas correspondentes na UFT, mantendo as notas obtidas na Instituição de origem para efeito de registro.

§ 1º - Para efeito de atribuição de notas, os conceitos, pontos ou notas obtidos na Instituição de origem serão transformados e adequados ao sistema de avaliação adotado na UFT."

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT realiza periodicamente sua auto-avaliação, utilizando-se basicamente dos mecanismos citados abaixo:

- reuniões de planejamento e acompanhamento pedagógico de professores realizadas no início, no meio e ao final de cada semestre, que objetivam analisar o andamento das aulas e demais atividades pertinentes ao Curso, com vistas a corrigir possíveis incongruências.

Cabe, ainda, ressaltar que todas as reuniões são registradas com lista de presença;

- participação no processo anual de planejamento da Instituição, realizado regularmente antes do 1º. período letivo do ano;

- avaliação institucional, de responsabilidade da Vice-Reitoria da UFT, bem como aplicação de questionário de auto-avaliação pelo Centro Acadêmico do Curso.

Com base nestes instrumentos e avaliações do MEC, o PPC deverá sofrer novo avaliar processo de revisão em um prazo de cinco anos, quando então será possível avaliar a implementação do presente PPC.

3.3.14. Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)

O ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, criado em 2004, integra o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, tem a finalidade de avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados, verifica as suas habilidades e competências. O exame é obrigatório para

os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. O exame é realizado por amostragem e a sua participação constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo Ministério da Educação e Cultura, constitui a amostra dos participantes a partir da inscrição, na própria instituição de ensino superior, dos alunos habilitados a fazer a prova.

A prova é composta de 40 questões no total, sendo 10 questões da parte de formação geral e 30 da parte de formação específica da área, contendo, as duas partes, questões discursivas e de múltipla escolha. Sendo o peso das partes da prova dividido em Formação Geral correspondente a 25% e de Componente específico equivalente a 75%. Segundo o Ministério da Educação e Cultura, por estar centrado na trajetória e não no ponto de chegada, o exame é composto por questões de baixa, média e alta complexidades, contemplando diferentes momentos da vida acadêmica do estudante. O Curso de Arquitetura e Urbanismo participou da etapa de 2008, obtendo o conceito 3.

Reavaliação, consolidação dos resultados da avaliação interna (auto-avaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final e de um plano de desenvolvimento institucional.

A CPA é quem elabora esse relatório final - que integra todos os resultados da avaliação interna e externa -, indicando as deficiências acadêmicas ou institucionais e propondo medidas de superação.

O primeiro programa de avaliação institucional, previsto para dois anos (2005 e 2006), foi aprovado por parecer da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) – INEP/DEAES, focalizando inicialmente a auto-avaliação.

No âmbito do Curso foram realizados diversos momentos de avaliações, constata-se então, que o processo de avaliação se faz presente, todavia, sem efetivo registro acadêmico, sem um reconhecimento ou articulação em um programa, do Curso ou institucional, com pouco uso efetivo. Essas avaliações serviram apenas para a realização de pequenos ajustes na dimensão didático-pedagógica e para aferir alguns indicadores da gestão do Curso.

Existe na dimensão do Curso a conscientização da necessidade de um processo avaliativo contínuo, mas articulado com a avaliação institucional, desta maneira o colegiado do Curso nomeará uma comissão de avaliação, com a finalidade da construção de um documento avaliativo do Curso, que possibilite um diagnóstico amplo, e integre docentes, setor administrativo, coordenação e alunos. A comissão estará incumbida de articular esse processo avaliativo do Curso com a avaliação institucional. A referida comissão deverá iniciar as atividades no primeiro semestre de 2012 com a proposta de realizar a primeira avaliação do Curso.

3.3.15. Prática Profissional

No Curso a prática profissional é desenvolvida de maneira disciplinar, mas com articulação entre os professores das disciplinas, e com atividades internas e externas. Estas atividades têm por objetivo o desenvolvimento da interdisciplinaridade com a promoção do reconhecimento das experiências práticas (discentes e docentes) e a busca investigativa do aluno. Essas atividades serão desenvolvidas no decorrer do Curso e serão caracterizadas por elaboração de projetos, acompanhamento de palestras, atividades de visitas técnicas e outras atividades correlatas. As atividades práticas são compostas por atividades simuladas realizadas internamente nos Laboratórios. São realizadas monitorias nas disciplinas em que os professores solicitam, algumas remuneradas por bolsa e outras voluntárias. Para usufruir do benefício concedido pela Instituição o aluno deverá se submeter aos editais semestrais para a referida atividade que possui normatização institucional.

Dentre as atividades práticas se aplica as atividades complementares, na qual o aluno se programa para a gama de possibilidades instituídas por regulamento próprio.

Todas as atividades de prática, exceto as complementares, exigem matrícula nas disciplinas e serão monitoradas e avaliadas. Portanto, são obrigatórias para a integralização da carga horária do Curso. Também, a participação do aluno é regulamentada por normas específicas aprovadas pelo colegiado do Curso, que se não cumpridas possibilita a exclusão ou reprovação do aluno na disciplina, com o devido direito ao contraditório e aos recursos pertinentes nas instâncias institucionais.

4. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Atualmente, o Curso de Arquitetura e Urbanismo conta com a lotação de 21 (vinte e um) professores efetivos. Há ainda duas vagas para professor efetivo em processo seletivo. O corpo docente é formado por 19 (dezenove) graduados em arquitetura e urbanismo, 1 (um) em engenharia civil e 1 (um) em engenharia de produção. Destes, há 7 (sete) professores doutores e 5 (cinco) em processo de conclusão do doutoramento, conforme o quadro abaixo:

PROFESSOR	FORMAÇÃO				REGIME TRABALHO
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
Ana Beatriz Araujo Velasques	Arquitetura e Urbanismo - UFF		Planejamento Urbano e Regional UFRJ	Urbanismo - UFRJ	DE
Antônio Willamys Fernandes da Silva	Arquitetura e Urbanismo - UFPB		Engenharia Urbana UFPB	--	DE
Betty Clara Barraza de La Cruz	Engenharia de Produção UFV/Lima (Peru)	Análise de Custos ESAN – Lima (Peru)	Engenharia de Transporte UFRJ	Engenharia de Produção PUC/RJ	DE
Cláudia Maria Miranda Alencar Rocha	Arquitetura e Urbanismo - UCG	Gestão e Gerenciamento de Obras - UFG	Arquitetura e Urbanismo - UnB	--	20
Eber Nunes Ferreira	Arquitetura e Urbanismo UCG/		---	--	40
Édis Evandro Teixeira de Carvalho	Arquitetura e Urbanismo / PUC-MG	Revitalização Urbana e Arquitetônica UFMG	Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal da Bahia - UFBA	--	20
Giuliano Orsi Marques de Carvalho	Arquitetura e Urbanismo (UFJF/2000)		Urbanismo (PUC Campinas)	Arquitetura e Urbanismo UFRN*	DE
Lucimara Albieri de Oliveira	Arquitetura e Urbanismo - UEL		Engenharia / UPF	Arquitetura e Urbanismo FAU-USP/SP*	DE
Luiz Gomes de Melo Júnior	Arquitetura e Urbanismo / UFPB		Arquitetura e Urbanismo / UnB	--	40
Luiz Otávio	Arquitetura e		Arquitetura e	Urbanismo na	DE

Rodrigues Silva	Urbanismo - UFPA		Urbanismo – UNB com Recursos do CNPQ- Brasil	Universidade Técnica de Lisboa *	
Márcia da Costa Rodrigues de Camargo	Arquitetura e Urbanismo / UMC		Ciências do Ambiente / UFT	UNB*	DE
Marianna Gomes Pimentel Cardoso	Arquitetura e Urbanismo / UnB		Arquitetura e Urbanismo - UnB	--	DE
Marcos Antonio dos Santos	Arquitetura e Urbanismo (UNESP/2004)		Arquitetura e Urbanismo EESC-USP	Arquitetura e Urbanismo USP/SÃO CARLOS*	DE
Mariela Cristina Ayres de Oliveira	Arquitetura e Urbanismo - UNICAMP		Engenharia Civil UNICAMP	Engenharia Civil UNICAMP	DE
Olivia de Campos Maia Pereira	Arquitetura e Urbanismo (UNESP/2004)		Urbanismo (PUC Campinas) /2006	Arquitetura e Urbanismo USP/São Carlos	DE
Patrícia Orfila Barros dos Reis	Arquitetura e Urbanismo - UFPA		Engenharia Urbana UFSCar	História Social (UFRJ)	DE
Pedro Lopes Júnior	Arquitetura e Urbanismo / PUC-Campinas		--	--	20
Rafael Simões Mano	Arquitetura e Urbanismo - UFRGS	Sustentabilidade de Urbana Fundación CEPA La Plata (Argentina)	Engenharia Civil UFRGS	Arquitetura UFRJ	DE
Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcelos	Arquitetura e Urbanismo / UFPB		Arquitetura e Urbanismo / UnB	--	40
Valdirene Maria Silva Capuzzo	Engenharia Civil - Unesp		Interunidades em Ciência e Eng. dos Materiais. Universidade de São Paulo	Engenharia Civil- EESC/ USP	DE
Walfredo Antunes de Oliveira Filho	Arquitetura e Urbanismo - UCG	Transporte Urbano TRANSCOMET / Bélgica	Regional and Urban Planning - LSE/Inglaterra	-	DE

* professor(a) em doutoramento.

4.2. Condições de trabalho

Os professores efetivos foram selecionados via concurso público constituído por duas provas, uma escrita e uma didática seguida de entrevista, além de avaliação de títulos e experiência docente e profissional.

A Instituição conta com Plano de Carreira conforme a progressão do funcionalismo público federal, e apóia a participação em eventos e capacitação do seu corpo docente, conforme a Portaria n. 77 da Reitoria que autorizava e regia a saída do professor em regime de flexibilização para qualificação até junho de 2006, e atualmente com a Resolução CONSEPE sobre afastamento para capacitação de docentes. O plano de qualificação do curso foi concluído e aprovado.

A UFT dispõe, ainda, de um Programa de Auto-Avaliação permanente, sobre a universidade como um todo e por curso, que fica a cargo da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e é realizada por meio eletrônico periodicamente. O Centro Acadêmico dos estudantes do curso, por iniciativa própria, consolidou a prática de organizar e aplicar questionário de avaliação de professores que, mesmo extraoficialmente, representa um dado considerado pelos professores individualmente.

Cada professor responde por 2 (duas) ou 3 (três) disciplinas por semestre, contabilizando de 12 a 16 créditos. As publicações e produções técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais dos docentes efetivos do curso podem ser consultadas no seu Currículo Lattes, disponível no endereço da internet: www.cnpq.br.

Os professores efetivos são responsáveis pela orientação de Trabalho de Curso a cada semestre, cada qual responsabilizando-se por um número de alunos que varia entre 2 e 4 orientandos ao ano. Além das atividades de ensino em sala de aula, os professores atendem aos alunos em horários alternativos nas dependências da Universidade, apesar do *campus* não dispor, ainda, de salas adequadas e específicas para o trabalho dos professores.

4.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Área
Antonio Willamys Fernandes da Silva	Mestre	DE	Coordenador do Curso
Rafael Simões Mano	Doutor	DE	Arquitetura
Ana Beatriz Araujo Velasques	Doutora	DE	Urbanismo e Paisagem
Éber Nunes Ferreira	Especialista	T-40	Representação
Marcos Antonio dos Santos	Mestre	DE	Teoria e História
Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos	Mestre	40	Tecnologia

4.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente

A produção de material didático-científico do corpo docente está disponível no currículo lattes dos mesmos.

- Ana Beatriz Araujo Velasques: <http://lattes.cnpq.br/5268099619988028>
- Antônio Willamys Fernandes da Silva: <http://lattes.cnpq.br/4082478404407749>
- Betty Clara Barraza de La Cruz: <http://lattes.cnpq.br/6397468367348435>
- Cláudia Maria Miranda Alencar: <http://lattes.cnpq.br/4289998106574408>
- Eber Nunes Ferreira: <http://lattes.cnpq.br/4839202068132279>
- Édis Evandro Teixeira de Carvalho: <http://lattes.cnpq.br/5238429247467531>
- Giuliano Orsi Marques de Carvalho: <http://lattes.cnpq.br/3917640075009328>
- Lucimara Albieri de Oliveira: <http://lattes.cnpq.br/8011223784204088>
- Luiz Gomes de Melo Júnior: <http://lattes.cnpq.br/5223665960833057>
- Luiz Otávio Rodrigues Silva: <http://lattes.cnpq.br/3874838662387799>
- Márcia da Costa Rodrigues de Camargo: <http://lattes.cnpq.br/1291436562709940>
- Marcos Antonio dos Santos: <http://lattes.cnpq.br/6612220080292664>
- Marianna Gomes Pimentel Cardoso: <http://lattes.cnpq.br/1321544210745339>
- Mariela Cristina Ayres de Oliveira: <http://lattes.cnpq.br/5524921454744251>
- Olivia de Campos Maia Pereira: <http://lattes.cnpq.br/0559191748689778>
- Patrícia Orfila Barros dos Reis: <http://lattes.cnpq.br/8226689603012072>
- Pedro Lopes Júnior: <http://lattes.cnpq.br/4692423689518223>
- Rafael Simões Mano: <http://lattes.cnpq.br/5522309829921483>
- Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos: <http://lattes.cnpq.br/5129729374196056>
- Valdirene Maria Silva: <http://lattes.cnpq.br/9977729587548984>

4.5. Formação e experiência do corpo técnico-administrativo

O curso possui um técnico administrativo, graduando do curso de Arquitetura desta Instituição e com formação técnica profissional em edificações.

5. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

5.1. Laboratórios e instalações

No quadro abaixo podemos observar a relação dos laboratórios minimamente exigidos pelo MEC aos Cursos de Arquitetura e Urbanismo.

LABORATÓRIOS EXIGIDOS	ESPAÇO FÍSICO	EQUIPAM.	FUNCION.
Laboratório de Arquitetura e Urbanismo - LAU	Salas 2 e 3 / Bloco I	sim	sim
Lab. de Informática Aplicada	Sala 11 / Bloco III	sim	sim
Lab. de Conforto Ambiental	Sala 4 / Bloco III	sim	sim
Oficina de Maquetes	Sala 2 / Bloco I	não	não
Lab. de Tecnologia e Construção	não	sim	não
Lab. de Audiovisual	Sala 5 / Bloco I	sim	sim
Lab. de Arquitetura da Paisagem - LAP	Sala 4 / Bloco I	sim	sim
Laboratório Cidades - LABCIDADES	Salas 18 / Bloco I	não	não

- Laboratório de Projetos, intitulado LAU (Laboratório de Arquitetura e Urbanismo):

O Laboratório configura-se como um espaço acadêmico destinado às atividades de pesquisa e extensão no âmbito da Arquitetura e Urbanismo. Desta forma, apresenta-se não somente como agente na elaboração de projetos de edificações ou de intervenções urbanas, mas também como um ambiente de produção de conhecimento, pesquisa e integração entre os diversos segmentos do ensino de Arquitetura e Urbanismo.

A atuação do laboratório encontra-se direcionada à comunidade externa e interna da UFT, com vistas ao desenvolvimento de projetos de cunho social, bem como à atividade de pesquisa e extensão comunitária, com vistas ao direito à arquitetura. Conta, ainda, com a participação de professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, característica que traz benefícios a todos os envolvidos no processo.

Os principais objetivos do laboratório consistem em:

- constituir um fórum permanente de debate, reflexão e geração de novas idéias, divulgando e valorizando a produção de docentes e de alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional;
- proporcionar formas de integração entre os docentes e os alunos do Curso de

Arquitetura e Urbanismo, bem como a integração destes com a UFT;

- criar condições para a elaboração de pesquisas que possam subsidiar ações e projetos da Fundação Universidade Federal do Tocantins;
- oferecer alternativas que permitam a complementação na formação humana e profissional de seus participantes, possibilitada pela experiência oriunda da prática profissional;
- contribuir com a sociedade através de prestação de serviços e/ou assessorias e/ou consultorias, podendo colaborar ainda na implantação de soluções para os problemas diagnosticados, desde que os projetos tenham caráter social;
- criar condições para que os produtos resultantes dos trabalhos elaborados pelo Laboratório de Extensão em Arquitetura e Urbanismo sejam divulgados com o objetivo de se constituírem em registro e documentação para o crescimento do Curso.

Integram o Laboratório os docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo; docentes de outros cursos vinculados nos projetos; bolsistas-estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo; alunos de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo e outros. O Regimento do mesmo encontra-se em anexo.

- Laboratório de Informática Aplicada:

O Laboratório de Informática Aplicada faz parte de um complexo de laboratórios utilizados por diversos cursos da UFT. Cada laboratório possui aproximadamente 28 computadores e é utilizado de forma alternada com horários pré-estabelecidos por cada curso. É importante destacar que este espaço conta com horários específicos para utilização livre dos alunos.

As disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo ministradas neste ambiente são: Desenho Técnico Assistido por Computador I, II e III, Conforto Térmico Ambiental e Conforto Acústico e Eficiência Energética.

O curso já dispõe de um espaço físico para uso exclusivo de um Laboratório de Informática próprio, aguardando apenas a aquisição dos equipamentos.

- Laboratório de Conforto Ambiental:

Segundo a Portaria Nº 1.770 - MEC, de 21 de Dezembro de 1994, ao Laboratório de Conforto Ambiental cabe a responsabilidade de, através de instrumentação adequada, orientar o projeto, considerando as variáveis ambientais e sua ação sobre as construções e as cidades, bem com os processos físicos a elas associados, no sentido de garantir o desempenho necessário e esperado do ponto de vista da satisfação do usuário e da eficiência energética.

O laboratório de conforto serve como auxílio para as atividades curriculares de ensino, extensão e pesquisa, através do acesso as atividades práticas e laboratoriais de análise e compreensão dos principais condicionantes do comportamento ambiental das edificações. O laboratório possui equipamentos que viabilizem experimentos para:

1. Avaliação das condições de conforto térmico em edificações;
2. Avaliação do desempenho térmico de componentes construtivos das edificações;
3. Avaliação da insolação e sua geometria no ambiente construído;
4. Avaliação das condições de iluminação no ambiente construído;
5. Avaliação das condições acústicas e controle de ruído no ambiente construído;
6. Desenvolvimento de Avaliação bioclimáticas.

À luz desta metodologia experimental, de apoio ao desenvolvimento e avaliação do projeto do ambiente construído, foi criado o laboratório. Para sua utilização, foram adquiridos os equipamentos descritos abaixo:

1. Termômetros químicos;
2. Termômetro de máxima e mínima;
3. Termômetro de globo c/pedestal;
4. Termômetro de temperatura superficial;
5. Medidor e registrador contínuo de temperatura e umidade relativa;
6. Psicrômetro giratório;
7. Termômetro digital;
8. Anemômetro de ventoinha;
9. Termoanemômetro;
10. Simulador de trajetórias aparentes do sol;
11. Medidor de nível de iluminação;
12. Medidor de luminâncias;
13. Medidor de temperatura de cor;
14. Multímetro digital;
15. Pequena estação meteorológica;
16. Bússola Apoio a todas as atividades;
17. Cronômetro;
18. Barômetro;

No âmbito de serem realizadas todas as atividades descritas como fundamentais para o aprendizado dos alunos, faltam serem adquiridos os seguintes aparelhos:

1. Analisador de mascaramento do entorno;
2. Medidor de radiação solar (piranômetro);
3. Medidor de nível de pressão sonora (A, B e C);
4. Filtro da banda de oitava (63 a 8000 Hz);
5. Amplificador de potência;
6. Osciloscópio;
7. Fonte sonora;

- Oficina de Maquetes:

A Oficina de modelos e maquetes já aguarda a finalização das obras de um espaço no bloco 1 do CUP para iniciar sua plena utilização pelas disciplinas do curso, em especial as de projeto e sistemas estruturais.

O objetivo desta oficina reside em proporcionar ao aluno a possibilidade de experimentação em três dimensões, a partir da produção de maquetes e modelos em várias escalas e de diversificados materiais, como meio de pensar qualidades estéticas e formais, bem como apreender, através de um raciocínio volumétrico, o que e como se representa em desenho técnico. O Regimento deste Laboratório será elaborado quando houver espaço, equipamentos e técnicos definidos.

- Laboratório de Tecnologia e Construção

O Laboratório de Tecnologia e Canteiro Experimental ainda não existe e possui um alto custo de implantação. No entanto, para evitar o prejuízo do aprendizado dos alunos, os professores da áreatecnológica incluem em suas programações de aulas visitas aos laboratórios de mesmo cunho existentes em outras instituições de ensino na cidade de Palmas-TO.

As instalações e equipamentos deste laboratório deverão garantir em número e desempenho a verificação laboratorial de materiais e componentes construtivos especificados em projetos e obras; experimentação e ensaios relativos à técnicas construtivas; modelos construtivos convencionais e alternativos; patologias da construção; testes de rompimentos de corpo de prova de concreto e argamassa; ensaios normatizados de agregados; ensaios não destrutivos de concreto; ensaio de tração; entre outros. Assim, segue a listagem de equipamentos mínimos a serem adquiridos:

EQUIPAMENTOS	
Aparelho VICAT	Máquina de cortar aço
Aparelho VICAT modificado	Balança (Marte) semi Roberval 1610g
Penerador mecânico para agregado graúdo	Balança (Filizola) 6,5Kg
Penerador mecânico para agregado miúdo	Recipiente para massa unitária - estado compactada
Fogareiro para aquecimento de enxofre	Recipiente para massa unitária - estado solta
Máquina Universal de Ensaio EMIC-DL60000) cap. máx. 600KN	Recipiente para massa específica do concreto
Dispositivo para ensaio de flexão em telhas de concreto	Vibrador Chicote para concreto
Extensômetro eletrônico, mod. EE03m EMIC	Estufa
Dispositivo de compressão diametral 15x30cm e 20x20x40cm	Abrasão "Los Angeles"
Garra para ensaio de tração em metal	Capeador p/ corpo de prova concreto 10x20cm
Aparelho Manuto p/ medição de incorporação de ar no concreto	Capeador p/ corpo de prova concreto 15x30cm
Extensômetro elétrico para concreto	Capeador p/ corpo de prova de blocos
Extensômetro elétrico para aço	Capeador p/ corpo de prova de argamassa
Slump Test	Aparelho de Blaine
Speed Test	Mesa da Consistência
Misturador de argamassa	Moldes prismáticos 75x15x15cm p/ concreto
Betoneira 360L	Moldes cilíndricos 5x10cm p/ argamassa
Betoneira 100L	Moldes cilíndricos 10x20cm para concreto
Aparelho (quantificador) p/ agregados	Moldes cilíndricos 15x30cm para concreto
Termômetro 10 a 100° de mercúrio	Moldes cúbicos 7,5x7,5cm
Páquímetro de 50cm	Paquímetro digital de 15cm

- Laboratório de Audiovisual

Atualmente, o curso dispõe de um laboratório específico para esta demanda que precisa de equipamentos e técnico. No entanto, são utilizados os equipamentos de multimeios disponíveis no *Campus* e seus auditórios, tais como retroprojetores, computadores e projetores multimídia, telas para projeção, microfones e caixas de som.

Já existe nas dependências da UFT, *Campus* de Palmas, um espaço reservado para as futuras instalações do Laboratório de Áudio Visual, corresponde à sala 05 do Bloco 1, que deveria contar com uma área de projeção e outra de apoio.

A sala de projeção destina-se a exposição de filmes e fotografias (apresentações de natureza audiovisual) relacionadas à arquitetura ou áreas correlatas, e servirá para a utilização do curso conforme as necessidades de cada disciplina.

Tal sala terá um suporte fixado ao teto para o projetor multimídia, uma tela de projeção branca, um aparelho televisor de 29 polegadas, um aparelho de DVD, um

videocassete e aparelhagem de amplificação sonora.

Todas as janelas de vidro serão revestidas com uma película protetora escura ou cortinas do tipo *black out*. O espaço comportará 30 (trinta) cadeiras destinadas ao público, uma mesa para o professor ou palestrante, com 2 (duas) cadeiras.

A sala de apoio terá acesso restrito, comportando os armários onde serão guardados os equipamentos e documentos. Serão, no total, dois armários e três mesas - sendo duas para computadores e a outra para trabalhos convencionais. Esta sala comportará dois computadores com configurações necessárias para a edição de imagens e filmes, sendo um deles um *notebook*, além de uma impressora colorida jato de tinta. Esta sala de apoio será equipada aos poucos e corresponderá ao laboratório propriamente dito, pois servirá para o desenvolvimento de pesquisas de natureza audiovisual.

Equipamentos Básicos:

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Projektor multimídia	1
Aparelho televisor 29"	1
Aparelho DVD portátil	1
Vídeo cassete	1
Câmera fotográfica digital	1
Câmera DE VÍDEO 110/220 VOLTS	1
Tela de projeção (tripé)	1
Cortinas <i>Black out</i>	2
Micro CPU Pentium 4 Pentium 4 3.8 GHz INTEL/3/480/19 INTEL, 3 GB, DVDRW, HD 480 Gb, Monitor 19	1
Note book	1
Pen Drive 1 GB	2
Retroprojektor	1
JVC SR MV 30 U (Aparelho para converter VHS em DVD)	1
Microfone s/ fio	1
Caixa amplificadora de som RCF	1
Mesa de som	1

Mobiliário Básico

MOBILIÁRIO	QUANTIDADE
Armário p/ guardar equipamentos	1
Armário para guardar fitas, DVD's e documentos	1
Mesa p/ professor	2
Cadeira p/ para mesa do professor	4
Mesa para micro computador	2
Cadeiras para funcionários	2
Cadeiras com suporte acoplado p/ escrita (p/ o público)	30
Armário para TV	1

- Laboratório de Arquitetura da Paisagem (LAP)

A Universidade Federal do Tocantins está locada na região nuclear de projeções e ações, tanto no âmbito geopolítico, tanto pela sua posição geográfica entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No âmbito ecotonal, por compor-se fisiograficamente numa transição entre os biomas amazônico, cerrado, pantanal e caatinga. Indica assim o seu grande desafio em pesquisar a sustentabilidade do bioma Cerrado com o intuito de trabalhar com a temática da Arquitetura da Paisagem para promover a biodiversidade do cerrado e para o seu desenvolvimento sustentável.

Nesta ótica foi criado o Laboratório de Arquitetura da Paisagem em 2016, no curso de Arquitetura e Urbanismo tendo como objetivo atender a comunidade universitária, cidade de Palmas e estado do Tocantins, no que tange as propostas de paisagismo sustentável em projetos de praças, orla, áreas de lazer, parques urbanos e parques ecológicos e outros. Para tanto tem como eixo norteador a área de Arquitetura da Paisagem que busca integrar os Núcleos, Grupos de pesquisa e Laboratórios nas áreas de: Ecologia da paisagem, Impactos Ambientais e Recuperação de áreas degradadas; Outorga e Licenciamento da Propriedade Rural; Flora e Fauna do cerrado e seus ecótonos; Turismo e Ecoturismo; Arquitetura da Paisagem e Arquitetura Sustentável; Comunicação ambiental; Educação Ambiental e Projetos de Extensão.

Linhas de Pesquisa:

I- Cidades, espaços públicos e Meio ambiente;

II - Arquitetura da Paisagem e Desenvolvimento Sustentável.

O Laboratório de Arquitetura da Paisagem busca aprofundar as pesquisas sobre o bioma cerrado como um ecossistema de suporte a vida e as consequências geradas pela implantação de cidades sobre o mesmo. Para tanto foram criados projetos de pesquisa e de extensão com a participação de graduandos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT. Tem como objetivo elaborar publicações nas áreas de paisagismo, meio ambiente , espaços livres e cidades.

Equipamentos existentes e faltantes:

Especificação	Quantidade
Cadeira giratória, estofada, com apoio para braços.	07
Armário de madeira com 2 portas	02
Mesa para computador em melamina	06
Mesa redonda para café	01
Armário de Escritório Melamina 800x800x420 mm	01
Mesa de madeira para reunião 2,50x1,10 m	01
Equipamentos Faltantes	
Impressora com xerox e scanner	01
Projetor MultimídiaWXGA (múltiplas portas e conexão RJ45)	01
Tela de Parede	01
Computador Desktop 16 Gb de RAM SSD 120 Gb / 500Mb/s Processador I7 ou superior Placa de Vídeo Dedicada de 2Gb ou superior Fonte 600W Mouse e Teclado sem fio Monitor de 19"	06

- Laboratório Cidades (LABCIDADES)

As atividades realizadas pelo Laboratório procurarão articular ensino, pesquisa e extensão, como já vem sendo feito nos trabalhos realizados e em andamento em parceria com o Curso de Direito, buscando sedimentar um ambiente didático e de pesquisa lastreado na cidade real.

No que se refere à temática e especificidades de trabalho em pesquisa e extensão deste laboratório, destacam-se a inserção destes às necessidades e demandas das cidades, sob a ótica dos social e urbanisticamente excluídos, tanto da produção técnica, como teórica.

Um dos objetivos é também a consolidação de mais um espaço de estágio aos estudantes de ambos os cursos, que por meio do Laboratório terão a possibilidade de perceber que experimentação e prática fazem parte da construção teórica. Por esse motivo, os projetos desenvolvidos no LABCIDADES buscarão se articular com disciplinas ministradas não somente pelos professores membros do Laboratório, como de ambos os cursos, o que tem por intuito oferecer contextos e situações reais para a elaboração e aplicação de exercícios e aprendizados dos conteúdos disciplinares.

A atuação com lastro na comunidade local em situação de vulnerabilidade também é objeto de atenção do Laboratório, seja por meio de parcerias institucionais (prefeituras, por exemplo), seja por meio de assistência técnica, jurídica, urbanística-

arquitetônica, a ser viabilizada por meio de projetos de extensão universitária.

Temas referentes às políticas municipais urbanas também serão objetos de estudos e ação do Laboratório, que pretende se posicionar frente às questões que impactam à sociedade, por meio do subsídio de pesquisas.

Assim, pesquisadores com formações diversas, originalmente das áreas do direito e da arquitetura e urbanismo, realizam seus estudos no intuito de construir um diálogo possível e desejável entre diferentes esferas do saber em torno do espaço urbano.

O LABCIDADES é interdisciplinar e pretende-se interinstitucional, com sede no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT, a proposta contempla também a reunião de profissionais das áreas do Direito e do Urbanismo, integrando bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e demais pesquisadores.

O Laboratório pretende trabalhar também com a formação de recursos humanos, por meio de produtos como monografias de final de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outras produções bibliográficas e técnicas: livros, capítulos de livros, artigos, bem como a participação em eventos científicos nacionais e internacionais. O desenvolvimento das pesquisas vai nos permitir também contatos e parcerias nacionais e internacionais.

O Laboratório encontra-se em fase de implementação em espaço físico existente no Bloco I, e a proposta é que o Laboratório esteja integrado a um complexo de Núcleos e Laboratórios do Bloco I, sendo assim nossa necessidade de espaço físico está garantida e a de materiais reduzida, seguindo abaixo a listagem do material a ser adquirido:

- ilha de trabalho, com 6 computadores,
- 4 mesas de trabalho individual
- 1 mesa de trabalho grande (10 lugares)
- 1 ploter
- 1 impressora
- 4 armários para arquivos (sendo um específico para arquivo de plantas de tamanho A0)
- 3 estantes para livros

5.2. Biblioteca

O acervo bibliográfico do curso de arquitetura e urbanismo compreende, além dos títulos generalistas, obras literárias, periódicos, vídeos e publicações acadêmico-científicas específicas. Segundo a Biblioteca do *Campus*, o quantitativo de títulos para o curso encontram-se discriminados abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros específicos	1.181	2.517
Livros afins	167	298
TOTAL	1.348	2.815
Periódicos científicos, técnicos e jornais	63	1.010
Vídeos/DVDs	56	56

A bibliografia básica das disciplinas constantes das ementas atendem a indicação de 5 títulos no máximo e segundo informações da Biblioteca através do seu portal no site da UFT, há disponibilidade de um exemplar para 8 (oito) alunos por turma e estão tombados no patrimônio da UFT.

Os periódicos, bases de dados específicas, revistas e acervo em multimídia ainda não são suficientes.

5.3. Instalações e equipamentos complementares

Além dos laboratórios mínimos há o interesse do Curso em laboratórios específicos, tais como um para Estudos Urbanos e Regionais separadamente.

5.4. Área de lazer e circulação

Importante destacar no Campus de Palmas o auditório Centro Universitário Integrado de Cultura e Arte (CUICA) e a recentemente construída Biblioteca do Campus.

O CUICA é um espaço cultural, sem fins lucrativos, com auditório para teatro, dança, cinema e espetáculos musicais. As atividades desenvolvidas em suas instalações serão de cunho cultural e dividem-se nos seguintes espaços:

- Auditório, com capacidade para 500 pessoas;
- Cinema e teatro, também para 500 pessoas;
- Espaço Pedro Terra para artes visuais – com exposições permanentes e temporárias.

O objetivo principal do CUICA é criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional. Oferecer espetáculos de teatro, dança e música, mostras de artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas, debates e cursos,

além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

5.5. Recursos audiovisuais

Os recursos audiovisuais utilizados nos Curso se encontram nos Laboratórios específicos, especialmente Laboratório de Audiovisual e de Informática.

5.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais

As edificações para o curso para dar acesso e uso a quem, eventualmente, tem alguma dificuldade de locomoção têm entradas principais com rampas e a maioria das salas de aula são no andar térreo.

5.7.Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

A sala da Direção de Campus encontra-se no BALA 2 do CUP, segundo andar, assim como a sala da Coordenação do Curso.:-

6. ANEXOS

6.1. REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TÍTULO I DA ESTRUTURA E DAS FINALIDADES

Art. 1º - O presente regimento estabelece a organização e disciplina o funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo, complementado pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º - O curso de Arquitetura e Urbanismo atua na promoção e desenvolvimento de atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão no domínio da Arquitetura e do Urbanismo e sua integração com as demais áreas de conhecimento.

Art. 3º - O Colegiado, órgão deliberativo e consultivo, exerce a coordenação pedagógica e administrativa do curso de Arquitetura e Urbanismo e é constituído por docentes do curso, por representantes discentes (conforme previsto no Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, Art. 35, Cap. I, Seção I) e por representante(s) dos técnicos administrativos do curso.

§ 1º – A representação discente será na proporção de um aluno para cada cinco docentes e deverá ser feita pelo Centro Acadêmico do curso, apresentada formalmente ao Coordenador. Cada representante poderá ter um suplente eleito pelo mesmo processo.

§ 2º – A representação dos técnicos administrativos será indicada pelos técnicos envolvidos nas atividades desenvolvidas na coordenação do curso. A representação deverá ser oficializada formalmente ao Coordenador do curso.

Art. 4º - Integram o curso de Arquitetura e Urbanismo:

I – Coordenação Geral

II - Secretaria do Curso

III – Coordenações Pedagógicas:

- a) Coordenação de Teoria e História;
- b) Coordenação de Representação;
- c) Coordenação de Arquitetura;

- d) Coordenação de Urbanismo e Paisagem;
- e) Coordenação de Tecnologia.

IV – Coordenações de Laboratórios;

- a) Laboratório de Conforto Ambiental;
- b) Laboratório Audiovisual;
- c) Laboratório de Modelos e Maquetes;
- d) Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo;
- e) Laboratório de Tecnologia das Construções
- f) Laboratório de Informática.

V – Comissão de Trabalho de Curso;

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º - A direção do Colegiado será exercida pelo Coordenador do curso com mandato de dois anos, permitida apenas uma recondução, substituído em suas faltas e impedimentos, e na hipótese de vacância, pelo Coordenador Substituto.

§ 1º – A indicação do Coordenador e Coordenador Substituto será feita com base em consultas realizadas junto aos docentes, servidores técnico-administrativos e ao corpo discente, nos termos da legislação vigente e das normas específicas da Universidade.

§ 2º – A substituição do Coordenador em suas faltas e impedimentos far-se-á conforme a seguinte prioridade:

- a) pelo Coordenador Substituto;
- b) por indicação do colegiado;
- c) pelo mais antigo docente lotado no curso, e em caso de empate, pelo de classe e nível mais elevado.

§ 3º - Poderão se candidatar aos cargos de Coordenador e Substituto do Curso de Arquitetura e Urbanismo, membros do colegiado, portadores de título de Mestre ou Doutor e com carga horária mínima de 40hs.

§ 4º - O mandato dos dirigentes referidos neste artigo, a substituição, acumulação e

regime de trabalho obedecerão aos dispositivos dos artigos 37, 38, 39 e 40 do Regimento Geral da Universidade. Ver Art. 41

Art. 6º - A Comissão de Trabalho de Curso será constituída por três docentes, no mínimo, sendo cada qual vinculado a uma coordenação pedagógica, prioritariamente às áreas de Projeto de Arquitetura e Projeto de Urbanismo.

Parágrafo único – A comissão será eleita em reunião de colegiado com mandato estabelecido para quatro semestres letivos.

Art. 7º - Cada **Coordenação Pedagógica** será constituída por um docente do curso que ministre pelo menos **uma** disciplina obrigatória na área em questão. A indicação ocorrerá em reunião de colegiado, por apresentação espontânea e quando não houver, sob o critério de rodízio, por ordem de ingresso no curso. É elegível, para mandatos de 2 (dois) anos concomitante à coordenação do curso, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo único – Não será permitida acumulação de mais de um cargo de coordenação.

Art. 8º - A **Coordenação de** cada **Laboratório** será constituída por um docente do curso que ministre pelo menos uma disciplina obrigatória na área em questão. A indicação ocorrerá em reunião de colegiado, por apresentação espontânea e quando não houver, sob o critério de rodízio, por ordem de ingresso no curso. É elegível, para mandatos de 2 (dois) anos concomitante à coordenação do curso, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo único – Não será permitida acumulação de mais de um cargo de coordenação.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9º - São atribuições do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo o disposto no art. 36 do Regimento Geral, somado às competências a seguir:

I – Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o projeto pedagógico do curso, incluindo a organização curricular e estabelecendo o elenco, conteúdo e a

seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II - Ministar, isoladamente ou em conjunto, as disciplinas necessárias à formação profissional, nas áreas de sua respectiva especialidade;

III – Propor modificações no projeto pedagógico e programas das disciplinas, considerando as exigências da formação profissional pretendida;

IV – Deliberar sobre a demanda na disciplina e supervisionar as atividades de monitoria regular e/ou voluntária;

V - Aprovar as ementas, os planos de trabalho e os programas das disciplinas, elaboradas em conjunto pelos professores da respectiva área, encaminhando-os à Coordenação do Curso;

VI – Em caso de conduta inadequada propor à instância superior, com aprovação pelo voto secreto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, a destituição do Coordenador do Curso;

VII - Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso;

VIII - Elaborar planos pedagógicos diferenciados para atender os alunos considerados merecedores de tratamento especial em regime domiciliar como previsto no regimento acadêmico da Universidade, seção II, cap. IV, Título II.

IX - Promover e deliberar sobre integração das áreas de conhecimentos e das atividades acadêmicas;

X. - Definir regulamentos dos estágios e de atividades pedagógicas complementares;

XI - Submeter ao conhecimento da PROGRAD a proposta da lista de oferta de atividades acadêmicas;

XII - Decidir sobre a concessão de dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;

XIII - Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

XIV - Distribuir de acordo com as diversas atividades docentes a carga horária de cada professor, considerando os respectivos regimes de trabalho;

XV - Decidir sobre processos de revalidação de diplomas conforme a normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVI - Dar parecer sobre ações de iniciação científica e extensão universitária;

XVII – Constituir comissões especiais para estudo de assuntos de interesse do colegiado;

XVIII - Eleger entre seus membros os coordenadores pedagógicos das áreas e os

coordenadores de laboratórios;

XIX – Deliberar sobre as demandas por recursos financeiros, equipamentos e infraestrutura física junto à Diretoria do Campus;

XX - Coordenar e supervisionar as atividades de estágio;

XXI - Elaborar o PQFD (Plano de Qualificação e Formação Docente);

XXII - Deliberar sobre afastamento de docente para participação em programas de pós-graduação baseados nos termos do PQFD;

XXIII - Deliberar sobre a participação de docentes pós-graduandos em regime especial no cumprimento das atividades de ensino;

XXIV - Pronunciar-se sobre afastamento, remoção e dispensa de professores lotados no Colegiado, exceto se voluntária;

XXV - Definir e submeter à aprovação do CONSEPE o número de vagas para docentes, técnicos e assistentes administrativos para o curso e a caracterização das mesmas a serem colocadas em concurso;

XXVI - Estabelecer comissão ou docente que representará o colegiado nas avaliações de concursos para docente temporário ou efetivo;

XXVII – Opinar e decidir sobre os docentes externos convidados para avaliação do Trabalho de Curso;

XXVIII – Deliberar sobre a realização de disciplinas em módulos;

XXIX – Avaliar e decidir sobre a oferta de disciplinas optativas anualmente;

XXX – Deliberar sobre a flexibilidade de atuação do docente em áreas diferentes à de origem no concurso, na ausência de professor titular da respectiva disciplina;

XXXI - Emitir parecer sobre o mérito técnico-científico e a exeqüibilidade de planos, programas e projetos de pesquisa e extensão a serem encaminhados para apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 10º - Compete à coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo:

I - Representar o Curso no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

II - Representar o Curso no Conselho Diretor de Campus de Palmas;

III - Presidir os trabalhos de Coordenação do Curso;

IV - Propor ao Diretor do Campus de Palmas a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos deste Regimento;

V - Responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso;

VI - Expedir instruções referentes ao curso;

VII - Representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do

Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso através do Colegiado;

VIII - Fixar o Calendário Anual das Reuniões Ordinárias. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;

IX - Coordenar as atividades do Colegiado do Curso de Arquitetura;

X - Comunicar e encaminhar todas as deliberações do colegiado a quem de direito, para que sejam fielmente cumpridas;

XI - Adotar medidas de urgência, ad referendum do Colegiado do curso, seguido de ciência em reunião subsequente;

XII - Cadastrar as disciplinas junto à PROGRAD;

XIII - Atestar as freqüências dos docentes junto ao Setor de Recursos Humanos do Campus de Palmas;

XIV - Validar as justificativas de faltas dos docentes nas atividades da Coordenação, após notificação ao colegiado;

XV - Atestar a participação dos docentes em atividades de comissões, comitês e grupos de trabalhos de interesse do curso, atribuindo carga horária pertinente a estas atividades;

XVI - Fazer cumprir o preenchimento e entrega dos diários na coordenação do curso nos prazos estabelecido;

XVII - Organizar a distribuição e os horários das disciplinas nos semestres letivos;

XVIII - Solicitar a contratação temporária de docentes, quando necessário;

XIX - Relocar docente para o atendimento de disciplinas afins a área de formação do mesmo, quando necessário;

XX.- Representar e/ou delegar membros do colegiado como representantes do curso em atividades internas e externas a UFT;

XXI – Convocar oficialmente as reuniões ordinárias e extraordinárias;

XXII – Submeter à análise e aprovação do colegiado acerca da distribuição dos recursos financeiros oriundos da Instituição.

Art. 11º - Compete à Comissão do Trabalho de Curso:

I - Coordenar as atividades ligadas ao Trabalho de Conclusão do Curso, homologando matrículas e orientadores por aluno, definindo datas de avaliação e critérios de apresentação;

II - Elaborar o regimento específico ao TC e submetê-lo à apreciação e aprovação do colegiado;

III - Responder às questões acadêmicas e administrativas da comunidade do TC;

IV - Garantir o desenvolvimento e gestão do Trabalho de Curso dentro dos objetivos contidos no Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo e no presente Regulamento.

V – Convidar professores externos à instituição para participação na Avaliação Final de TC, submetendo os nomes a apreciação e aprovação do colegiado antecipadamente.

Parágrafo único: A comissão terá autonomia para definir a composição das bancas de avaliação. Havendo impedimento ao docente para participar da banca, este deverá comunicar e se justificar formalmente.

Art. 12º - Compete à Coordenação Pedagógica de cada área do conhecimento:

I - Traçar as diretrizes e zelar pela execução dos programas de ensino do curso, cumprindo o que for estabelecido pelo Conselho de Graduação e pelo Colegiado;

II - Aprovar os programas de cada disciplina ministrada pelo Curso e acompanhar sua execução;

III - Implantar o debate acadêmico, sobre questões profissionais atuais, discussões teóricas contemporâneas e metodologias de ensino;

IV - Estabelecer uma instância de avaliação, divulgação e formulação de novas proposições para o ensino, viabilizando a integração entre as diversas áreas do curso;

V – Propor a qualificação do ensino através de seminários e oficinas definidos a partir da constatação de interesses, necessidades e/ou dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes;

VI - Promover e coordenar, permanentemente, a análise do funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 13º - Compete à Coordenação dos Laboratórios

I - Cada laboratório terá sua estrutura, coordenação e funcionamento definidos em regulamento próprio aprovado em colegiado, em consonância com as determinações contidas no Estatuto, Regimento Geral da Universidade e neste Regimento.

II – A Coordenação ficará responsável pelo uso e manutenção dos equipamentos alocados em cada laboratório;

III – Estabelecer horários de acesso e reserva de equipamentos;

IV – Zelar pelo cumprimento do regimento;

V – Decidir e especificar a aquisição de equipamentos, suprimentos, mobiliários, bem

como a destinação de verbas específicas.

Art. 14º - Compete à Secretaria do Colegiado

- I - Preparar a agenda dos trabalhos do Colegiado;
- II - Convocar as reuniões do Colegiado conforme indicação do seu coordenador
- III - Secretariar as reuniões do Colegiado;
- IV - Lavar atas das reuniões do Colegiado;
- V - Redigir ofícios, memorandos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas pelo Colegiado de Curso;
- VI - Guardar, em caráter sigiloso, todo o material da Secretaria e manter atualizados os respectivos registros;
- VII. Registrar o comparecimento dos membros às reuniões;
- VIII. Gerenciar a tramitação dos processos encaminhados à Coordenação;
- IX. Gerenciar os procedimentos informatizados disponibilizados pela UFT;
- X. Apoio, quando necessário, na execução de ações de docentes frente a atividades pedagógicas;
- XI. Apoio ao atendimento discente.

TÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 15º - Este Colegiado reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, durante o período letivo, de acordo com calendário aprovado anualmente, e extraordinariamente quando convocado por seu Coordenador, com indicação de motivo relevante, ou quando convocado por 1/3 (um terço) de seu corpo docente efetivo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1º - Caso o Coordenador não convoque a reunião extra, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, o Colegiado se reunirá no 1º (primeiro) dia útil após o prazo vencido.

§ 2º - A convocação será feita, por escrito, ou por email com um prazo mínimo de quarenta e oito horas de antecedência, e com a declaração dos respectivos fins, excluindo feriados, sábados e domingos.

§ 3º - As reuniões terão caráter propositivo e deliberativo devendo constar na convocação, explicitamente, se ordinária ou extraordinária a pauta a ser seguida.

§ 4º - Para inserir algum ponto de pauta o docente deverá apresentá-lo com 24hs, salvo excepcionalidades decididas por maioria do colegiado no ato da aprovação da pauta.

Art. 16º - As reuniões terão duração máxima de 3 (três) horas, com prorrogação de no máximo, 1 (um) tempo de 30 (trinta) minutos.

Parágrafo único - Declarada aberta a reunião, proceder-se-á a discussão e aprovação dos pontos de pauta que constituíram a convocação. Posteriormente destina-se 2 minutos para comunicações de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral do Curso e da Universidade para cada membro, a exceção do presidente que poderá usufruir um tempo maior, não superior a dez minutos. Em seguida, passar-se-á à ordem do dia: cada ponto de pauta possuirá um tempo para relato de no máximo 5 (cinco) minutos, abrindo-se a discussão quando cada membro inscrito terá até 2 minutos para suas considerações, podendo se reinscrever até que declare suficientemente esclarecido para se prosseguir à votação do item. Após a votação, será reaberta a discussão deste item, por um período mínimo de 1 (um) semestre a contar da data da reunião, salvo se a reinclusão de ponto de pauta seja aprovada por maioria qualificada de 3/4 dos presentes.

Art. 17º - O comparecimento dos professores em exercício às reuniões é obrigatório e preferencial a qualquer outra atividade universitária, exceto às referentes aos órgãos que lhe sejam superiores.

§ 1º - Poderão participar das reuniões do Colegiado de Arquitetura os seus servidores técnico-administrativos e representantes do corpo discente, que terão direito à livre manifestação em todos os assuntos tratados.

§ 2º – O número total dos servidores técnico-administrativos e representantes do corpo discente, não poderá ser superior a 1/3 (um terço) dos professores em exercício. Estes últimos indicados pelo Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo,

§ 3º - Alunos sem vinculação ao Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo poderão participar das reuniões sem direito a fala, salvo através de solicitação antecipada e com anuência do colegiado. Em análise de processo o aluno interessado deverá se ausentar no momento da votação.

Art. 18º - O membro titular do Colegiado que deixar de comparecer à reunião deverá justificar-se por escrito com documentação comprobatória ao Coordenador do Colegiado, no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas após a reunião.

§ 1º - Não havendo pedido de justificativa, a ausência será computada como falta funcional.

§ 2º - As ausências justificadas deverão ser apresentadas e ter ciência do Colegiado.

Art. 19º - O membro do Colegiado perderá o direito de voto, por um semestre, nos seguintes casos:

I. Quando faltar, sem causa justificada, a duas (2) reuniões ordinárias seguidas ou três (3) alternadas durante o semestre;

II. Quando sofrer penalidade disciplinar que o incompatibilize para o exercício

Art. 20º - O quorum mínimo para o início das reuniões será de **cinquenta por cento** (50%) **mais um**, dos membros em exercício no Colegiado.

§ 1º - Não havendo quorum aguarda-se 30 (trinta) minutos para o início da reunião e, caso persista a ausência de quorum, a reunião será remarcada, neste momento, para ser realizada em um prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 21º - Havendo quorum será declarada aberta a reunião e proceder-se-á a apresentação da ata da reunião anterior, que será considerada aprovada independente de votação, se não houver pedido de retificação.

Parágrafo Único - O abandono da reunião por algum dos presentes deverá constar em ata com informação de horário e temas votados até então, não interferindo no prosseguimento da reunião.

Art. 22º - Após a aprovação da ata da reunião anterior, deve ser anunciada a Ordem do Dia, e então, discutida e votada a composição da Pauta.

Art. 23º - Apresentado cada assunto pelo Coordenador, ou pelos relatores

designados, será procedida a discussão, sendo dada a palavra aos presentes que queiram se manifestar, nos termos do Parágrafo do Artigo Dezessete.

Art. 24º - Qualquer membro do Colegiado poderá pedir vista de processo em discussão, antes de ser processada a votação do mesmo.

§ 1º - Atendido o pedido de vista, ficam imediatamente suspensas as discussões a respeito do assunto.

§ 2º - Cópia do processo será encaminhada ao interessado pela Secretaria do Curso.

§ 3º - A cópia do processo deverá ser devolvida à Secretaria, pelo interessado, no prazo máximo de **sete dias**, com parecer por escrito.

§ 4º - O processo, devidamente acompanhado do parecer, deverá ser apreciado, obrigatoriamente na reunião subsequente do colegiado.

Art. 25º - Caberá ao Secretário da Coordenação a lavratura das atas das reuniões.

§ 1º - Cópia da minuta da ata da reunião anterior deverá ser encaminhada aos membros do colegiado com antecedência mínima de 72 horas antes da próxima reunião.

TÍTULO V DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 26º - O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo visa habilitar ao exercício profissional como Arquiteto-Urbanista e está aberto à matrícula de candidatos que tenham concluído o curso de ensino médio ou equivalente e obtido classificação em concurso vestibular, conforme art. 29 e 31 do Estatuto desta Universidade.

Art. 27º - O programa de cada disciplina será elaborado pelo docente responsável, sob forma de plano de ensino, e aprovado, sucessivamente, pelo Colegiado e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, atendendo à determinação do Estatuto da Universidade em seu artigo 35.

Parágrafo único: Na organização dos programas das disciplinas deverão constar as seguintes informações mínimas:

I – Ementa da disciplina; Formulação do objetivo; Carga Horária; Número de Créditos;

Conteúdo Programático;

II - Métodos de ensino; Cronograma das atividades; Critérios de avaliação; Bibliografia básica e complementar.

Art. 28º - A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos de graduação será feita em cada disciplina, obedecendo-se o disposto nos artigos 89 e 90, Cap. II, Seção IV do Regimento Geral desta universidade.

Parágrafo único: Para as disciplinas de maior carga horária prática como as de projeto e desenho, o desempenho processual de cada aluno será comprovado mediante avaliação de seu rendimento ao longo de todo semestre, mediante a assiduidade nas orientações em sala de aula.

Art. 29º - Em consonância com o Capítulo II, artigos 44, 45 e 46 do Estatuto, os projetos de Pesquisa e Extensão tomarão como ponto de partida, os dados da realidade local, regional e nacional, sem, contudo perder de vista as generalizações em contexto mais amplo, dos fatos descobertos e de suas interpretações. Fomentando a pesquisa no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Art. 30º - Os projetos de Pesquisa e Extensão serão submetidos a parecer sobre o mérito técnico-científico e sua exeqüibilidade e conveniência em reunião do colegiado.

Art. 31º - A proposta para ministrar eventualmente uma disciplina em caráter intensivo deverá ser aprovada pelo Colegiado de Curso, em consonância com o artigo 47 do Regimento Geral.

Art. 32º - A implementação de disciplinas optativas dependerá de prévia avaliação do Colegiado, que deverá resguardar a oferta mínima de disciplinas curriculares.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33º - A representação dos membros do Colegiado do Curso é indelegável, salvo nos casos de substituições previstas no Estatuto ou no Regimento Geral da Universidade.

Art. 34º - O uso do espaço físico e de bens da Universidade sob a responsabilidade do Curso de Arquitetura e Urbanismo para fins diferentes do ensino, da pesquisa ou da extensão, por pessoas ou entidades ligadas à comunidade acadêmica, depende de prévia manifestação do Colegiado, cabendo à Direção do Campus expedir o termo de autorização.

Art. 35º - Os casos omissos ou de interpretação duvidosa neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado.

Art. 36º - Este Regimento poderá ser reformado total ou parcialmente pelo voto favorável da maioria absoluta (2/3) da totalidade dos membros do Colegiado do Curso em atividade.

Art. 37º - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado, revogados o Regimento anterior do Curso de Arquitetura e as demais disposições em contrário.

6.2 ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DO CURSO E PELO CONSELHO DIRETOR DO CAMPUS

6.3 REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar a ação relacionada à disciplina Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º O estágio Supervisionado se caracteriza por atividades, teórico-práticas de exercício profissional, de caráter obrigatório, previstas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizadas em situações concretas de trabalho, sob a responsabilidade da instituição de ensino. Constitui requisito indispensável para a colação de grau.

Art. 3º O objetivo do Estágio Supervisionado é proporcionar aos alunos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a complementação da formação acadêmica através de vivências nos campos da prática profissional do arquiteto.

Art. 4º O estágio Supervisionado é desenvolvido através da disciplina Estágio Supervisionado no 9º período do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFT, totalizando 45 horas.

II - DA COORDENAÇÃO DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5º São atribuições dos professores da disciplina de Estágio Supervisionado:

- I. Elaborar os planos de ensino da disciplina;
- II. Propor, com os Coordenadores de área os possíveis locais para realização do Estágio Supervisionado;
- III. Entregar à coordenação do curso as avaliações dos alunos, da disciplina e as fichas de registro de frequência preenchidas e assinadas;
- IV. Avaliar permanentemente, em conjunto com os demais docentes, as estratégias utilizadas, propondo mudanças sempre que necessário.

III – DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

Art. 6º O estágio Supervisionado é desenvolvido sob a supervisão de um professor arquiteto, ora denominada supervisão acadêmica.

Art. 7º O supervisor acadêmico tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- a. Participar das reuniões de planejamento e avaliação da disciplina, discutindo e propondo estratégias e modificações necessárias.
- b. Orientar os alunos conforme cronograma da disciplina;
- c. Aprovar os projetos de estágio supervisionado e o relatório de estágio
- d. Supervisionar e avaliar o aluno em campo de estágio supervisionado;
- e. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

IV – DOS LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 8º O estágio Supervisionado se desenvolverá nas áreas de concentração inerentes à atividade do Arquiteto e Urbanista, de acordo com o postulado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução CNE/CES nº 2/2010, em seu Artigo 5º.

§ 1º Os locais para a realização do estágio supervisionado devem estar conveniados com a Curso de Arquitetura e Urbanismo e atender aos seguintes requisitos:

- I. Proporcionar vivência efetiva de situações concretas de trabalho, dentro do campo profissional;
- II. Possibilitar aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos;
- III. Contar com infraestrutura compatível com o objetivo do estágio, em termos de pessoal, material e ambiente.

§ 2º O estudante poderá desenvolver o estágio na organização em que trabalha, preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade e na legislação em vigor, no que for pertinente.

V- DA ORIENTAÇÃO EXTERNA

Art. 9º Considera-se como Orientador Externo o profissional de nível superior na área de Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins, vinculado à instituição concedente do campo de estágio, aqui identificado como Supervisor Local.

Parágrafo único Ao orientador externo compete:

- I - orientar o estagiário ética e profissionalmente na execução das tarefas previstas no termo de compromisso de estágio;
- II - avaliar o desempenho do estagiário no cumprimento de suas funções na organização concedente do estágio;
- III - comunicar, por escrito, a instituição sobre qualquer ético ou profissional que comprometa a permanência do estagiário na organização concedente;

Art. 10º A atividade de acompanhamento de aluno em Estágio curricular não configura vínculo empregatício com a instituição de ensino e com a instituição concedente;

Parágrafo único São atribuições da instituição concedente do estágio:

- I . Fornecer informações e participar de delimitação das estratégias do estágio supervisionado.
- II. Aprovar preliminarmente o projeto de Estágio Supervisionado;
- III. Supervisionar o aluno durante o estágio;

VI - DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS DISCIPLINAS ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 11º O aluno matriculado na disciplina Estágio Supervisionado terá, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I. O aluno deverá apresentar 3 (três) relatórios de atividades desenvolvidas a cada 15 (trinta) horas de estágio ao professor responsável da disciplina, os dois primeiros intermediários e um final, conforme modelo em anexo;
- II. O aluno cumprir a carga horária mínima de 45 horas de estágio presencial.

Art. 12 O estágio poderá ser interrompido antes do prazo previsto por iniciativa do aluno, da empresa concedente - através de comunicado oficial á coordenação do curso - ou ainda pela comprovação de irregularidades como:

- I. abandono da Universidade pelo aluno;
- II. abandono do ambiente do estágio sem os devidos esclarecimentos;
- III. trancamento de matrícula;

- IV. mudança de curso;
- V. conclusão do curso.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Art. 13 Os casos omissos neste Regulamento serão dirimidos, inicialmente, pelo Coordenador de Curso e, se necessário, pelo Colegiado.


Art. 14 Ao final do estágio a empresa concedente deverá enviar um relatório de avaliação da participação do aluno ao professor da disciplina, que deve considerá-lo um item de avaliação.

Art. 15 A avaliação final da disciplina, Estágio Supervisionado, será feita pelo professor Supervisor, atribuindo nota de zero a dez ao final do período letivo, levando em consideração o relatório final emitido pelo supervisor local e o conteúdo dos relatórios apresentados.

Art. 16 O aluno, para ser aprovado, deverá cumprir a carga horária mínima de 45 horas presencial e ainda obter média igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 17 Este regulamento entrará em vigor a partir da sua publicação.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
RELATÓRIO INTERMEDIÁRIO () 15h () 30h	
ALUNO:	CPF.:
DATA:	MATR.:
INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:	
ENDEREÇO COMPLETO / TELEFONE:	
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL:	
ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS CRONOLOGICAMENTE NESTA ETAPA:	
AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL:	
AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO:	
RECEBIMENTO EM ____ / ____ / ____. PROF. _____ ASSINATURA:	
OBS.: Anexar cópia dos seguintes documentos: CREA do profissional responsável e Declaração de vínculo empregatício deste com a instituição;	

 <p>Universidade Federal do Tocantins</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ARQUITETURA E URBANISMO</p>
<p align="center">RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO</p>	
<p>ALUNO:</p>	<p>CPF.:</p>
<p>DATA:</p>	<p>MATR.:</p>
<p>INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:</p>	
<p>ENDEREÇO COMPLETO / TELEFONE:</p>	
<p>PROFISSIONAL RESPONSÁVEL:</p>	
<p>ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS CRONOLOGICAMENTE EM TODAS AS ETAPAS:</p>	
<p>AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (itens a serem observados obrigatoriamente: frequência de 90h, pontualidade, interesse, participação, capacidade de trabalhar em grupo, avanços, dificuldades):</p>	
<p>AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO:</p>	
<p>RECEBIMENTO EM ____ / ____ / ____. PROF. _____ ASSINATURA:</p>	
<p>OBS.: Anexar cópia dos seguintes documentos: CREA do profissional responsável e Declaração de vínculo empregatício deste com a instituição; Declaração de conclusão das 45 h de estágio.</p>	

6.4 REGULAMENTO DA DISCIPLINA TRABALHO DE CURSO

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A disciplina consiste em matéria final do Curso, diferenciando-se das demais disciplinas, por não haver aulas expositivas e/ou práticas. A condução do trabalho do acadêmico ocorre separadamente com cada grupo orientador-estudante.

Art. 2º A disciplina, coordenada por uma Comissão de professores, encarrega-se de formalizar as regras de andamento, e aplicá-las, de forma a obter a comprovação da aptidão do estudante ao ingresso na vida profissional do arquiteto e urbanista.

Art. 3º A disciplina é obrigatória e possui 22 créditos. Realiza-se isoladamente ao final do Curso, no décimo período, após a conclusão de todas as disciplinas e atividades complementares.

Art. 4º A ementa da disciplina consiste na elaboração de trabalho acadêmico centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

Art. 5º Os objetivos da disciplina consistem em:

- I. Avaliar a aptidão dos estudantes ao ingresso na vida profissional, através da demonstração de conhecimentos concernentes à solução propositiva em arquitetura e o urbanismo, com excelência;
- II. Mensurar a capacidade propositiva do estudante, desde a correção na fundamentação teórico-analítica de sua proposta, até a fidelidade da solução final ao conteúdo desta fundamentação, e também à qualidade do trabalho como um todo.

II - DAS ATIVIDADES DA DISCIPLINA

Art. 6º A disciplina Trabalho de Curso é desenvolvida no último semestre letivo (10º período). Durante este período o acadêmico deve cumprir um programa de atividades, distribuído conforme descrição a seguir:

- I. Termo de Ciência e Concordância com o Regulamento: Documento de aceite e submissão do acadêmico às disposições contidas no Regulamento do TFG entregue

na primeira reunião oficial com a Comissão do TFG. Este documento deverá conter o nome do acadêmico, matrícula, telefone para contato, endereço eletrônico, nome do orientador, tema e resumo com justificativa. Faz-se necessária a ciência do orientador neste Termo, o que poderá ser confirmado a partir da assinatura do professor orientador no mesmo, ou ainda, sua manifestação via e-mail, encaminhado diretamente à Comissão de TFG.

II. Trabalho de Curso (Pesquisa Teórica): A forma e o conteúdo da pesquisa são definidos pelo orientador em conjunto com o acadêmico. Seu objetivo principal é apresentar a metodologia pela qual o acadêmico levantou os dados e informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho, bem como as justificativas.

III: Trabalho de Curso (Pesquisa Teórica + Projeto, se houver):

- a. O Trabalho de Curso, além da pesquisa teórica, poderá desenvolver-se como projeto de arquitetura, urbanismo e/ou paisagismo onde serão observadas as diversas escalas que o definem, adequando-se às diferentes formas de desenvolvimento e apresentação dos trabalhos. Neste sentido a composição de volume de material gráfico que correspondem às proposições ou análises prescritivas e diretivas, fica livre à avaliação do estudante, em conjunto com seu professor orientador respeitando-se as diretivas descritas neste Regulamento.
- b. O trabalho final deve demonstrar o aprendizado e o desempenho acadêmico do formando nas diferentes áreas do conhecimento do Curso, bem como sua relação com as variáveis plásticas, funcionais, técnicas, construtivas, ambientais, econômicas, sociais, culturais e outras que envolvem a arquitetura e urbanismo.
- c. A apresentação do trabalho deve conter todos os desenhos necessários à perfeita compreensão, atendendo às convenções normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) através da NBR6492 e outras que se fizerem necessárias. As pranchas (em papel dobrável no formato A4) serão anexadas ao Caderno de Pesquisa em um ou mais formatos normatizados pela NBR64 da Associação Brasileira de Normas Técnica. São eles: A3(420 x 297mm); A2(594 x 420mm); e A1 (841 x594mm). Se necessário as pranchas poderão ser estendidas horizontalmente em valores múltiplos de 185mm). A quantidade de pranchas é livre, mas devem se fazer presentes. A correta avaliação desta necessidade (qualitativa e quantitativa) está entre as

obrigações do profissional qualificado tornando-se objeto de avaliação, bem como o grau de precisão das informações neles contidas, como cotas de dimensionamento, escala e/ou escala gráfica, indicação de norte, legendas, dentre outros.

- d. O acadêmico deve apresentar todas, quando couber, as justificativas para as decisões de projetos apresentadas no trabalho. Assim, caso seus argumentos não estejam coerentes e fundamentados, sugere-se que o mesmo procure as respostas ou reveja a decisão e, por conseguinte, adote outra solução, que responda e possa ser defendida perante a banca de examinadores.

VI. A avaliação será realizada em 02 (duas) bancas de avaliação, sendo uma intermediária e outra final, com datas e detalhamento definidos previamente.

V. Painéis de Exposição Rígidos – O acadêmico deve elaborar uma síntese de seu trabalho e disponibilizá-lo em 4 (quatro) painéis enrijecidos conforme Modelo disponibilizado pela Comissão do TFG na plataforma *Moodle*. Os painéis de Exposição não são exigidos na Banca Intermediária.

III – DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 7º O semestre é composto por duas bancas de avaliação de trabalhos (intermediária e final) realizadas em datas e locais divulgadas pela Comissão do TFG.

Art. 8º As bancas avaliarão a capacidade do diplomando na manipulação do trabalho, principalmente, em suas requisições:

- a. de expressão gráfica técnica – correção da representação técnica, segundo padrões normativos; qualidade, correção, clareza e suficiência do material gráfico através de pranchas dobradas (Ver capítulo II **Art. 6º** item III c).
- b. de fundamentação teórico-analítica;
- c. de capacidade de síntese - uso dos Painéis de Exposição Rígidos (exigência apenas para a Banca Final).
- d. de apresentação oral e uso dos recursos de multimídia;
- e. legais;

- f. funcionais;
- g. técnico-construtivas (incluindo estruturas);
- h. de conforto ambiental (principalmente o térmico);
- i. formais;
- j. de adequação ao ambiente – aspectos ambientais (ecológicos), econômicos, sociais, espaciais (entorno) e culturais do lugar de inserção do projeto;
- k. de excelência - coerência e adequação entre as soluções acima citadas (entendimento do projeto como um agrupamento de soluções convergentes, fiéis a um mesmo conceito norteador e fundamental, que expressa e representa o todo do objeto idealizado).

Art. 9º Ao final das bancas será produzida uma ata de defesa pelos membros avaliadores.

Art. 10º A banca intermediária é restrita aos avaliadores e acadêmico. A banca final é pública e a presença de todos os acadêmicos do Curso e da comunidade em geral é bem vinda e recomendada.

IV – DA BANCA INTERMEDIÁRIA

Art. 11º A composição das bancas intermediárias é definida preferencialmente pela afinidade entre o tema proposto pelo formando e as áreas preferenciais e especialidades de cada professor.

Art. 12º O número de participações em bancas por professor deverá manter-se equilibrada com os demais. A Comissão é soberana pela escolha e composição das bancas intermediárias. O professor orientador presidirá a banca, tendo assim as responsabilidades desta atribuição, como as formalidades de abertura, apresentação do formando, participação de cada membro e controle dos tempos, além de participar com seus comentários.

Art. 13º A banca intermediária é qualificatória, servindo como instância de verificação do desenvolvimento e orientação dos trabalhos para a apresentação final. Portanto, a banca intermediária tem poder de reprovação, ficando vedada a apresentação da banca final aos estudantes reprovados em seu crivo. Nesses casos, tais acadêmicos

têm seus direitos à orientação oficializada suspensos, até a confirmação de sua matrícula para o semestre letivo consecutivo.

Art. 14º O conjunto do Trabalho de Curso a ser entregue pelo acadêmico para a banca intermediária consiste em:

I. Termo de permissão à banca intermediária assinado pelo orientador. O orientador poderá enviar por e-mail, encaminhado diretamente à Comissão de TFG.

II. 4 (quatro) mídias digitais (CD / DVD) de igual teor (sendo uma mídia de Segurança que ficará de posse da comissão do TFG) com os seguintes arquivos.

- a. Arquivo digital das pranchas (dobráveis) em PDF em seus formatos originais;
- b. Arquivos para apresentação em multimídia desenvolvidos no Power Point (2003 ou versão superior) ou em programa equivalente;
- c. Arquivos de filmes e/ou animações com extensão AVI (se houver);
- d. Arquivos desenvolvidos em ambiente CAD com extensão em DWG (se houver);
- e. Arquivos desenvolvidos em ambiente SketchUp com extensão em SKP (se houver);
- f. Arquivos desenvolvidos em ambiente Revit com extensão em RVT (se houver);

III. 03 cópias do trabalho encadernado no formato A4 (pesquisa teórica + pranchas dobráveis).

§ 1º As mídias deverão conter todo e qualquer arquivo que o acadêmico utilizará no momento da apresentação. Não serão aceitos na apresentação, arquivos que não estejam na mídia entregue à Comissão do TFG.

§ 2º Os arquivos de multimídia são livres, mas não deverá conter narração ou equivalente que substitua a apresentação oral do candidato.

§ 3º Todo este material deverá ser acondicionado em embalagem devidamente lacrada e impermeável.

§ 4º É responsabilidade de o acadêmico conferir antecipadamente os arquivos salvos em mídia digital para entrega. O não funcionamento dos mesmos que impliquem na

impossibilidade da análise do trabalho pelos examinadores bem da apresentação determinará a reprovação do acadêmico.

§ 5º O formando que optar por utilizar um software que não consta nos equipamentos a serem disponibilizados pela Comissão do TFG, deverá utilizar equipamentos próprios. No entanto, os arquivos a serem utilizados na apresentação final deverão constar nas cinco cópias em mídia digital a serem entregues.

§ 6º Todos os itens do Art. 14 são obrigatórios para os alunos que realizarem a Banca Intermediária do Trabalho de Curso que contenha projeto arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico. Para os trabalhos exclusivamente teóricos ficam os alunos desobrigados de apresentar pranchas dobráveis e seus respectivos arquivos, caso não haja desenhos, mapas ou similares que necessitem de formato superior ao A4.

Art. 15º A banca avaliará o trabalho do formando no que concerne sua adequabilidade, pertinência, qualidade e peso (de importância) da pesquisa, dentro do trabalho.

Art. 16º A banca exigirá que o andamento dos trabalhos permita a exposição do tema para uma suficiente compreensão do trabalho e avaliação da sua condição de desenvolvimento, de modo que possibilite a entrega definitiva.

Art. 17º A banca deverá tomar como parâmetro o tempo de 20 (vinte) minutos para a defesa verbal do trabalho pelo formando e de 10 (dez) minutos de comentários para cada integrante da banca, ao final dos quais o formando terá 5 (cinco) minutos para a réplica. (Tempo total estimado de 55 minutos)

Art. 18º A apresentação da banca intermediária é atividade obrigatória. A ausência do formando na data e horário estipulado para apresentação acarretará sua reprovação na disciplina.

Art. 19º Nos casos de ausência de algum dos membros avaliadores da banca intermediária, um dos membros da Comissão do Trabalho de Curso deve assumir seu lugar ou indicar um substituto para dar prosseguimento ao acompanhamento do trabalho, e participar também da banca final do acadêmico.

V – DA BANCA FINAL

Art. 20° A composição das bancas finais será a mesma das bancas intermediárias a não ser pela inclusão de um avaliador externo cujo nome deverá pertencer a um rol de pessoas indicadas em Reunião do Colegiado do Curso. O Colegiado pode opinar sobre a composição dos nomes dos avaliadores externos, porém a indicação do Colegiado restringe-se aos nomes dos avaliadores externos, mas não às bancas que comporá. A presença do examinador externo é obrigatória, reservando-se a Comissão do TFG indicá-la ou não a qualquer formando individualmente, ou mesmo para toda a turma de graduandos.

Art. 21° As bancas para as quais os examinadores externos serão indicados são definidas preferencialmente pela afinidade entre o tema proposto pelo formando e as áreas preferenciais e especialidades de cada examinador externo. O número de participações em bancas por examinador deverá manter-se equilibrada com os demais. A Comissão é soberana pela escolha e composição das bancas finais.

Art. 22° O professor orientador presidirá a banca, tendo assim, as responsabilidades desta atribuição, e não aferirá nota ao trabalho, reservando seus comentários para depois de todas as falas do formando e examinadores. A avaliação dos examinadores corresponde à avaliação do produto apresentado com as notas possuindo pesos iguais.

Art. 23° O conjunto do Trabalho de Curso a ser entregue pelo acadêmico consiste em:

I. I. Termo de permissão à banca final assinado pelo orientador. O orientador poderá enviar por e-mail, encaminhado diretamente à Comissão de TFG.

II. 5 (cinco) mídias digitais (CD / DVD) de igual teor (sendo uma mídia de Segurança que ficará de posse da comissão do TFG) com os seguintes arquivos.

- a. arquivo digital em PDF com os 4 (quatro) Painéis de Exposição no formato A1;
- b. arquivo digital das pranchas (dobráveis) em PDF em seus formatos originais;
- c. Arquivos para apresentação em multimídia desenvolvidos no Power Point (2003 ou versão superior) ou em programa equivalente;

- d. Arquivos de filmes e/ou animações com extensão AVI (se houver);
- e. Arquivos desenvolvidos em ambiente CAD com extensão em DWG (se houver);
- f. Arquivos desenvolvidos em ambiente SketchUp com extensão em SKP (se houver);
- g. Arquivos desenvolvidos em ambiente Revit com extensão em RVT (se houver);

III. Maquete Física; (se houver)

IV. Conjunto com 4 (quatro) Painéis de Exposição enrijecidos no formato A1 (841x594mm); (conforme modelo disponibilizado pela Comissão do TFG)

V. 04 cópias do trabalho encadernado no formato A4 (pesquisa + pranchas dobráveis + Modelo Reduzido no Formato A4 dos Painéis de Exposição)

§ 1º As mídias deverão conter todo e qualquer arquivo que o acadêmico utilizará no momento da apresentação. Não serão aceitos na apresentação final, arquivos que não estejam na mídia entregue à Comissão do TFG.

§ 2º Os arquivos de multimídia são livres, mas não deverá conter narração ou equivalente que substitua a apresentação oral do candidato.

§ 3º Todo este material deverá ser acondicionado em embalagem devidamente lacrada e impermeável.

§ 4º É responsabilidade de o acadêmico conferir antecipadamente os arquivos salvos em mídia digital para entrega. O não funcionamento dos mesmos que impliquem na impossibilidade da análise do trabalho pelos examinadores bem da apresentação determinará a reprovação do acadêmico.

§ 5º O formando que optar por utilizar um software que não consta nos equipamentos a serem disponibilizados pela Comissão do TFG, deverá utilizar equipamentos próprios. No entanto, os arquivos a serem utilizados na apresentação final deverão constar nas cinco cópias em mídia digital a serem entregues.

§ 6º Todos os itens do Art. 23 são obrigatórios para os alunos que realizarem a Banca Final do Trabalho de Curso que contenha projeto arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico. Para os trabalhos exclusivamente monográficos ficam desobrigados de

apresentar pranchas dobráveis e seus respectivos arquivos caso não haja desenhos, mapas ou similares que necessitem de formato superior ao A4.

Art. 24° A apresentação verbal do trabalho, realizada por seu autor (o formando), tem duração máxima de 20 minutos. O limite de tempo deve ser rigorosamente seguido.

Art. 25° Cada examinador disporá de 10 minutos para suas colocações, sendo avisado com 3 minutos de antecedência a respeito do seu término, por um representante da Comissão do TFG, que controlará os tempos aqui especificados. É facultado ao formando mais 5 minutos de comentários adicionais para sua defesa.

Art. 26° Ao final de todas as colocações o professor orientador do trabalho e presidente da banca disporá de 5 minutos para seus comentários finais.

Art. 27° Nos casos de ausência de algum dos membros avaliadores da banca final, um dos membros da Comissão do TFG deve assumir seu lugar e prosseguir à avaliação.

VI – DA CORREÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 28° Caso conste na ata da Banca Final, recomendações para correção do trabalho, o acadêmico deverá entregar versão final corrigida após prévia aceitação do Orientador.

Art. 29° É facultado ao orientador solicitar uma versão impressa e/ou eletrônica para dar ciência de conformidade com as recomendações constantes na ata.

Art. 30° O acadêmico deverá observar que este procedimento não implica no adiamento da data de entrega à Biblioteca conforme as datas determinadas pela comissão do TFG no início do semestre letivo.

VII – DAS ORIENTAÇÕES

Art. 31° A determinação das relações para orientação dos trabalhos do TFG é livre.

Art. 32° Ao estudante cabe procurar um professor do quadro efetivo do Curso e certificar-se da disponibilidade e interesse pela orientação de seu trabalho. As áreas

preferenciais e especialidades de cada professor credenciado podem ser consultadas em portal do CNPq/ Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>), bem como seus contatos telefônicos ou endereços eletrônicos. Portanto cabe ao formando informar-se a respeito dos horários dos professores dentro da universidade e procurá-los.

Art. 33° O professor orientador é o responsável pelo correto desenvolvimento do trabalho, dentro das exigências e regulamentações deste documento, e pelo controle de frequência (assessoramentos) do acadêmico. Portanto tem o poder de reprovação ao acadêmico que não comparecer às atividades de orientação, conforme combinadas entre as partes, à razão maior que 25%, conforme dita o regimento acadêmico desta universidade.

Art. 34° O professor orientador poderá ter no máximo 4 (quatro) acadêmicos orientandos por ano letivo. Sendo que, em caso de reprovação ou desistência de orientando, o mesmo não será contabilizado subsequentemente na cota do professor orientador.

Art. 35° Nenhum acadêmico pode desenvolver e apresentar trabalho sem o acompanhamento de um professor orientador responsável. O acadêmico que se encontrar sem orientação, após o início do semestre, deve imediatamente procurar a Comissão do TFG, através de pedido por escrito, protocolado na secretaria do Curso. O acadêmico que não o fizer pode ser reprovado por infrequência, caso tenha transcorrido mais de 25% do tempo do semestre, sem orientador.

Art. 36° A troca de orientador pode acontecer sob as seguintes circunstâncias e conforme os procedimentos colocados a seguir:

- a. pela rejeição não justificada, por parte do professor orientador, ao orientando: o professor deve protocolar o término da orientação, junto à secretaria do Curso. É dado ao acadêmico um prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação do fato nos murais dos blocos 1 e 2, para que o mesmo apresente um novo “Termo de referência”, com a assinatura do novo orientador. A Comissão do TFG tem o dever, a partir deste prazo, de garantir ao acadêmico um novo professor orientador. Caso o professor orientador não protocole o desligamento da orientação, continuará sendo o responsável pela orientação e pela regularidade do acadêmico, no semestre;
- b. pela rejeição justificada, por parte do professor orientador, ao orientando: o professor deve protocolar o término da orientação, junto à secretaria do Curso,

com a devida justificativa. É dado ao acadêmico um prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação do aceite da justificativa (pela Comissão do TFG) nos murais dos blocos 1 e 2, para que o mesmo apresente um novo “Termo de referência”, com a assinatura do novo orientador. Caso o professor orientador não protocole o desligamento da orientação, continuará sendo o responsável pela orientação e pela regularidade do acadêmico, no semestre. A Comissão, neste caso, não tem o dever, de garantir ao acadêmico um novo professor orientador, bem como não é dada a nenhum outro professor, do quadro deste Curso, essa responsabilidade. Fica, portanto, à livre manifestação de qualquer professor do Curso, a aceitação do acadêmico no decorrente semestre. Caso isso não ocorra, o acadêmico é considerado reprovado no semestre, tendo seus direitos à orientação garantidos para o período letivo seguinte;

- c. pela decisão consensual entre orientador e orientando: deve ser protocolado na secretaria do Curso um documento oficializando o desligamento da orientação e o novo orientador a assumir as responsabilidades sobre o acadêmico, no semestre. O documento deve ter as assinaturas dos dois professores e do acadêmico;
- d. pela manifestação de intenção de troca de orientador, pelo acadêmico orientando: o acadêmico deve protocolar um pedido por escrito, justificando a troca. A Comissão do TFG examinará a petição e tomará as medidas cabíveis, a começar por ouvir o professor orientador. Caso seja necessário, segundo deliberação da Comissão, o assunto pode ser levado ao Colegiado do Curso, para decisão final. Ao acadêmico fica assegurado que o tempo dos tramites internos deste processo não seja computado para seu controle de frequência, até a publicação da decisão da Comissão do TFG, nos murais dos blocos 1 e 2. Os prazos para entrega e apresentação do trabalho, no entanto, continuam inalterados e são por este instrumento irrevogáveis. O direito a eventual nova orientação, neste caso, fica definido conforme a decisão da Comissão, sendo específicos a cada processo.

Art. 37º A coorientação é recomendada por esta Comissão. É entendida como uma forma de aprimoramento do trabalho, uma vez que recebe mais contribuições, de professores e profissionais eventualmente especializados num ou noutro aspecto concernente às inúmeras particularidades, e/ou generalidades, dos projetos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos.

Art. 38° A coorientação fica condicionada à aceitação formal do professor orientador, sem à qual, pode configurar motivo e justificativa para a rejeição de orientação por parte do professor orientador, nos termos do **Art. 38°**, alínea b, deste documento.

Art. 39° A responsabilidade pelo trabalho e por suas prescrições técnicas e subjetivas é inteiramente do acadêmico e do orientador, resguardando-se o papel do coorientador, como o de um consultor.

VIII – DA VERSÃO FINAL PARA ARQUIVAMENTO

Art. 40° A versão final do TFG (monografia e/ou projeto) é o resultado de todo o material revisto conforme as recomendações em banca final. Caso conste em ata recomendações para correção do trabalho, o acadêmico deverá entregar versão final corrigida ao orientador – este deverá ser responsável pelo cumprimento das mesmas - que repassará a Comissão de TFG. Caso não haja recomendações em banca final o trabalho deverá ser entregue diretamente a Comissão do TFG. Em ambos os casos o material deverá ser entregue conforme as normas da biblioteca central da universidade.

Art. 41° Material de entrega para a versão final:

- a. 02 cópias salvas em mídia digital (CD ou DVD) com a monografia e/ou projeto em "pdf".

Art. 42° A liberação da ata de defesa, produzida em banca final, está condicionada à entrega de todo material supracitado devidamente assinado pelo orientador. A entrega fora do prazo final impossibilita a aprovação do acadêmico na disciplina.

IX – DA SELEÇÃO DE TRABALHOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM CONCURSOS

Art. 43° A seleção de trabalhos acontece em duas etapas e objetiva escolher os trabalhos com maiores potencialidades para representar o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT em concursos nacionais e internacionais.

Art. 44° Primeiramente, ao fim das avaliações, serão listadas e publicadas todas as notas dos trabalhos em ordem decrescente de classificação. A cada semestre serão

classificados 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhos aprovados, de acordo com as maiores notas.

Art. 45° Posterior à classificação dos trabalhos caberá a Comissão do TFG eleger os trabalhos mais relevantes para cada concurso dentro de suas especificidades.

X. DA COMISSÃO

Art. 46° A Comissão do TFG, composta de 03 (três) membros, é constituída por professores efetivos, que são escolhidos em reunião de Colegiado presidida pelo coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 47° Situações não previstas neste documento e decisões que impliquem em alterações no regulamento e disposições gerais do TFG deverão ser tomadas em reunião da Comissão e, se necessário, encaminhadas à congregação.

XI. DAS DATAS DAS ENTREGAS E APRESENTAÇÕES

Art. 48° Os horários e locais específicos da apresentação de cada diplomando serão divulgados, afixados no mural do Curso, no bloco 1 do CUP e na coordenação do curso (BALA II), contudo, a plataforma Moodle é o canal oficial de comunicação da Comissão do TFG com os acadêmicos.

Art. 49° Todas as entregas devem ser realizadas e protocoladas junto à coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT (sala 21 do Bloco 2 do CUP), nos horários de atendimento da mesma: das 8h às 12h e das 14h às 18h. Após o horário de atendimento não será aceito nenhum trabalho. Portanto, cabe ressaltar que o acadêmico que não tiver adentrado à sala da secretaria do Curso até às 18h, não terá seu material recebido e protocolado, estando automaticamente reprovado na disciplina, ou seja, qualquer das entregas especificadas na grade acima é obrigatória e o não cumprimento dos prazos (com precisão de minuto) acarreta a reprovação do acadêmico.

Art. 50° Casos de impedimento do acadêmico por força maior (problemas de saúde, acidentes, ou incidentes específicos) devem ser justificados por escrito, documentados e protocolados junto à secretaria do Curso dentro do prazo de cada entrega, para

análise e deliberação da Comissão do TFG. A documentação comprobatória do impedimento deve ser emitida por profissional registrado (ex. atestado médico, que deve conter o registro e assinatura do profissional, além da especificação da doença) e/ou pessoa responsável que deve assinar o documento comprometendo-se com ele. O não cumprimento destas exigências acarreta a reprovação do acadêmico.

XII. DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51° É obrigação do acadêmico matriculado no TFG acessar diariamente a Plataforma Moodle referente a disciplina do TFG hospedado no portal da UFT a fim de se informar do andamento do semestre e de quaisquer alterações nos procedimentos aqui especificados. Esta é a forma de comunicação oficial e única a que se obriga a Comissão do TFG para alteração de data, aviso de atividade extraordinária (palestra, reunião, etc.), divulgação de pareceres, notas, horários de bancas, etc.

Art. 52° Qualquer prejuízo no trabalho de um acadêmico, ou no seu desempenho no semestre, por força da desinformação será inteiramente de responsabilidade do acadêmico.

Art. 53° Os casos omissos serão tratados, primeiramente, no âmbito da Comissão do TFG, e, caso necessário, no Colegiado do Curso.

6.5 CURRÍCULOS LATTES DOS PROFESSORES

- Ana Beatriz Araujo Velasques: <http://lattes.cnpq.br/5268099619988028>
- Antônio Willamys Fernandes da Silva: <http://lattes.cnpq.br/4082478404407749>
- Betty Clara Barraza de La Cruz: <http://lattes.cnpq.br/6397468367348435>
- Cláudia Maria Miranda Alencar: <http://lattes.cnpq.br/4289998106574408>
- Eber Nunes Ferreira: <http://lattes.cnpq.br/4839202068132279>
- Édis Evandro Teixeira de Carvalho: <http://lattes.cnpq.br/5238429247467531>
- Germana Pires Coriolano: <http://lattes.cnpq.br/0899084669179624>
- Giuliano Orsi Marques de Carvalho: <http://lattes.cnpq.br/3917640075009328>
- Lucimara Albieri de Oliveira: <http://lattes.cnpq.br/8011223784204088>
- Luiz Gomes de Melo Júnior: <http://lattes.cnpq.br/5223665960833057>
- Luiz Otávio Rodrigues Silva: <http://lattes.cnpq.br/3874838662387799>
- Márcia da Costa Rodrigues de Camargo: <http://lattes.cnpq.br/1291436562709940>
- Marianna Gomes Pimentel Cardoso: <http://lattes.cnpq.br/1321544210745339>
- Marcos Antonio dos Santos: <http://lattes.cnpq.br/6612220080292664>
- Mariela Cristina Ayres de Oliveira: <http://lattes.cnpq.br/5524921454744251>
- Olivia de Campos Maia Pereira: <http://lattes.cnpq.br/0559191748689778>
- Patrícia Orfila Barros dos Reis: <http://lattes.cnpq.br/8226689603012072>
- Pedro Lopes Júnior: <http://lattes.cnpq.br/4692423689518223>
- Rafael Simões Mano: <http://lattes.cnpq.br/5522309829921483>
- Rodrigo Botelho de Hollanda Vasconcellos: <http://lattes.cnpq.br/5129729374196056>
- Valdirene Maria Silva Capuzzo: <http://lattes.cnpq.br/9977729587548984>

**6.6 REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE ARQUITETURA, URBANISMO E
PAISAGISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**CAPÍTULO I
OBJETIVOS DO LABORATÓRIO**

Art. 1º Os objetivos do Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (LAUP) são:

- I – Apoiar atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores do colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo;
- II – Proporcionar condições físicas e de equipamentos para desenvolvimento de estágio pelos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo relacionado às atividades de pesquisa e extensão, desde que orientados pelos professores do colegiado do curso;
- III – Desenvolver projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo que se caracterizem pela contribuição efetiva da Universidade à comunidade.

**CAPÍTULO II
FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO**

Art. 2º. Somente poderão desenvolver atividades no Laboratório:

- I - professores do colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo que tenham projetos de pesquisa ou extensão cadastrados na PROPESQ e PROEX, respectivamente;
- II – alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, preferencialmente, e alunos de outros cursos, desde que estejam formalmente vinculados aos projetos de pesquisa e extensão coordenados por professores do colegiado do curso;
- III – técnico administrativo responsável pelo funcionamento do Laboratório.

Art.3º. Durante o desenvolvimento do projeto, os materiais utilizados e produzidos deverão ser armazenados no mobiliário disponível de modo a não prejudicarem o desenvolvimento dos demais projetos em andamento e atividades cotidianas do Laboratório.

Art. 4º. Professores responsáveis por projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Laboratório deverão encaminhar ao Coordenador do Laboratório sugestões para

atualização de materiais, equipamentos, programas de computador e instalações necessárias para o cumprimento de suas atividades.

Art. 5º. Caberá aos usuários do Laboratório a manutenção da integridade física do espaço, dos objetos, dos equipamentos e do mobiliário.

Art 6º. É proibida a retirada de qualquer objeto, equipamento ou mobiliário do Laboratório sem a autorização prévia do Coordenador do Laboratório.

Art. 7º. No caso de dano aos objetos, equipamentos e mobiliário do Laboratório ou utilização dos mesmos por pessoas não autorizadas, o ocorrido deverá ser comunicado ao Coordenador do Laboratório para as devidas providências.

Art. 8º. Qualquer necessidade de aquisição de materiais, assim como de reparos, consertos ou manutenção dos equipamentos ou mobiliário, deverá ser registrada e comunicada ao Coordenador do Laboratório para as devidas providências.

Art. 9º. Fica vedado aos alunos qualquer tipo de instalação de aplicativos e alterações na configuração dos computadores sem a prévia comunicação ao Coordenador do Laboratório.

Art. 10º. É proibida a utilização dos materiais e equipamentos para o desenvolvimento de atividades outras que não estejam vinculadas aos projetos de pesquisa e extensão.

Art. 11º. É vetado o acesso a sites que não estejam direta ou indiretamente vinculados às atividades relacionadas aos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Laboratório.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE DE ACESSO AO LABORATÓRIO

Art. 12º. Somente professores, técnico administrativo e alunos cadastrados em projetos de pesquisa ou extensão poderão ter acesso às chaves do laboratório.

Art. 13º. Tanto professores quanto alunos do Laboratório deverão fazer o registro de retirada e entrega da chave da sala do Laboratório junto ao segurança responsável

para seu devido controle.

Art. 14º. A chave da sala do Laboratório deverá ser devolvida quando este não estiver sendo usado, mesmo em períodos curtos de ausência dos usuários.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DO COORDENADOR DO LABORATÓRIO

Art. 15º. Compete ao Coordenador do Laboratório:

- I - Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no Laboratório, zelando pelo cumprimento de suas funções;
- II – Gerenciar o uso do Laboratório junto aos coordenadores e estagiários dos projetos em desenvolvimento;
- III- Encaminhar aos órgãos competentes as necessidades de aquisição, manutenção, reparação de materiais, equipamentos e mobiliário, assim como de atualização de equipamentos e programas de computador;
- IV – Esclarecer as normas de funcionamento do Laboratório aos seus usuários e orientar sobre o conteúdo do Regimento;
- V – Elaborar o quadro de horário dos usuários do Laboratório para evitar o congestionamento de pessoas e atividades;
- VI – Elaborar e atualizar a lista de alunos autorizados a retirar a chave da sala do Laboratório, assim como o encaminhamento desta lista ao segurança responsável pelo controle e armazenamento da chave;
- VI – Reportar ao Coordenador do Curso e/ou ao Colegiado do curso sobre excepcionalidades não previstas neste Regimento.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Art. 16º. Compete ao técnico administrativo:

- I – Zelar pelo cumprimento das normas de funcionamento do Laboratório;
- II – Gerenciar o uso do Laboratório junto ao Coordenador do Laboratório;
- III – Auxiliar os coordenadores dos projetos e orientar os estudantes envolvidos no desenvolvimento dos trabalhos;
- IV – Zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos, bem como comunicar os suprimentos necessários ao Coordenador do Laboratório;
- V – Inventariar os equipamentos que necessitam de conserto e manutenção para

controle junto aos órgãos responsáveis.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º. As eventuais omissões do presente Regimento serão dirimidas pelo Colegiado do Curso, ouvido o Coordenador do Laboratório e o(s) usuário(s) quando envolvido(s).

Art. 18º. Qualquer modificação nas normas de funcionamento do Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo deverá ser encaminhada para discussão e aprovação ao Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT.

Art. 19º. Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT.

Palmas, 12 de novembro de 2011.

6.7 REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS DE ENSINO DA ÁREA DE TECNOLOGIA

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Os Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção estão constituídos pelos seguintes espaços físicos:

- I – Laboratório de Construção Civil e Estruturas;
- II – Laboratório de Materiais de Construção;
- III – Laboratório de Topografia;

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º Os Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção tem por objetivo proporcionar a realização de aulas práticas, prioritariamente, para o desenvolvimento das disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo e apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão ligados aos cursos superiores e cursos de pós-graduação, atendidos os encaminhamentos previstos neste regulamento.

Art. 3º Os Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção, quando realizarem atividades de prestação de serviços nas suas áreas de atuação, deverão atender regulamento específico.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º Constituem princípios dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção:

- I – buscar a excelência em suas áreas de atuação;
- II – aperfeiçoar continuamente o corpo técnico;
- III – proporcionar os meios necessários para o desenvolvimento de conhecimentos científicos aos seus usuários através do exercício de suas habilidades, tais como: a criatividade, a iniciativa, o raciocínio lógico, a síntese e os sentidos de análise e crítica.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO

Art. 5º Os Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção são coordenados por um professor da área específica, indicado pelo Diretor do Campus Palmas, estando subordinado ao mesmo.

Parágrafo único. O período de duração do mandato do Coordenador será de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 6º Compete à Coordenação dos Laboratórios de Ensino planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar as atividades e o patrimônio existente nos laboratórios.

Art. 7º São atribuições do Coordenador dos Laboratórios do Ensino:

- I- subsidiar o colegiado de Arquitetura e Urbanismo no uso dos equipamentos laboratoriais da área de tecnologia e construção;
- II- avaliar, em articulação com o colegiado de Arquitetura e Urbanismo, a execução de atividades em sua área de atuação;
- III- indicar à Direção do Campus o quadro de necessidades para aquisição de novos equipamentos;
- IV- coordenar, em articulação com o colegiado de Arquitetura e Urbanismo, o planejamento de uso pedagógico dos equipamentos laboratoriais da sua área;
- V- confirmar a reserva de utilização dos laboratórios para reposição de conteúdo, recuperação e adaptação;
- VI- responsabilizar-se pela utilização dos equipamentos laboratoriais;
- VII- elaborar propostas de melhoria das atividades pedagógicas oferecidas por sua área, em conjunto com o colegiado de Arquitetura e Urbanismo;
- VIII- participar da elaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica no que couber e no âmbito de sua área;
- IX- solicitar a aquisição de materiais e equipamentos, bem como controlar seu uso e manutenção;
- X- responsabilizar-se pelo patrimônio colocado à disposição de sua Coordenação;
- XI- colaborar no planejamento de cursos que busquem a atualização e aprimoramento dos recursos humanos envolvidos com as atividades laboratoriais;
- XII- participar obrigatoriamente de reuniões e eventos quando convocados

pela Instituição;

XIII – cumprir e fazer cumprir as decisões do colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo;

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS

Art. 8º São usuários dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção:

I – alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo;

II – alunos dos cursos regulares da UFT-Palmas, mediante aceite de solicitação por escrito à Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção;

III – estagiários e bolsistas de trabalho, de ensino, de pesquisa e de extensão, nas áreas afins aos Laboratórios, mediante aceite de solicitação por escrito à Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção;

IV – alunos da comunidade regional, mediante solicitação por escrito à Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção e à Direção do Campus Palmas;

V- outras Instituições de Ensino, mediante solicitação por escrito à Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção e à Direção do Campus Palmas, além de pagamento do material consumido e taxa de manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO VI

DA OCUPAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º A ocupação do Laboratório se dará, prioritariamente, para o desenvolvimento das disciplinas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo nos diferentes semestres.

§ 1º O Laboratório pode ser utilizado por outras instituições ou grupos, desde que previamente solicitado e oficialmente agendado.

§ 2º A Direção do Campus pode solicitar o uso do Laboratório para a realização de eventos de interesse da UFT.

Art. 10. As taxas de utilização do Laboratório são fixadas pelo Conselho Diretor do Campus, ouvido o colegiado de Arquitetura e Urbanismo, observadas as demandas envolvendo a sua manutenção e desenvolvimento.

§ 1º Eventual isenção de taxas previstas neste Regulamento depende de autorização prévia da Direção do Campus e somente para a utilização de atividades/eventos de

interesse comunitário.

§ 2º Não são devolvidas taxas pagas para a utilização dos Laboratórios.

Art. 11. A instituição que deseja utilizar o Laboratório deve oficializar o pedido à Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção e à Direção do Campus, no mínimo, duas semanas de antecedência, indicando horário e laboratório específico, com o(s) nome(s) de professor(es) ou responsável(eis) pelo seu uso.

Parágrafo único. A utilização do Laboratório em condições especiais não estabelecidas pelo *caput* deste artigo depende de aprovação prévia do colegiado de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 12. A utilização do Laboratório pode ser feita nos horários preestabelecidos, nos turnos da manhã, tarde e noite, de segundas a sextas-feiras e em outros horários com autorização prévia do Coordenador dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção.

Art. 13. A ocupação do Laboratório por outros interessados depende da disponibilidade de horário e desde que não prejudique o andamento das atividades dos cursos da área.

Parágrafo único. O ajuste à ocupação do Laboratório deve ser feito mediante agendamento prévio junto ao técnico do respectivo Laboratório.

Art. 14. A ocupação do Laboratório por parte dos alunos em atividades extradisciplinares deverá ser previamente agendada, e só será permitida mediante a presença do monitor do Laboratório ou funcionário do respectivo Laboratório ou professor responsável.

Art. 15. Todos os funcionários, professores, alunos, monitores, bolsistas e estagiários devem seguir as normas de segurança vigentes nos laboratórios.

Art. 16. Os Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção possibilitam o desenvolvimento das atividades dos estagiários e bolsistas durante o horário de expediente.

Parágrafo único. É expressamente proibido ao estagiário e outros bolsistas desempenhar suas atividades sem o acompanhamento do professor orientador ou do monitor do laboratório ou funcionário responsável.

Art. 17. O empréstimo ou a transferência de equipamentos e de materiais deve ser feito através de formulário específico, autorizado pela Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção.

CAPÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 18. Compete aos funcionários dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção executar, organizar e orientar os usuários, estando subordinado ao Coordenador dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção.

Art. 19. São atribuições do funcionário dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção:

- I – zelar pelo funcionamento e pela organização dos Laboratórios;
- II – responsabilizar-se pelos auxiliares e pelos monitores dos Laboratórios de Ensino;
- III – supervisionar e orientar o uso correto de equipamentos de segurança;
- IV – zelar pela conservação e pelo uso adequado do patrimônio da UFT;
- V – fiscalizar e controlar o uso de materiais de consumo;
- VI – administrar as reservas de horário para aulas nos Laboratórios de Ensino;
- VII – efetuar testes prévios em experiências a serem desenvolvidas pelos alunos, quando necessário;
- VIII – acompanhar as atividades desenvolvidas por estagiários.

Art. 20. São atribuições dos professores que utilizam os Laboratórios:

- I – definir, encaminhar, orientar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos Laboratórios;
- II – utilizar os Laboratórios de Ensino mediante reserva antecipada através de formulário de reserva, com as seguintes providências:
 - a) reservar a aula prática com uma semana de antecedência para os casos em que os funcionários dos Laboratórios de Ensino devam testar previamente os métodos;
 - b) informar, no formulário de materiais permanentes, a necessidade de um operador para equipamentos específicos;
 - c) reservar com antecedência mínima de 48 horas materiais de uso comum existentes no estoque;

d) solicitar com uma semana de antecedência materiais que não fazem parte do acervo dos Laboratórios.

III – orientar o destino final para os resíduos produzidos durante a realização da aula prática, não permitindo a liberação de substâncias agressivas ao meio ambiente para locais inadequados;

IV – utilizar e exigir dos usuários dos Laboratórios o uso de Equipamentos de Proteção Individual- EPIs e de Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs;

V – comunicar irregularidades, ao Coordenador dos Laboratórios de Ensino, dependendo das circunstâncias, em segunda instância, à Direção do Campus.

VI – zelar pelo patrimônio dos Laboratórios de Ensino;

VII – responsabilizar-se pela limpeza e organização do material utilizado na atividade prática;

VIII – consultar e informar ao responsável pelo Laboratório de Ensino da Área de Tecnologia e Construção qualquer anormalidade ou situação especial.

Art. 21. Cabe aos alunos em atividades de ensino, pesquisa ou extensão:

I – zelar pelo patrimônio dos Laboratórios;

II – utilizar os equipamentos de proteção individual - EPIs e coletiva - EPCs, quando necessário;

III – comunicar irregularidades ao professor, ao funcionário dos Laboratórios, ao Coordenador dos Laboratórios e em última instância ao Diretor do Campus;

IV – não colocar substâncias agressivas ao meio ambiente junto à rede de esgotos em locais inadequados;

V – apresentar autorização do professor da disciplina, ou orientador, para a realização de atividades práticas fora dos horários preestabelecidos, ao Coordenador dos Laboratórios;

VI – apresentar a autorização da Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção nos casos em que necessite realizar atividades além das que foram previstas em conjunto com o professor;

VII – respeitar as normas de segurança;

VIII – responsabilizar-se pela limpeza e organização do material utilizado na atividade prática.

Art. 22. São atribuições dos monitores, estagiários e bolsistas do Laboratório:

I – organizar, juntamente com o professor orientador e com o responsável

- pelos Laboratórios, um cronograma de atividades;
- II – informar diariamente o início e o término das atividades ao responsável;
- III – zelar pelos patrimônios dos Laboratórios de Ensino;
- IV – utilizar os equipamentos de proteção individual e coletiva, – quando necessário, e seguir rigorosamente as regras de segurança do prédio;
- V – não colocar resíduos líquidos e/ou sólidos agressivos ao meio ambiente junto à rede de esgotos;
- VI – responsabilizar-se pela limpeza e organização do material utilizado na atividade prática;
- VII – consultar e informar ao responsável pelo Laboratório de Ensino de qualquer anormalidade ou situação especial;
- VIII – acompanhar as aulas práticas no Laboratório, auxiliando os professores e os alunos na montagem e no manuseio de equipamentos e materiais;
- XIV – desenvolver rotinas solicitadas por professores, sob orientação do professor ou do encarregado pelo Laboratório;
- X – organizar o material para as aulas práticas;
- XI – auxiliar no controle de estoque do material;
- XII – auxiliar no agendamento do Laboratório para aulas práticas;
- XIII – cumprir as determinações do presente Regulamento;

Parágrafo único. Técnicos, monitores, bolsistas e estagiários não podem, ainda que eventualmente, substituir o professor na aula prática.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os casos omissos neste regulamento são resolvidos pela Coordenação dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção.

§ 1º Os casos mais graves são encaminhados para o Conselho Diretor do Campus para deliberação ou providências cabíveis, de acordo com os regimentos e estatutos da UFT.

§ 2º É obrigatório o seguro para todos os usuários dos Laboratórios de Ensino da Área de Tecnologia e Construção.

Art. 24. Este Regulamento entra em vigor da data de sua aprovação.

6.8 REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL

CAPÍTULO I Da Natureza e Finalidade

Art. 1.º - O Laboratório de Conforto Ambiental do Curso de Arquitetura e Urbanismo do campus Universitário da Universidade Federal do Tocantins, respeita as imposições do colegiado.

Da Composição

Art. 2º - O laboratório de Conforto ambiental possui a seguinte composição:

- I – Coordenador do laboratório; votado pelo colegiado do curso e com duração de cargo de 2 anos, sendo possível a recandidatura do mesmo coordenador;
- II – Docentes da Área de Conforto Ambiental;
- III – Alunos e pesquisadores que precisem usar suas instâncias;

Da Competência

Art. 3º - Compete ao coordenador do laboratório:

- I – Cuidar do espaço físico mesmo;
- II – Emprestar e fiscalizar materiais;
- III - Responder quando solicitado pelo laboratório;

Do Funcionamento

Art. 4º - O laboratório funcionará nos horários das aulas de Conforto e quando for solicitado por algum docente (sendo que neste ultimo o coordenador do laboratório apenas cederá o espaço físico e aparelhos pertinentes, não sendo ele a ministrar os equipamentos);

Art. 5º O laboratório também funcionará para atividades de pesquisa e extensão em qualquer hora e dia em que for solicitado;

6.9 REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE AUDIOVISUAL

Professor Responsável: Marcos Antonio dos Santos

Para o aprendizado em Arquitetura e Urbanismo a percepção visual é um dos mais importantes sentidos. Os recursos audiovisuais são de extrema importância para o estudante de arquitetura e urbanismo, a filmografia que trata o fenômeno urbano é extensa e elemento obrigatória na formação do arquiteto.

O laboratório de Audiovisual é, então, um importante espaço na formação do aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, pois possibilita a obtenção de repertório tanto de natureza arquitetônica quanto urbanística. Através dos recursos audiovisuais o estudante pode tomar consciência de questões que estão distantes, temporalmente e espacialmente, de sua realidade. Afora estas características, o laboratório de Audiovisual possibilita tanto ao estudante quanto ao curso como um todo a execução de atividades práticas ligadas a produção audiovisual - filmes, fotografia, tratamento de imagens bem como o de sítier atividades de pesquisa, extensão e trabalhos acadêmicos relacionados à arquitetura e ao urbanismo.

OBJETIVOS

ACADÊMICO: possibilitar ao aluno a realização de atividades práticas que venham a incrementar sua formação nas disciplinas de ordem prática e em projetos de conclusão de curso nas áreas de produção e tratamento de recursos audiovisuais.

PESQUISA/EXTENSÃO: desenvolver estudos e pesquisas, tanto básicas como aplicadas, no sentido de propiciar o avanço no conhecimento dos temas do objeto de estudo da Arquitetura e do Urbanismo.

ESPAÇO FÍSICO

O laboratório de Audiovisual funciona na sala 05 do Bloco I subdividida em duas áreas, são elas: sala de projeção e sala de apoio.

SALA DE PROJEÇÃO

A sala de projeção destina-se a exposição de filmes e fotografias (apresentações de natureza audiovisuais) relacionadas à arquitetura ou áreas correlatas e servirá para a utilização do curso conforme as necessidades de cada disciplina, bem como para a apresentação de Trabalhos Finais de Graduação.

DESCRIÇÃO

A sala de projeção terá um suporte fixado ao teto para acomodar o projetor multimídia, uma tela de projeção branca, um aparelho televisor de 33 polegadas, um aparelho dvd, um vídeo cassete e aparelhagem de amplificação sonora e microfones.

Todas as janelas de vidro serão revestidas com uma película protetora escura ou cortinas *black out*.

O espaço comportará trinta (30) cadeiras destinadas ao público, uma mesa para o professor ou palestrante, com duas (2) cadeiras.

SALA DE APOIO

A sala de apoio terá acesso restrito e comportará dois (2) armários onde serão guardados os equipamentos e documentos relacionados ao laboratório; duas (2) mesas (uma para o micro computador e a outra para trabalhos convencionais) e duas (2) cadeiras.

Esta sala comportará um micro computador com configurações necessárias para a edição de imagens e filmes. Também contará com uma impressora jato de tinta (com impressão colorida).

MODALIDADES DE SERVIÇOS:

Produção técnica dos trabalhos de conclusão dos cursos de Arquitetura e Urbanismo nas áreas de foto, vídeo e peças em áudio.

Apoio técnico na realização de material audiovisual dos projetos de Extensão Universitária, Pesquisa, Iniciação Científica referentes às áreas de Arquitetura e Urbanismo.

Estruturação e organização dos arquivos de vídeos e fotografias em formato digital, com finalidade de preservação do acervo histórico bem como viabilização desse material à comunidade acadêmica.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO:

O horário de funcionamento do LAV é das 13h às 18h e das 19h às 23h. Conta com dois profissionais técnicos capacitados para desenvolver as atividades descritas.

Para serem executadas, todas as atividades devem constar do planejamento de trabalhos do LAV, a ser traçado no início de cada ano letivo pelos técnicos do laboratório, mediante entrega dos agendamentos de uso dos equipamentos pelos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Todas as atividades que não forem programadas e entregues pelos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo no início do ano devem ser

solicitadas ao LAV, com o mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, por meio de requisição e ficarão sujeitas a análise e disponibilidade de horários de uso.

O uso de equipamentos para atividades de extensão e pesquisa é permitido mediante o acompanhamento do professor orientador, que deve assinar termo se responsabilizando pela segurança do equipamento.

ÁREAS DE ATUAÇÃO OU SERVIÇOS

FOTOGRAFIA E VÍDEO: Equipamentos para captação e tratamento de imagens digitais – Câmera e Computador, com softwares específicos para tais finalidades.

EQUIPAMENTOS BÁSICOS

MOBILIÁRIO/EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Projeto multimídia ¹	1
Computador ²	2
Aparelho televisor ³	1
Câmera filmadora ⁴	1
Mesa de som ⁵	1
Armário p/ guardar equipamentos	2
Mesa p/ professor	1
Cadeira p/ para mesa do professor	2
Mesa para computador	1
Cadeiras para funcionários	2
Cadeiras de auditório com suporte acoplado p/ escrita ⁶	30
Cortinas ou película protetora	
Aparelho de ar condicionado	2
Suporte de teto para projetor multimídia ⁷	1
Tela branca de projeção ⁸	1

¹ Aparelho não se encontra mais no LAV.

² Manutenção dos computadores já foi solicitada, aguardam-se as providências.

³ Aparelho encontra-se em desuso devido à obsolescência de sua tecnologia, o mesmo não possui conectividade com meios digitais de reprodução.

⁴ Doação da Samsung, no entanto, a falta de cartão de memória inviabiliza a utilização do equipamento.

⁵ A existência da Mesa de Som sem as caixas amplificadas não oferece condições de utilização.

⁶ Existem várias cadeiras com necessidade de manutenção, que foi já requisitada, aguarda-se providências.

⁷ Desde o desaparecimento do Projetor Multimídia o mesmo não mais se encontra no LAV.

⁸ Em tamanho inadequado para a projeção de filmes e mesmo materiais multimídia, devido a diferença entre seu formato e o dos atuais recursos computacionais.

6.10 REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE ARQUITETURA DA PAISAGEM (LAP)

CAPÍTULO I

OBJETIVOS DO LABORATÓRIO

Art. 1º Os objetivos do Laboratório de Arquitetura da Paisagem – LAP, são:

- I – Desenvolver e apoiar atividades de pesquisa e extensão, nas áreas que fazem parte de suas linhas de pesquisa;
- II – Dar o suporte didático para atividades de ensino, realizadas pelos professores do colegiado e professores convidados, ou em associação com estes, bem como o desenvolvimento de projetos que se caracterizem pela contribuição efetiva da Universidade à comunidade no que tange ao tratamento dos espaços públicos e verdes;
- II – Encaminhar aos professores as solicitações da comunidade para avaliação sobre a possibilidade de transformação das mesmas em Projetos de Pesquisa e/ou Extensão;
- III – Proporcionar condições físicas e de equipamentos para a realização de estágios, propiciando aos alunos a oportunidade de atuação profissional, em acordo com as competências e habilidades dispostas no Art.5º da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO - LAP

Art. 2º Poderão desenvolver atividades no Laboratório:

- I – Professores do colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo que tenham projetos de pesquisa ou extensão em andamento, ou que necessitem de suporte didático para atividades de ensino, nas áreas afins;
- II – Professores de outros colegiados e pesquisadores externos que tenham projetos de pesquisa ou extensão em parceria com o curso de Arquitetura e com o Laboratório de Arquitetura da Paisagem;
- IV – Acadêmicos que desenvolvam atividades ligadas a ensino, pesquisa e extensão que se relacionam com projetos ou atividades desenvolvidas por professores do colegiado nas áreas das linhas de pesquisa do LAP;
- V – Técnico administrativo responsável pelo funcionamento do Laboratório .

Obs: não temos técnico lotado no laboratório neste momento.

Parágrafo único: O uso do espaço do laboratório deve seguir uma ordem de prioridade partindo das atividades/ projetos de pesquisa, extensão e suporte didático,

respectivamente.

Art. 3º Uso de Materiais e Instalações do LAP

I- Durante o desenvolvimento do projeto, os materiais utilizados e produzidos deverão ser armazenados no mobiliário disponível de modo a não prejudicarem o desenvolvimento dos demais projetos em andamento e atividades cotidianas no Laboratório.

II- Caberá aos usuários do Laboratório à manutenção da integridade física do espaço, dos objetos, dos equipamentos e do mobiliário.

III- É proibida a retirada de qualquer objeto, equipamento ou mobiliário do Laboratório sem a autorização prévia do Coordenador do mesmo.

IV- No caso de dano aos objetos, equipamentos e mobiliário do Laboratório ou utilização dos mesmos por pessoas não autorizadas, o ocorrido deverá ser comunicado ao Coordenador do Laboratório para as devidas providências.

V- Fica vedado aos alunos qualquer tipo de instalação de aplicativos e alterações na configuração dos computadores sem a prévia comunicação ao Coordenador do Laboratório.

Art. 4º Responsáveis por projetos e pesquisas

I- Os responsáveis por projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Laboratório deverão encaminhar ao Coordenador do Laboratório (profa. Márcia de Camargo) sugestões para atualização de materiais, equipamentos, programas de computador e instalações necessárias para o cumprimento de suas atividades.

II- Cada coordenador de projeto de pesquisa é responsável pelo cadastro da mesma junto aos órgãos competentes da universidade, assim como o registro dos alunos participantes das mesmas;

III- Cada coordenador de pesquisa é responsável pela distribuição dos alunos estagiários nas pesquisas em andamento. O controle de presença é feita pelo professor responsável pela pesquisa.

CAPÍTULO III

DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS PARA O ACERVO

Art. 5º O Laboratório poderá admitir materiais (livros, trabalhos acadêmicos, revistas, maquetes, arquivos digitais) para inclusão do acervo sob os seguintes critérios:

I – Todo material impresso deverá encontrar-se em bom estado e ter conteúdo pertinente aos assuntos abordados no Curso de Arquitetura e Urbanismo e/ou projetos desenvolvidos no Laboratório.

II – Todo o material de grande volume físico, como maquetes, pranchas de projetos, materiais de construção, deverão estar em boas condições e deverão ser adicionados

ao acervo somente se houver uma justificativa pertinente relacionada com o uso do material para aprendizado, pesquisa e consulta.

III – Todos os arquivos digitais deverão ser entregues em mídias como CD ou DVD devidamente identificados e com conteúdo conferido no ato da entrega. Também poderão ser admitidos arquivos digitais auxiliares no conteúdo das disciplinas do Curso de Arquitetura e Urbanismo para serem disponibilizados aos alunos nos computadores do Laboratório, sob responsabilidade do professor da disciplina.

Art. 6º Poderão ser recebidos para o acervo trabalhos acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT, para servirem como material de referência para os alunos, desde que obedeçam os seguintes critérios e regras:

I – Serão admitidos até 4 trabalhos acadêmicos por disciplina a cada semestre e esses deverão ser selecionados e entregues pelo professor ministrante das aulas.

II – Não serão aceitos trabalhos que não estiverem em boas condições físicas.

III – Serão aceitos trabalhos impressos e/ou arquivos digitais, dando-se preferência para os arquivos digitais que podem ser melhor distribuídos entre os alunos seguintes das disciplinas.

IV – A cada 10 (dez) trabalhos acadêmicos, entregues digitalmente ou não, acumulados por disciplina, os mesmos deverão ser revistos e selecionados para que não haja acúmulo de trabalhos semelhantes e/ou defasados ao decorrer dos anos. A seleção ocorrerá a cargo do professor ministrante das aulas em um prazo de 1 (hum) mês a partir do boletim informativo divulgado ao final do semestre. Caso o professor não compareça os trabalhos mais antigos serão destinados a reciclagem. Os trabalhos não selecionados para continuarem no acervo serão anunciados aos acadêmicos autores para que busquem no Laboratório em um prazo de 1 (hum) mês. Caso os trabalhos não sejam buscados, os mesmos serão destinados a reciclagem.

Art. 7º Fica a critério do Coordenador do Laboratório a escolha do que deverá ou não compor o acervo do Laboratório.

CAPÍTULO IV

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAIS DO ACERVO

Art. 8º O Laboratório admitirá que os materiais (livros, trabalhos acadêmicos, revistas, maquetes, arquivos digitais) poderão ser consultados pelos acadêmicos e professores sob os seguintes critérios:

I – Todo material impresso deverá ser consultado no ambiente do Laboratório e/ou ser retirado apenas para a realização de cópias e logo serem devolvidos.

II- Todo material digital poderá ser utilizado para consulta e realização de cópias se for preciso, mas não poderá ser emprestado.

II – Não será permitido que os arquivos do acervo saiam do ambiente educacional.

III – Todos os materiais utilizados deverão ser devolvidos nas mesmas condições iniciais.

CAPÍTULO V

DO USO DA IMPRESSORA PARA CÓPIAS E IMPRESSÕES

Art. 9º Fica a critério do coordenador e/ou técnico-administrativo o uso da impressora do laboratório para cópias e impressões de acordo com a demanda solicitada no dia e relação com os objetivos do Laboratório.

Obs: o LAP ainda não tem impressora

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE DE ACESSO AO LABORATÓRIO

Art. 10º Somente o Coordenador do Laboratório, técnico administrativo responsável, estagiários do Laboratório e alunos cadastrados em projetos de pesquisa e extensão – a critério do coordenador do Laboratório - poderão ter acesso às chaves do mesmo;

I – A chave deverá ser controlada pelo responsável pela segurança no Bloco, com o registro de retirada e entrega da mesma.

II -A chave da sala do Laboratório deverá ser devolvida quando este não estiver sendo usado, mesmo em períodos curtos de ausência dos usuários;

III- Terão direito à cópia separada da chave do Laboratório apenas o Coordenador do mesmo e o Técnico responsável;

I- Os demais usuários só poderão permanecer no Laboratório com a presença de algum dos citados no Art. 15º.

CAPÍTULO VII

QUANTO AO COORDENADOR DO LABORATÓRIO

Art. 11º Compete ao Coordenador do Laboratório:

I – Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no Laboratório, zelando pelo cumprimento de suas funções;

II – Gerenciar o uso do Laboratório junto aos coordenadores e estagiários dos projetos em desenvolvimento;

III – Encaminhar aos órgãos competentes as necessidades de aquisição, manutenção, reparação de materiais, equipamentos e mobiliário, assim como de atualização de equipamentos e programas de computador;

IV – Esclarecer as normas de funcionamento do Laboratório aos seus usuários e orientar sobre o conteúdo do Regimento;

- V – Elaborar o quadro de horários dos usuários do Laboratório para evitar o congestionamento de pessoas e atividades;
- VI – Elaborar e atualizar a lista de pessoal autorizado a retirar a chave da sala do Laboratório, assim como o encaminhamento desta lista ao segurança responsável pelo controle e armazenamento da chave;
- VII – Gerenciar a divulgação em todas as mídias das atividades finalizadas, em desenvolvimento e a serem desenvolvidas no Laboratório;
- VIII – Reportar ao Coordenador do Curso e/ou ao Colegiado do curso sobre excepcionalidades não previstas nesse Regimento.

CAPÍTULO VIII

QUANTO AO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Art. 12º Compete ao técnico administrativo:

- I – Zelar pelo cumprimento das normas de funcionamento do Laboratório;
- II – Gerenciar o uso do Laboratório junto ao Coordenador do Laboratório;
- III – Auxiliar os coordenadores dos projetos e orientar os envolvidos dos mesmos no desenvolvimento dos trabalhos;
- IV – Zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos, bem como comunicar os suprimentos necessários ao Coordenador do Laboratório;
- V – Inventariar os equipamentos que necessitam de conserto e manutenção para controle junto aos órgãos responsáveis.

Parágrafo único: O técnico-administrativo poderá participar como membro das equipes dos projetos, a critério de seus coordenadores, desde que não comprometa as funções compatíveis ao cargo ocupado.

CAPÍTULO IX

QUANTO AOS ESTAGIÁRIOS

Art. 13º Compete aos Estagiários Bolsistas e Voluntários:

- I – A cada semestre, elaborar seu horário de estágio semanal de acordo com a sua disponibilidade fora do horário de aula no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT;
- II – Cumprir com as atividades acordadas com o Coordenador do Laboratório e registradas em ATA de Reunião;
- III – Auxiliar os professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT a utilizarem o conteúdo disponibilizado pelo acervo do Laboratório;
- IV – Auxiliar na realização das atividades de pesquisa, extensão, suporte às atividades didáticas e eventos associados ao Laboratório, desde que previamente acordadas com o Coordenador do Laboratório;

V – Zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos, bem como comunicar os suprimentos necessários ao Coordenador do Laboratório;

VI – Avisar previamente ao Coordenador do Laboratório quando precisar se ausentar em dia de estágio ou reunião, bem como, avisar previamente seu pedido de férias, redução de carga horária em período de provas e entregas de trabalhos (conforme previsto no Art.10 da Lei Federal n.º 11.788/2008), ou o seu afastamento do Laboratório.

§ 1º Os estagiários podem participar como membros das equipes dos projetos, a critério de seus coordenadores, desde que não comprometa as funções compatíveis ao cargo ocupado.

§ 2º As competências do aluno estagiário voluntário devem estar de acordo com o Regimento Acadêmico da UFT, segundo a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE Nº 20/2012.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º As eventuais omissões do presente Regimento serão dirimidas pelo Colegiado do Curso, ouvido o Coordenador do Laboratório e o(s) usuário(s) quando envolvido(s).

Art. 15º Qualquer modificação nas normas de funcionamento do Laboratório de Arquitetura e Urbanismo deverá ser encaminhada para discussão e aprovação ao Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 16º Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT.

Palmas, Junho de 2017.

6.11 REGULAMENTO DO LABORATÓRIO CIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (LABCIDADES)

CAPÍTULO I

OBJETIVOS DO LABORATÓRIO

Art. 1º Os objetivos do Laboratório Cidades (LABCIDADES) são:

I – Desenvolver e apoiar atividades de pesquisa e extensão, além de suas relações com atividades de ensino, prioritariamente ligadas aos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Direito ou em associação com estes, buscando sedimentar um ambiente didático e de pesquisa lastreado na cidade real e na contribuição efetiva da Universidade à comunidade;

II – Estruturar um ambiente interdisciplinar, vinculado aos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e ao Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES);

III - No que se refere à temática e especificidades de trabalho em pesquisa e extensão deste laboratório, destaca-se sua estreita relação com necessidades e demandas das cidades, sob a ótica dos social e urbanisticamente excluídos, tanto no que se refere à produção técnica, como teórica. Assim, pesquisadores com formações diversas, poderão vincular-se ao Laboratório para realizar estudos nas diferentes esferas do saber em torno do espaço urbano.

IV – Posicionar-se enquanto agente social sobre temas referentes às políticas públicas urbanas que impactam à sociedade, por meio do subsídio de suas atividades de pesquisa e extensão.

V - Atuação com foco em comunidades em situação de vulnerabilidade, seja por meio de parcerias institucionais, seja por meio de assistência técnica, jurídica, urbanística-arquitetônica, a ser viabilizada por meio de projetos de pesquisa e extensão universitária.

VI - Trabalhar com a formação de recursos humanos, tanto por meio de ofertas de cursos, como por meio de produtos como monografias de final de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outras produções bibliográficas e técnicas: livros, capítulos de livros, artigos, bem como a participação em eventos científicos nacionais e internacionais;

VII – Encaminhar aos professores membros do Laboratório as solicitações da comunidade para avaliação sobre a possibilidade de transformação das mesmas em Projetos de Pesquisa e/ou Extensão vinculados ao Laboratório;

VIII – Proporcionar condições para a realização de estágios, propiciando aos alunos a oportunidade de atuação profissional, em acordo com as competências e habilidades dispostas no Art.5º da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010;

IX – Priorizar aos professores membros o desenvolvimento de atividades ligadas ao Programa institucionais de pesquisa e extensão (PIBIC-PIVIC – PIBEX – PROEXT, outros);

X – Servir de apoio à convênios institucionais com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, entidades e instituições para a realização de atividades voltadas para a área de atuação do laboratório.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO

Art. 2º Poderão desenvolver atividades no Laboratório:

I – Professores do colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo e do curso de Direito que tenham projetos de pesquisa ou extensão em andamento vinculados às temáticas do Laboratório;

II – Professores de outros colegiados, técnicos administrativos, pesquisadores externos ou acadêmicos que tenham projetos de pesquisa ou extensão em parceria com os cursos de Arquitetura e Urbanismo ou Direito relacionados às temáticas do Laboratório;

Parágrafo único: O uso do espaço do laboratório deve seguir uma ordem de prioridade partindo das atividades/ projetos de pesquisa, extensão e suporte didático, respectivamente.

Art. 3º Durante o desenvolvimento do projeto, os materiais utilizados e produzidos deverão ser armazenados no mobiliário disponível de modo a não prejudicarem o desenvolvimento dos demais projetos em andamento e atividades cotidianas no Laboratório.

Art. 4º Os responsáveis por projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Laboratório deverão encaminhar aos Coordenadores do Laboratório sugestões para atualização de materiais, equipamentos, programas de computador e instalações necessárias para o cumprimento de suas atividades.

Art. 5º Caberá aos usuários do Laboratório a manutenção da integridade física do espaço, dos objetos, dos equipamentos e do mobiliário.

Art. 6º É proibida a retirada de qualquer objeto, equipamento ou mobiliário do Laboratório sem a autorização prévia dos Coordenadores do mesmo.

Art. 7º No caso de dano aos objetos, equipamentos e mobiliário do Laboratório ou utilização dos mesmos por pessoas não autorizadas, o ocorrido deverá ser comunicado aos Coordenadores do Laboratório para as devidas providências.

Art. 8º Fica vedado aos alunos qualquer tipo de instalação de aplicativos e alterações na configuração dos computadores sem a prévia comunicação aos Coordenadores do

Laboratório.

Art. 9º Qualquer necessidade de aquisição de materiais, assim como de reparos, consertos ou manutenção dos equipamentos ou mobiliário deverá ser registrada e comunicada aos Coordenadores do Laboratório para as devidas providências.

CAPÍTULO III

DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS PARA O ACERVO

Art. 10º O Laboratório poderá admitir materiais (livros, trabalhos acadêmicos, revistas, maquetes, arquivos digitais) para inclusão do acervo sob os seguintes critérios:

I – Todo material impresso deverá encontrar-se em bom estado e ter conteúdo pertinente aos assuntos tratados pelo Laboratório.

II – Todo o material de grande volume físico, como maquetes, pranchas de projetos, materiais de construção, deverão estar em boas condições e deverão ser adicionados ao acervo somente se houver uma justificativa pertinente relacionada com o uso do material para aprendizado, pesquisa e consulta.

III – Todos os arquivos digitais deverão ser entregues em mídias como CD ou DVD devidamente identificados e com conteúdo conferido no ato da entrega. Também poderão ser admitidos arquivos digitais auxiliares no conteúdo das disciplinas do Curso de Arquitetura e Urbanismo e Direito que tenham relação com a temática do Laboratório para serem disponibilizados aos alunos nos computadores do Laboratório.

Art. 11º Fica a critério dos Coordenadores do Laboratório a escolha do que deverá ou não compor o acervo do Laboratório.

CAPÍTULO IV

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAIS DO ACERVO

Art. 12º O Laboratório admitirá que os materiais (livros, trabalhos acadêmicos, revistas, maquetes, arquivos digitais) poderão ser consultados sob os seguintes critérios:

I – Todo material impresso deverá ser consultado no ambiente do Laboratório e/ou ser retirado apenas para a realização de cópias e logo serem devolvidos.

II - Todo material digital poderá ser utilizado para consulta e realização de cópias se for preciso, mas não poderá ser emprestado.

III - Não será permitido que os arquivos do acervo saiam do ambiente educacional.

IV – Todos os materiais utilizados deverão ser devolvidos nas mesmas condições iniciais.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE DE ACESSO AO LABORATÓRIO

Art. 13º Somente os Coordenadores do Laboratório, técnico administrativo responsável, estagiários do Laboratório e alunos cadastrados em projetos de pesquisa e extensão – a critério do coordenador do Laboratório - poderão ter acesso às chaves do mesmo;

I – A chave deverá ser controlada pelo responsável pela segurança no Bloco, com o registro de retirada e entrega da mesma.

Art. 14º A chave da sala do Laboratório deverá ser devolvida quando este não estiver sendo usado, mesmo em períodos curtos de ausência dos usuários;

Art. 15º Terão direito à cópia separada da chave do Laboratório apenas os Coordenadores do mesmo e o Técnico responsável;

Art. 16º Os demais usuários só poderão permanecer no Laboratório com a presença de algum dos citados no Art. 15º.

CAPÍTULO VI

QUANTO AO COORDENADOR DO LABORATÓRIO

Art. 17º A coordenação do Laboratório deverá ser exercida em conjunto com os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Direito, por professores indicados pelos respectivos colegiados, que tenham atividades na área de atuação do laboratório.

Art. 18º Compete aos Coordenadores do Laboratório:

I – Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no Laboratório, zelando pelo cumprimento de suas funções;

II – Gerenciar o uso do Laboratório junto aos coordenadores e estagiários dos projetos em desenvolvimento;

III – Encaminhar aos órgãos competentes as necessidades de aquisição, manutenção, reparação de materiais, equipamentos e mobiliário, assim como de atualização de equipamentos e programas de computador;

IV – Esclarecer as normas de funcionamento do Laboratório aos seus usuários e orientar sobre o conteúdo do Regimento;

V – Elaborar o quadro de horários dos usuários do Laboratório para evitar o congestionamento de pessoas e atividades;

VI – Elaborar e atualizar a lista de pessoal autorizado a retirar a chave da sala do Laboratório, assim como o encaminhamento desta lista ao segurança responsável pelo controle e armazenamento da chave;

VII – Gerenciar a divulgação em todas as mídias das atividades finalizadas, em desenvolvimento e a serem desenvolvidas no Laboratório;

VIII – Reportar excepcionalidades não previstas nesse Regimento.

CAPÍTULO VII

QUANTO AO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Art. 19º Compete ao técnico administrativo:

- I – Zelar pelo cumprimento das normas de funcionamento do Laboratório;
- II – Gerenciar o uso do Laboratório junto ao Coordenador do Laboratório;
- III – Auxiliar os coordenadores dos projetos e orientar os envolvidos dos mesmos no desenvolvimento dos trabalhos;
- IV – Zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos, bem como comunicar os suprimentos necessários ao Coordenador do Laboratório;
- V – Inventariar os equipamentos que necessitam de conserto e manutenção para controle junto aos órgãos responsáveis.

Parágrafo único: O técnico-administrativo poderá participar como membro das equipes dos projetos, a critério de seus coordenadores, desde que não comprometa as funções compatíveis ao cargo ocupado.

CAPÍTULO VIII

QUANTO AOS ESTAGIÁRIOS

Art. 20º Compete aos Estagiários Bolsistas e Voluntários:

- I – A cada semestre, elaborar seu horário de estágio semanal de acordo com a sua disponibilidade fora do horário;
- II – Cumprir com as atividades acordadas com o Coordenador do Laboratório e registradas em ATA de Reunião;
- III – Auxiliar na realização das atividades de pesquisa, extensão, suporte às atividades didáticas e eventos associadas ao Laboratório desde que previamente acordadas com o Coordenador do Laboratório;
- IV – Zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos, bem como comunicar os suprimentos necessários ao Coordenador do Laboratório;
- V – Avisar previamente ao Coordenador do Laboratório quando precisar se ausentar em dia de estágio ou reunião, bem como, avisar previamente seu pedido de férias, redução de carga horária em período de provas e entregas de trabalhos (conforme previsto no Art.10 da Lei Federal n.º 11.788/2008), ou o seu afastamento do Laboratório.

§ 1º Os estagiários podem participar como membros das equipes dos projetos, a critério de seus coordenadores, desde que não comprometa as funções compatíveis ao cargo ocupado.

§ 2º As competências do aluno estagiário voluntário devem estar acordo com o Regimento Acadêmico da UFT, segundo a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE N° 20/2012.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º Qualquer modificação nas normas de funcionamento do Laboratório deverá ser encaminhada para discussão e aprovação junto aos Colegiados do Curso de Arquitetura e Urbanismo e de Direito.

Art. 22º Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo e de Direito da UFT.

Palmas, 02 de agosto de 2016.

6.12 MANUAL DE SEGURANÇA E BOAS PRÁTICAS PARA USUÁRIOS DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E DE PESQUISA DA ÁREA DE TECNOLOGIA E CONSTRUÇÃO

LEMBRE-SE:

- ✓ O seu primeiro acidente pode ser o último;
- ✓ Os acidentes não acontecem, são causados;
- ✓ Na dúvida, consulte este manual ou o professor responsável pelo laboratório;
- ✓ Siga as normas de segurança estabelecidas.

PREFÁCIO

Este manual destina-se a todos os usuários dos laboratórios da Área de Tecnologia e Construção, servidores docentes e não docentes e alunos. Pretende-se contribuir com uma cultura de segurança no laboratório através da introdução de regras e normas de segurança laboratorial.

Saliente-se que este manual não pode cobrir todos os aspectos relacionados com a segurança: se uma prática perigosa não estiver mencionada neste Manual, a omissão não pode ser usada como desculpa para isentar de responsabilidade os indivíduos que a executam.

Quaisquer dúvidas relativamente ao conteúdo deste manual podem ser esclarecidas junto ao Coordenador dos Laboratórios da Área de Tecnologia e Construção.

TELEFONES DE EMERGÊNCIA:

- ✓ Bombeiros: 193
- ✓ Samu : 192
- ✓ Disque-Intoxicação: 0800-722-6001

INTRODUÇÃO

Laboratórios são lugares de trabalho que necessariamente não são perigosos, desde que tomadas certas precauções. Todo aquele que trabalha em laboratório deve ter responsabilidade no seu trabalho e evitar atitudes que possam acarretar acidentes e

possíveis danos para si e para os demais. Deve ainda prestar atenção à sua volta e prevenir-se contra perigos que possam surgir do trabalho de outros, assim como do seu próprio.

Os acidentes resultam normalmente de uma atitude indiferente dos utilizadores, de alterações emocionais, de exibicionismo, da falha no cumprimento das instruções a seguir e da pressa excessiva na obtenção de resultados. Os acidentes podem ser evitados, ou pelo menos terem as conseqüências minimizadas, desde que sejam tomadas as devidas precauções. Para isso é fundamental ter sempre presente que a segurança no trabalho depende da ação de todos e não apenas das pessoas encarregadas especificamente em promovê-la.

Antes de qualquer trabalho laboratorial o operador deve estar informado sobre os riscos dos equipamentos e produtos químicos a utilizar, bem como conhecer as precauções de segurança e os procedimentos de emergência a ter em caso de acidente, para se proteger dos possíveis riscos. Deve-se ter o hábito de se planejar o trabalho a ser realizado, pois só assim o poderá executar com segurança.

Todos os usuários devem ter este Manual sempre à mão no laboratório e devem relê-lo periodicamente, pois não devemos esquecer que o risco de acidente é maior quando nos acostumamos a conviver com o perigo e passamos a ignorá-lo.

A segurança de um laboratório está apoiada na determinação de cada um de seus elementos: Você é responsável por si e por todos!

Procedimentos ao entrar nos laboratórios da Área de Tecnologia e Construção

1. Procure o técnico/professor responsável pelo laboratório e informe-se sobre os riscos e EPI's inerentes as atividades a serem realizadas. Todo aquele (aluno/professor/técnico) que desenvolver atividades práticas nos laboratórios deverão assinar um Termo sobre Responsabilidade de Uso de EPI's e apenas poderá frequentar os laboratórios se estiver observando as condições de segurança informadas neste manual.
2. Utilizar os jalecos de mangas longas e de algodão.
3. Utilizar sempre botinas ou sapatos fechados para evitar acidentes com os pés.
4. Usar proteção respiratória, em caso de manipulação de pós ou líquidos: máscaras ou respiradores contra vapores orgânicos ou gases ácidos.

5. Usar os óculos de proteção sempre que possível: evitando que os olhos sejam atingidos por partículas, poeiras e respingos.
6. Utilizar sempre abafadores de ruídos: previna-se contra perdas auditivas por exposição a sons de alta intensidade.
7. Utilizar sempre luvas para a proteção das mãos.

Procedimentos ao realizar experimentos nos laboratórios da Área de Tecnologia e Construção

1. Procure deixar seus materiais (pertences, cadernos, etc) em locais apropriados;
2. Ao entrar em um laboratório, pela primeira vez, procurar conhecer bem o local, antes de iniciar a atividade.
3. Verificar onde se encontram os extintores de incêndio, as saídas e analise o menor percurso para evacuar o local, de forma calma, em situação de eventual emergência.
4. Informar-se sobre a localização e uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI's) mais indicados para a(s) atividade(s) que serão realizadas.
5. Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras. Trabalhe com atenção e calma.
6. Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório.
7. Não correr.
8. Não receber colegas para tratar de outros assuntos, enquanto realiza atividades no laboratório.
9. Planejar sua experiência, procurando conhecer os riscos envolvidos precauções a serem tomadas e como descartar corretamente os resíduos.
10. Nunca trabalhe sem a supervisão de um técnico/professor responsável.
11. Comunicar todos os acidentes ao superior.

Uso de Materiais de Vidro

1. Colocar todo o material de vidro no local que deverá ser previamente indicado na área do laboratório.
2. Não jogar caco de vidro em recipiente de lixo, mas sim em um recipiente preparado para isto.
3. Não utilizar materiais de vidro quando trincados.
4. Usar luvas e óculos de segurança sempre que:

- atravessar e remover tubos de vidro ou termômetros em rolhas de borracha ou cortiça;
- remover tampas de vidros emperradas;
- remover cacos de vidro (usar também em pá de lixo e escova);
- não usar frascos para amostras sem certificar-se de que são adequados ao serviço executado;
- não inspecionar o estado das bordas dos frascos de vidro com as mãos sem antes fazer uma inspeção visual.

Uso de Chamas

1. Somente nos laboratórios onde for permitido;
2. Ao acender uma chama verificar e eliminar os seguintes problemas:
 - Vazamentos;
 - Dobra no tubo de gás;
 - Ajuste inadequado entre o tubo de gás e suas conexões;
 - Existência de inflamáveis ao redor;
 - Não acender maçaricos, bico de busen etc., com a válvula de gás combustível muito aberta;
 - Apagar a chama imediatamente após o término do serviço.

Uso de Equipamentos Elétricos

1. Nunca ligar equipamentos elétricos sem antes verificar a voltagem correta;
2. Só operar equipamentos quando:
 - Fios, tomadas e plugues estiverem em perfeitas condições;
 - O fio terra estiver ligado;
 - Não operar equipamentos elétricos sobre superfícies úmidas;
3. Informar-se sobre onde se encontram e como se desliga(m) e fecha(m) a(s) chave(s) elétricas para que possam ser operadas;
4. Verificar periodicamente a temperatura do conjunto de plugue-tomada, caso esteja fora do normal, desligar o equipamento e comunicar ao responsável do laboratório;
5. Não usar equipamentos elétricos que não tiver identificação de voltagem;

6. Não confiar completamente no controle automático de equipamentos elétricos, inspecioná-los quando em operação;
7. Não deixar equipamentos elétricos ligados no laboratório, fora do expediente, sem anotar no livro de avisos;
8. Remover frascos de inflamáveis das proximidades do local onde serão usados equipamentos elétricos;
9. Combater o fogo em equipamentos elétricos somente com extintores de CO₂;
10. Enxugar qualquer líquido derramado no chão antes de operar com equipamentos elétricos.

Uso de Estufas

1. Não deixar a estufa aquecida ou em operação sem o aviso “estufa quente”.
2. Desligar a estufa e não colocar em operação se temperatura marcada no termômetro ultrapassar à ajustada.
3. Não abrir a porta da estufa de modo brusco quando estiver aquecida.
4. Não tentar remover ou introduzir cápsulas ou bandejas na estufa sem utilizar:
 - Pinças adequadas;
 - Luvas apropriadas;
 - Aventais e protetores de braços, se necessário.
5. Não evaporar líquidos, nem queimar óleos em estufas;

Uso de produtos químicos

1. Compreender bem o que irá executar, estudando, prévia e cuidadosamente, todas as etapas a serem seguidas no experimento, conforme a orientação do responsável. Tirar as dúvidas antes de iniciar o trabalho.
2. Nunca abrir frascos de produtos químicos antes de ler o rótulo.
3. Não testar substâncias químicas pelo odor ou sabor.
4. As lentes de contato sob vapores corrosivos podem causar lesões aos olhos.
5. Antes de utilizar qualquer produto químico, pela primeira vez, procurar conhecer as propriedades físicas, químicas e toxicidade, realizando pesquisa bibliográfica e/ou consultando o responsável pela atividade.
6. Certificar-se que está utilizando o produto desejado e verificar se tal produto requer cuidados especiais para o manuseio.
7. Evitar o contato de qualquer substância com a pele. Manipular com rigoroso cuidado substâncias corrosivas, como ácidos e bases concentrados, e agentes

fortemente oxidantes. Esteja sempre atento às manobras e manuseio de produtos químicos.

8. Não retorne produtos retirados em excesso para os frascos de origem.
9. Nunca succionar líquidos diretamente com a boca.
10. Ao preparar soluções ácidas diluídas, lembrar-se que: sempre se adiciona o ácido concentrado à água e nunca ao contrário.

Cuidados com a ergonomia

Nos laboratórios da Área de Tecnologia e Construção, são comuns o manuseio e o transporte de peças, materiais e corpos de prova pesados. Portanto, são necessários alguns cuidados:

- Utilizar os veículos existentes para transporte de carga, solicitando acesso aos mesmos previamente;
- Não carregar peso acima do que suporta. Procure outra pessoa para ajudar a colocar e retirar objetos pesados desses veículos.
- Caso o objeto estiver em locais baixos, flexionar os joelhos, segurar o objeto com as duas mãos e transferir a carga para as pernas e não para a coluna.

ANEXO 6.13 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

FICHA DE AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aluno(a):		Matrícula:
Curso:	Turno:	Campus:

Mod.	Cód.	Atividade	Limite carga horária	Carga horária apresentada	Créditos Convertidos	Modalidade Cumprida
E N S I N O	AC101	I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina);	90			Cumprida ()
	AC102	II - Atividades de monitoria (por semestre) ;	60			
	AC103	III - Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso) ;	75			
	AC104	IV - Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso) ;	60			
	AC105	V – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)	60			
P E S Q U I S A	AC201	I - Livro Publicado;	90			Cumprida
	AC202	II - Capítulo de Livro;	90			
	AC203	III - Projetos de Iniciação Científica;	90			
	AC204	IV - Projetos de Pesquisa Institucionais;	90			
	AC205	V - Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	90			
	AC206	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);	90			
	AC207	VII - Artigo completo publicado em anais como autor;	90			
	AC208	VIII - Artigo completo publicado em anais como co-autor;	90			
	AC209	IX - Resumo em anais;	30			
	AC210	X - Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	30			
E X T E N S Ã O	AC301	I - Autoria e execução de projetos;	30			Cumprida
	AC302	II - Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).	90			
	AC303	III - Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	90			
	AC304	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	30			
	AC305	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	75			
	AC307	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	45			
	AC308	VIII - Participação em oficinas;	45			
	AC309	IX - Visitas técnicas;	45			
	AC310	X - Estágios extracurriculares (cada 80 horas/Estágio = 15 horas/Ativ. complementar)	60			
	AC311	XI - Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc. ;)	30			
	AC312	XII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc.)	30			
	AC401	Outras Atividades (4. Desenvolvimento, organização e assistência a programas de extensão da Instituição, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 90 (noventa) horas; 6. (...) Realização de trabalho voluntário na forma prevista na Lei 9.608/98. (...) Estas atividades ficam limitadas ao aproveitamento de até 30 (trinta) horas (...). 7. Participação como ouvinte devidamente comprovada em bancas de defesa de monografias de graduação e pós-graduação, dissertações de mestrados e teses de doutorados, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 20 (vinte) horas).		Variável		Ens. () Pesq. () Ext. ()

Palmas-TO, ____ de _____ de 20____.

Ass. Coordenador do Curso: _____



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, o acadêmico deverá realizar, ao longo do curso, um total de 135 horas de atividades complementares, correspondente a 09 créditos. Para a integralização da carga horária das atividades complementares é obrigatória a participação do aluno, em no mínimo duas formas de atividades, observados os limites da carga horária de cada atividade, conforme estabelecido abaixo:

As Atividades Complementares tem suas atividades distribuídas da seguinte forma:

- 1.** Aproveitamento de disciplinas não previstas no currículo do curso, que podem ser cursadas em outros cursos superiores, da Instituição ou não, desde que estas mantenham cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 90 (noventa) horas;
- 2.** Realização de cursos de curta duração em idiomas estrangeiros e/ou outros cursos diversos, nesta categoria, independentemente da área do conhecimento, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 60 (sessenta) horas;
- 3.** Desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa, preferencialmente na área de concentração do curso. Essa atividade compreende no trabalho de pesquisa acompanhado por docente orientador e deve resultar efetivamente em produção científica publicada, ou não, a exemplo de relatórios, artigos e livros, resumos em anais, ensaios, relatórios e outros produtos correlatos, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 90 (noventa) horas;
- 4.** Desenvolvimento, organização e assistência a programas de extensão da Instituição, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 90 (noventa) horas;
- 5.** Participação em eventos como ouvinte, mesmo os relacionados às outras áreas do conhecimento, devidamente reconhecidos como atividades educacionais ou culturais, como palestras, seminários, reuniões, mesas redondas, debates e outros, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 90 (noventa) horas;
- 6.** Realização de atividades práticas, como: Participação em reuniões plenárias como representantes de conselhos de classe, sindicatos, representação estudantil e associações. Elaboração de trabalhos técnicos, projetos sociais e pareceres. Atuação como instrutor em treinamentos e qualificações, palestrante, monitoria acadêmica e coordenação de projetos. Realização de trabalho voluntário na forma prevista na Lei 9.608/98. Estas atividades ficam limitadas ao aproveitamento de até 30 (trinta) horas, exceto a monitoria que será limitada em até 60 (sessenta) horas;
- 7.** Participação como ouvinte devidamente comprovada em bancas de defesa de monografias de graduação e pós-graduação, dissertações de mestrados e teses de doutorados, ficando estabelecido como limite para o aproveitamento da carga horária em até 20 (vinte) horas;
- 8.** Publicações de livros, capítulos de livros e artigos completos (estes em periódicos com Conselho Editorial ou em anais de congressos e afins) – até 90 (noventa) horas, resumos em anais – até 30 (trinta) horas, outras publicações – até 30 (trinta) horas.
- 9.** Realização de estágio supervisionado não obrigatório previsto na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Serão computadas para atividades complementares as horas de estágio supervisionado não obrigatório, desde que devidamente autorizadas pelo curso mediante o termo assinado pelo coordenador do NPJ, com o limite para aproveitamento de até 60 (sessenta) horas).

As Atividades Complementares são parte do processo de formação do aluno, estão regulamentadas em lei específica e obedecem as Diretrizes Curriculares do Curso, desta maneira, são obrigatórias e nascem a partir da data de matrícula do aluno no Curso.

Neste sentido, serão consideradas para a integralização de horas somente as atividades realizadas após a efetivação da matrícula do aluno no curso. Desta maneira excluem-se, para qualquer efeito, as atividades anteriores a citada data, salvo em situações especiais de transferências de alunos, recebidas de outras instituições, caso em que será considerada a matrícula do aluno na Instituição de origem, em face de determinação da lei educacional vigente, que trata do assunto.

A responsabilidade pela integralização da carga horária das atividades complementares é do aluno.